no septo ântero-posterior. Os cortes seriados mostram que se amaranham, tanto as oriundas da parte lateral e do septo, como as que da base se elevam em plena cavidade. As suas formas são extremamente variadas: cónicas e pouco elevadas, piriformes, volumosas só na extremidade, lameliformes, ramificadas.

Embora existam correspondentemente à parte da cabeça fetal em

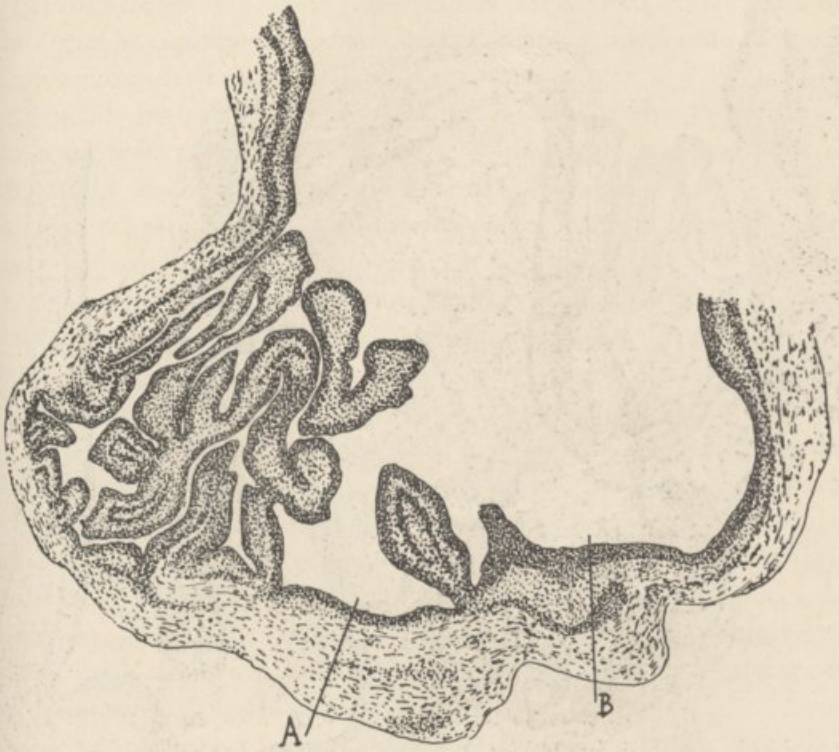



Fig. 3. — Corte n.º 76; Col. Hematoxilina Bœhmer-eosina. Oc. 1, Obj. 1, Leitz. Comp. tubo 145 mm. Câmara clara Leitz. Prancheta à altura da platina.

que assinalamos deformações e pregas, as vilosidades não correspondem a estas últimas.

A sua estrutura é variável. Nas mais volumosas encontram-se todas as camadas constituintes do *pallium* e um eixo de tecido conjuntivo mucoso. Nas sésseis êste eixo pode faltar e a parte central ser ocupada por uma zona cortical de excecional espessura. Nas pediculadas a camada cortical falta e a sua estrutura reduz-se à camada intermediária e ao véu marginal, limitadas pela placa interna.

Não é fácil a interpretação das franjas vilosas flutuantes na cavidade encefálica dêste feto.

Se o desenvolvimento pudesse proseguir com esta orientação, às saliências destas franjas, corresponderiam reentrâncias da superfície exterior do cortex; o mesmo sucederia se agora pudéssemos destacar a camada conjuntiva e a externa de revestimento; às franjas interiores corresponderiam outras exteriores.

Fig. 4. — Corte n.º 82; Col Hematoxilina Bœhmer-eosina. Oc. 1, Obj. 1, Leitz. Comp. tubo 145 mm. Câmara clara Leitz. Prancheta à altura da platina. *s,a*, septo ântero-posterior; *s, t*, septo transversal.

Serão estas as franjas de Retzius?

Estas franjas são saliências que parecem resultar da acumulação

desordenada das células piramidais que revestem o véu marginal, depois que êste foi remanejado pelas células nevróglicas, pelos neuroblastos e pelas ramificações terminais dos apex das piramidais.

A sua natureza é muito discutida e não se sabe bem se o seu aparecimento é normal, se patológico ou teratológico, nem mesmo quando se faz e quando desaparecem. Tudo é enigmático.

Teem sido, porêm, só observadas nas últimas fases do período de diferenciação do cortex, que corresponde às primeiras dezoito semanas de vida intra-uterina.

Segundo os trabalhos de Retzius, Hochstetter e His, estas franjas abrangem únicamente a camada cortical e nunca as camadas celulares subjacentes, caracter êste que permite desde já afirmar que as saliências que estudamos se não podem identificar com as franjas de Retzius.

À superfície do cortex Retzius descreveu outras saliências a que chamou *verrucae hipoccampi,* mas que investigações ulteriores de His fazem crer que sejam franjas propriamente ditas, por consequência abrangidas na diagnose diferencial que acabamos de fazer.

Não nos deteremos a demonstrar que as saliências e depressões não correspondem ao esbôço dos primeiros sulcos circumvolucionares, pois contra essa hipótese depõem: a irregularidade de distribuição; a sua existência ao longo do septo ântero-posterior; a sua morfologia caprichosa; a discordância morfológica, pois que estes sulcos não determinam saliências interiores e acima de tudo a enorme discordância cronológica, pois só no quinto mês de vida intra-uterina aparecem os primeiros sulcos (de Rolando e perpendicular externo).

A sua constituição mostra que se trata duma produção anómala e desordenada de septos que, à falta doutra causalidade suficiente, podemos atribuir à sífilis materna.

Outubro de 1914. GERALDINO BRITES.

# A astronomia náutica das descobertas portuguesas

O estudo do precioso incunábulo português, intitulado *Regimento do estrolabio e do quadrante ...*, existente na Biblioteca real de Munich, levou o sr. Joaquim Bensaúde à publicação do seu livro — *L'astronomie nautique au Portugal à l'époque des grandes découvertes*, Berne, 1912, — obra notável que veio esclarecer com uma luz nova a história das descobertas portuguesas, sob o ponto de vista dos recursos scientíficos de que dispunham os nossos navegadores e lhes serviam de guia nos seus arrojados cometimentos. Entre as apreciações, que nas Revistas estrangeiras tem sido feitas a êste livro, destaca-se o estudo feito pelo sr. L. Gallois, professor da Faculdade de Letras da Universidade de Paris, publicado nos *Annales de Géographie*, n.º 130, de 15 de julho de 1914, que adiante transcrevemos por amável autorização do seu autor [1]. O artigo do ilustre professor da Sorbonne, escrito com aquela elegante clareza que distingue os professores franceses, não pode deixar de ser lido com muito agrado em Portugal. Dando uma ideia muito nítida do trabalho do sr. Bensaúde, mostra bem a importância, que êle tem para nós, na conclusão a que chega:

. «Il apparaît avec évidence que c'est au Portugal qu'ont été pratiqués, *pour la première fois* en Occident, les procédés de direction du navire par l'observation des astres, sans lesquels il eût été impossible d'entreprendre des expéditions aussi aventureuses».

Como é sabido, João de Barros descreve, na 1.ª Década, a chegada do Gama à Angra de Santa Helena, onde desembarca para tomar a altura meridiana do sol com o astrolábio. A propósito atribue Barros a invenção do processo de navegar por altura do sol e a organização

---

[1] Nesta transcrição fez-se, na primeira nota (pág. 678), uma pequena correcção que nos foi indicada pelo sr. Gallois.

das tábuas de declinação solar a M.e Rodrigo e M.e José Judeu (José Vizinho), médicos de D. João II, e a um Martim de Boémia (Martim Behaim), o qual *se gloriava* de ser discípulo de João de Monterégio. Interpretou-se esta passagem, considerando Regiomontano como inspirador, por intermédio do seu pretendido discípulo Behaim, da Junta dos Matemáticos, instituída pelo rei para resolver os problemas de astronomia necessários às navegações. Assim uma série de escritores alemães, desde Humboldt (1836) até ao sábio professor de Munich sr. S. Günther (1905), teem sido de opinião que as tábuas náuticas, usadas pelos marinheiros portugueses, foram extraídas das *Ephemerides* de Regiomontano que Behaim teria trazido de Nuremberg para Lisboa, em 1484. Os instrumentos usados nas nossas naus seriam também devidos a Behaim e Regiomontano. Igual opinião adoptaram escritores portugueses, como Andrade Côrvo e Oliveira Martins. O próprio Visconde de Santarêm diz que os pilotos portugueses faziam uso, no tempo de Vespúcio, das efemérides astronómicas de Regiomontano [1]. Em eminentes autoridades, tanto alemãs como portuguesas, se apoiava pois o Imperador Guilherme II quando, em 1905, na Sociedade de Geografia de Lisboa se referiu à colaboração da sciência alemã nas descobertas portuguesas.

O sr. Bensaúde demonstra porêm claramente que as tábuas náuticas portuguesas foram extraídas do *Almanach perpetuum* de Abrahão Zacuto, escrito originalmente em hebreu de 1473 a 1478 e traduzido para latim por M.e José Vizinho, da Junta dos Matemáticos, sendo publicada esta tradução em Leiria em 1496. É notável que, tendo-se vindo a afirmar há tanto tempo que as nossas tábuas de declinação solar derivavam das *Ephemerides* de Regiomontano, cuja primeira edição é de 1474, verificasse agora o sr. Bensaúde que nas edições desta obra, anteriores à de 1498, se não encontra tábua alguma de declinações do sol. Onde Regiomontano publicou essa tábua foi nas *Tabule directionum profectionumque,* cuja primeira edição é de 1475, adoptando uma obliqüidade da eclíptica de 23° 30′. Ora não são os números desta tábua, mas sim os do *Almanach perpetuum* de Zacuto, correspondentes a uma obliqüidade de 23° 33′ que se encontram no *Regimento* de Munich. A obliqüidade de 23° 30′ só foi adoptada muito mais tarde (1537) por Pedro Nunes. As tábuas náuticas portuguesas proveem pois de fonte peninsular.

O astrolábio usado nas nossas naus também não foi trazido por Behaim. O astrolábio náutico não é senão a simplificação do astrolábio plano que os árabes receberam dos gregos e introduziram na pe-

[1] Vicomte de Santarem, *Recherches sur Améric Vespuce,* Paris, 1842, pág. 99.

nínsula. Na *Revista da Universidade de Coimbra,* vol. III, pág. 146, reproduzimos a figura do astrolábio plano, cuja construção se encontra minuciosamente descrita no tom. II dos *Libros del saber de astronomia del rey D. Afonso X de Castilla,* Madrid, 1863. No astrolábio náutico suprimiram-se os discos de latitude e a aranha, conservando-se apenas as peças necessárias para a medição das alturas. O instrumento de preferência usado nas nossas navegações provêm assim dum outro mais complicado, muito usado pelos astrólogos e bem conhecido na península muito antes da vinda de Behaim.

O sr. Günther, apreciando a obra do sr. Bensaúde, que declara ser de um grande mérito, diz:

«O velho tema, até que ponto Regiomontano influiu na Junta dos Matemáticos por intermédio do seu suposto discípulo Behaim, ainda não fica nem ficará nunca resolvido. Comtudo parece já assente que os portugueses podiam resolver os seus problemas de astronomia náutica, mesmo sem a intervenção de Behaim» [1].

A seguir convida o sr. Bensaúde a comparar as tabelas de Regiomontano e Zacuto para se ver quais são as mais exactas. A questão não é porêm essa. O que importa é que são os números de Zacuto, e não os de Regiomontano, os que se encontram nas primitivas tábuas do sol portuguesas.

Outro professor, o sr. Kretschmer (Berlin), vê com prazer a aparição da monografia do sr. Bensaúde, cujo objecto é apreciar justamente a importância dos conhecimentos de astronomia náutica dos portugueses, fazendo face às opiniões de vários autores e diligenciando, antes de tudo, desfazer a lenda de ter sido a sciência náutica ensinada aos portugueses por estrangeiros [2].

O sr. professor Bopp (Heidelberg) reconhece o alcance da bibliografia náutica portuguesa apresentada e discutida. Diz que o sr. Bensaúde procura refutar o modo de ver assim expresso por A. Ziegler em 1874: «Se a Alemanha não tomou parte directamente nas grandes descobertas geográficas dos séculos XV e XVI, houve sábios alemães que, pelos seus trabalhos de oficina e gabinete, lhes prestaram o auxílio mais essencial». Conclue que não se disse ainda a última palavra nesta questão [3]. O sr. Bopp não analiza porêm os argumentos, aliás concludentes, do sr. Bensaúde.

---

[1] *Geographische Zeitschrift* (Heidelberg), Februar, 1914.

[2] *Mitteilungen der Geographischen Gesellschaft zu München,* 1913, pág. 524.

[3] *Deutsche Literaturzeitung*, n.º 17, April, 1914.

Sabemos que o sr. H. Wagner, professor de Geografia na Universidade de Goettingen, escreveu ao sr. Bensaúde declarando-lhe a sua inteira adesão às suas conclusões sôbre Regiomontano e Behaim, acrescentando que êle próprio chegara aos mesmos resultados num estudo que ficou inédito.

Os escritores franceses, srs. Guyou [1], Mascart [2] e Gallois dão esta questão como liquidada. O artigo do sr. Gallois, que adiante se lê, tem uma importância especial. Publicado já em 15 de julho dêste ano, não pode ser argüido de parcialidade, tanto mais que o sr. Gallois é autor do excelente livro *Les géographes allemands de la renaissance*, Paris, 1890, em que são apreciados com justo louvor os matemáticos e geógrafos alemães, desde Regiomontano até Sebastião Munster.

A lenda que olhava os navegadores portugueses como uns aventureiros ignorantes está hoje desfeita. O próprio sr. Günther reconhece que elles dispensavam a intervenção de Behaim. Um facto que prova bem o valor dos seus conhecimentos astronómicos é que foram eles que, procurando no hemisfério austral uma constelação que lhes servisse de guia, como no norte as Ursas, destacaram na região do Centauro uma nova constalação, a que chamaram *Cruzeiro do Sul*, e formularam o respectivo *Regimento*. Com efeito no *Tratado da Agulha de marear* de João de Lisboa, escrito em 1514, ensina-se já a medir a declinação da agulha pela nova constelação e aí se encontra também o *Regimento do Cruzeiro do Sul* para a determinação da latitude e das horas da noite [3]. O piloto M.$^{e}$ João, da expedição de Cabral, escreve ao rei D. Manuel a carta, existente no Arquivo nacional da Torre do Tombo, com data de 1 de maio de 1500, em que lhe manda um esbôço das estrêlas austrais, falando já do Cruzeiro. Tem-se julgado que Dante tinha já conhecimento desta constelação; o magistral estudo do sr. F. Angelitti, publicado na *Rivista di Astronomia*, de Turim, demonstra porêm definitivamente que as *quattro stelle* do *Purgatorio* não são as do Cruzeiro do Sul [4]. Foram os marinheiros portugueses que, estudando o céu austral desde o meado do século XV, acabaram por distinguir na abóbada celeste êste brilhante sinal, descobrindo o seu valor náutico [5].

---

[1] *Bulletin de l'Observatoire de Lyon*, n.º 4, 1913.

[2] *Isis*, n.º 4, Fevrier, 1914.

[3] Brito Rebelo, *Livro de Marinharia*, Lisboa, 1903.

[4] F. Angelitti, *Sugli acceni danteschi ai segni, alle costellazione ed al moto del cielo stellato da occidente in oriente, di un grado in cênto anni*, in *Rivista di Astronomia*, Torino, tom. VI e VII.

[5] Veja-se o nosso estudo *Astronomia dos Lusíadas*, cap. IX, in *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. III, págs. 478-500.

O saber náutico dos portugueses manifesta-se numa série de obras que vão desde o *Regimento* de Munich (1909?) até aos três *Roteiros* de D. João de Castro (1538-1541). Êste *Regimento* está hoje reproduzido em *fac-simile* [1], graças à iniciativa pessoal do sr. Bensaúde que junta à belíssima reprodução, feita em Munich, um estudo seu, cheio de erudição, que se lê com verdadeiro prazer. Por incumbência do govêrno português está o sr. Bensaúde tratando de publicar edições, também em *fac-simile,* do *Almanach perpetuum* de Zacuto, do *Regimento* de Évora, do *Tratado del sphera y del arte de marear* de Francisco Faleiro, do *Tratado da sphera* de Pedro Nunes e do *Reportorio dos tempos* de Valentim Fernandes. Divulgados tão preciosos trabalhos, a que há a acrescentar o *Livro de Marinharia* de João de Lisboa, o *Esmeraldo* de Duarte Pacheco e os *Roteiros* de D. João de Castro, que correm impressos, ficará patente a incomparável riqueza da literatura náutica portuguesa na primeira metade do século XVI.

O sr. Joaquim Bensaúde vem prestando ao país um duplo serviço. Com a divulgação daquelas preciosidades bibliográficas põe uma larga documentação ao alcance dos investigadores. Com a publicação dos seus estudos que, começando na *Astronomie nautique,* se continuam já no valioso prefácio da reprodução *fac-simile* do *Regimento* de Munich, vem pondo em plena luz a importante cultura scientífica que em Portugal acompanhava os arrojados feitos dos descobrimentos. É digna dos maiores encómios esta obra patriótica que com tanta inteligência e tanto esfôrço está sendo realizada.

Coimbra, outubro de 1914. LUCIANO PEREIRA DA SILVA.

---

## Les portugais et l'astronomie nautique à l'époque des grandes découvertes

Lorsque l'infant don Henri, qu'on a appelé le Navigateur, envoya à la découverte sur la côte d'Afrique ses premières expéditions, ses marins eurent d'abord pour se guider les cartes des Italiens qui les avaient précédés dans ces parages. Il suffit de rappeler que sur la Carte catalane, à laquelle on attribue la date de 1375, la côte est

---

[1] *Regimento do estrolabio e do quadrante. Tractado da spera do mundo,* Munich, Carl Kuhn, 1914.

dessinée à peu près jusqu'à la hauteur du cap Bojador, et qu'au large sont figurés les archipels de Madère, des Canaries et des Açores. C'est à partir du cap Bojador que les Portugais pénétrèrent vraiment dans l'inconnu, et leurs premiers progrès furent d'abord assez lents. A la mort de don Henri, en 1460, ils n'avaient pas dépassé la Gambie. Il est vrai qu'ils avaient reconnu et occupé Madère, les Açores et les Iles du Cap Vert, les Canaries restant aux Espagnols. Dans la période qui va de 1460 à 1474, date à laquelle Jean II, encore infant, fut chargé par son père de diriger les entreprises coloniales, ils continuèrent leurs explorations et atteignirent l'équateur. Dès lors, ils durent chercher des procédés nouveaux pour reconnaître la position du navire sur mer et celle des points où ils abordaient.

Ils savaient déjà déterminer la latitude en mesurant la hauteur de l'étoile polaire au-dessus de l'horizon. A quelle époque les marins d'Occident avaient-ils commencé à faire des observations de latitude, on ne peut le dire avec précision. Les Italiens et les Catalans naviguaient à la boussole et à l'estime, et leurs cartes ne portaient aucune graduation. Il est tout à fait vraisemblable que les marins portugais, quand ils s'aventurèrent sur la haute mer, reconnurent la necessité de se guider par des moyens moins imparfaits. C'est dans tous les cas à l'un d'eux qu'il faut attribuer la première détermination de latitude dont il soit fait mention d'une manière certaine: Diogo Gomez de Cintra, dans son voyage à la côte de Guinée, en 1462, prit, au moyen du quadrant, la hauteur du pôle.

Le quadrant était un instrument dérivé de l'astrolabe. L'astrolabe, dont l'emploi se répandit surtout par les Arabes, se composait d'un disque gradué qu'on tenait suspendu par un anneau. Une petite règle mobile autour du centre portait une ligne de mire qui permettait de faire des visées. On pouvait ainsi mesurer facilement l'angle formé par la direction de l'étoile polaire avec la verticale, angle dont le complément est égal à la hauteur du pôle au-dessus de l'horizon, c'est-à-dire à la latitude. Le quadrant ne comprenait que le quart de la circonférence. La règle mobile, toujours fixée au centre, donnait, avec la direction du fil à plomb, la valeur de l'angle mesuré. Tant que l'étoile polaire fut bien visible dans le ciel, la détermination de la latitude fut relativement facile. Mais quand les marins approchèrent de l'équateur, l'étoile descendit de plus en plus bas sur l'horizon. Elle disparut quand ils eurent passé la ligne. A défaut d'une observation directe du pôle, on pouvait cependant obtenir par un autre moyen la valeur de l'angle cherché. Si l'on mesure, un jour donné, la hauteur méridienne du soleil, c'est-à-dire sa plus grande hauteur dans le ciel, et si l'on connaît, pour ce jour-là, la distance du soleil

au pôle, la connaissance de ces deux angles permettra de calculer la latitude. La distance du soleil au pôle, pour chaque jour, lors de sa plus grande hauteur ou, ce qui revient au même, sa distance à l'équateur, c'est-à-dire sa déclinaison, peut être calculée à l'avance. Il fallait donc construire, à l'usage des marins, des tables de déclinaison du soleil.

C'est pour résoudre ces problèmes que le roi Jean II, nous dit l'historien Barros, réunit une commission ou une junte. Il chargea «maître Rodrigue et maître Joseph, le juif, tous deux ses médecins, et un certain Martin de Bohême, natif de ce pays, qui se glorifiait d'être l'élève de l'illustre astronome Régiomontan, de s'occuper de cette question, et ceux-ci trouvèrent cette manière de naviguer par la hauteur du soleil, pour laquelle ils firent des tables de déclinaison comme en emploient à présent les navigateurs, mais plus perfectionnées qu'au début, quand on se servait de ces grands astrolabes de bois» [1].

Des trois membres de la junte dont Barros cite les noms, un seul fut d'abord connu des historiens. Martin de Bohême, c'est Martin Béhaim, de Nuremberg, l'auteur du globe célèbre construit et dessiné en 1492, l'année même de la découverte de l'Amérique, et conservé aujourd'hui encore dans cette ville. Né probablement en 1459, Béhaim avait été envoyé dans les Pays-Bas pour y apprendre le commerce, puis, en 1484, il était allé chercher fortune en Portugal, où il épousa bientôt la fille d'un Flamand émigré, Jobst de Hurter, qui avait obtenu la concession des îles Fayal et Pico dans les Açores. Béhaim se disait l'élève de Régiomontan, et, en effet, Régiomontan avait habité Nuremberg de 1471 à 1475. Il est vrai que Béhaim, à cette époque, ne pouvait avoir que de 11 à 16 ans. Il est assez singulier qu'un garçon de cet âge, qu'on destinait au commerce, ait fait des études d'astronomie. Mais cette difficulté n'est apparue que lorsqu'on a étudié de près la vie et le rôle de Béhaim.

Régiomontan avait construit et publié, en 1474, des tables astronomiques, les *Ephémérides,* calculées pour les années comprises entre 1475 et 1506. Il parut donc légitime d'admettre que Béhaim fit connaître ces tables aux marins portugais et leur fournit ainsi le moyen

---

[1] Ceci fait allusion à un détail que vient de rapporter Barros. Vasco de Gama, en 1497, au début de son grand voyage, était descendu à terre dans la baie de Sainte-Hélène, au Nord du Cap de Bonne-Espérance, pour y prendre la latitude plus sûrement qu'il n'avait pu le faire à bord avec un grand astrolabe de bois, d'environ 60cm de diamètre (3 palmos), qu'on suspendait à trois piquets attachés ensemble par le sommet, ou avec d'autres, plus petits, en laiton.

de déterminer la latitude par la hauteur du soleil. On alla même plus loin. Si Béhaim avait apporté les *Ephémérides* aux marins portugais, il avait bien pu aussi leur procurer des instruments astronomiques. On en fabriquait précisément à Nuremberg, et c'est une des raisons pour lesquelles Régiomontan y était venu fixer sa résidence. Les services rendus par Béhaim et par la science allemande aux Portugais prenaient ainsi une importance capitale.

Or, voici qu'un érudit portugais, Mr Joaquim Bensaude, qui a patiemment repris l'étude de toutes ces questions [1], vient de constater ce fait inattendu que les tables de déclinaison du soleil ne se trouvent pas dans les premières éditions des *Ephémérides*. Il est même douteux qu'elles y aient jamais été introduites [2].

Les *Ephémérides* indiquent, pour les années comprises entre 1475 et 1506, la position occupée chaque jour, dans les signes du Zodiaque, par le Soleil, la Lune et les cinq planètes Saturne, Jupiter, Mars, Vénus et Mercure. Elles ne font pas connaître la distance du soleil au pôle, élément indispensable pour le calcul de la latitude, et sont surtout destinées aux astrologues qui prétendaient tirer de la position des astres dans le ciel la prévision de l'avenir.

A la vérité, Régiomontan a inséré des tables de déclinaison du soleil dans un autre de ses ouvrages, la *Tabula directionum,* imprimée en 1475, mais la valeur de la déclinaison n'y est donnée que d'après la position du soleil dans les signes du Zodiaque. Il fallait donc, pour calculer la latitude, être en possession à la fois des *Ephémérides* et de la *Tabula directionum,* et savoir s'en servir. Mr Bensaude a raison de dire qu'il était impossible de mettre des tables aussi compliquées entre les mains des marins portugais. Nous verrons d'ailleurs que celles dont ils ont fait usage ne doivent absolument rien à Régiomontan.

Mais il existe un autre recueil, resté longtemps ignoré, qui contient aussi des tables de déclinaison, c'est l'*Almanach perpetuum,* ouvrage

---

[1] Joaquim Bensaude, *L'Astronomie nautique au Portugal à l'époque des grandes découvertes.* (Tome 1). Berne, Max Drechsel, 1912. In-4, 290 p.

[2] Mr Eug. Gelcich a reproduit le commencement d'une table de déclinaison du soleil qu'il aurait empruntée à une édition des *Éphémérides* parue à Tubingue en 1559. (Eug. Gelcich, *Die Instrumente und die wissenschaftlichen Hülfsmittel der Nautik... Festschrift der Hamburgischen Amerika Feier,* Hamburg, 1892, t. 1, p. 75, note 1). Mais il a dû faire une confusion avec l'édition de Tubingue (1559) d'un autre recueil de Régiomontan dont il va être question, la *Tabula directionum.* Dans tous les cas, l'introduction tardive d'une table de déclinaison du soleil dans les *Éphémérides* n'aurait aucune importance pour la question qui nous occupe.

d'un savant juif, Abraham Zacuto, qui enseigna l'astronomie à l'Université de Salamanque, de 1474 à 1492, et passa ensuite en Portugal [1]. L'*Almanach perpetuum* avait été rédigé en hébreu. Il fut traduit en latin par un autre savant juif, Joseph Vizinho, et publié dans cette langue à Leiria, en 1496. Ce Joseph Vizinho, qui fut médecin de Jean II, et dont on verra plus loin le rôle très important, est certainement le «maître Joseph» de la junte.

L'*Almanach perpetuum* de Zacuto a l'avantage de fournir en un seul volume toutes les données nécessaires à la détermination de la latitude; mais il ne dispense pas de faire des calculs assez compliqués. Pas plus que les ouvrages de Régiomontan, ce recueil de 316 pages, contenant 56 tables différentes, n'a été rédigé pour des marins inexpérimentés et n'est à leur portée. D'ailleurs tous ces ouvrages sont en latin.

Et voici un nouveau service rendu à la science par M^r^ Bensaude. Il a retrouvé un des manuels pratiques dont se sont servis les marins portugais à l'époque des grandes découvertes, recueils rédigés sans aucun doute pour leur usage, celui peut-être qui a été préparé par les membres de la junte, dans tous les cas une œuvre qui dérive directement de ce prototype.

C'est un petit incunable en langue portuguaise dont on ne connaît qu'un seul exemplaire, conservé à la Bibliothèque royale de Munich. Il n'était pas ignoré, mais n'avait pas, jusqu'à présent, suffisamment attiré l'attention, sans doute à cause des difficultés de lecture et d'interprétation qu'il présente. Il se compose de deux parties: 1° le *Règlement de l'astrolabe et du quadrant pour déterminer chaque jour la déclinaison, l'emplacement du soleil et la position de l'étoile polaire* [2]; 2° le *Traité de la sphère,* et, forment comme un appendice à cette

---

[1] *Almanach perpetuum* est le titre d'une des parties de ce recueil, dont le titre complet, dans la première édition que possède la Bibliothèque Ste Geneviève de Paris (OE 825), est le suivant: *Tabule tabularum celestium motuum astronomi Zacuti nec non stelarum fixarum longitudines ac latitudines ad motuum veritatem mira diligentia reducte ac in principio canones ordinatisime incipiunt felici sidere.* On lit à la fin: *Expliciunt tabule tabularum astronomice Raby Abraham Zacuti astronomi serenisimi Regis Emanuel Rex portugalie et cet. cum canonibus traductis a linga ebrayca in latinum per magistrum Joseph Vizinum discipulum ejus actoris opera et arte viri solertis magistri ortas* (sic) *curaque sua non mediocri impressione complete existunt felicibus astris anno a prima rerum etherearum circuitione 1496 sole existente in 15 g. 53 m. 35 s. piscium sub celo leyree.* Sub celo leyree indique le lieu d'impression: Leiria.

[2] *Regimento do estrolabio e do quadrante pera saber ha declinaçam e ho logar do soll em cada huũm dia e asy pera saber ha estrella do norte.*

seconde partie, la traduction en portugais de la curieuse lettre écrite de Nuremberg au roi Jean II par le Docteur Münzer (Monetarius) pour lui montrer les avantages de la route des Indes par l'Ouest et lui proposer, au nom de l'empereur Maximilien, de confier à Béhaim le soin de tenter l'aventure [1]. C'est exactement le projet de Colomb. Datée de juillet 1493, cette lettre, inspirée sans aucun doute par Béhaim, arrivait un peu tard. En mars de la même année, Colomb était de retour de son premier voyage. Pourquoi fut-elle insérée dans ce recueil? Mr Bensaude pense que c'est à cause des éloges qui y sont prodigués à Jean II, peut-être sur le désir de Jean II lui-même, car elle avait été traduite en portugais, comme il est dit au titre, par son propre «prédicateur», Alvaro da Torre. S'il en était ainsi, l'édition originale — à moins que le recueil, comme il est très possible, ne soit resté d'abord manuscrit — serait antérieure à 1495, année de la mort du roi. L'édition originale et non pas l'exemplaire de Munich, qui ne serait, paraît-il, qu'une réimpression faite hâtivement et sans aucun soin [2]. Il est regrettable que la première page du frontispice soit à moitié déchirée. Elle contenait l'indication du lieu d'impression, le nom de l'imprimeur et peut-être la date. On n'y peut plus lire que la fin du nom de l'imprimeur:... *pos.* Mr Conrad Hæbler, grand connaisseur des incunables ibériques, suppose que le nom entier devait être Hermão de Campos. Le premier travail typographique qu'on connaisse de cet imprimeur, allemand d'origine, est daté de Setubal, 1509. En réalité, la date d'impression du *Règlement* de Munich reste très incertaine.

Le *Traité de la sphère,* qui forme la seconde partie du recueil, est une traduction portugaise de la *Sphère* de Sacro Bosco, petit manuel d'astronomie, ou mieux de cosmographie, qui fut en usage au Moyen Age, dans toutes les Universités. On s'explique qu'il ait été joint aux tables. Il s'adressait aux marins désireux de se rendre compte des procédés qui leur étaient enseignés dans la première partie.

Cette première partie est de beaucoup la plus intéressante. Elle comprend: 1° des instructions minutieuses pour déterminer la latitude, avec dix-sept exemples correspondant à différentes positions que l'observateur peut occuper sur la sphère terrestre. — 2° Le *Règlement de l'étoile polaire.* C'est le moyen de prendre la latitude en mesurant

---

[1] *Tractado da Spera do mundo tyrada de latim em lingoagem com ha carta que huũ gramde doutor aleman mandou ao rey de purtugall dom Joham el segũdo.*

[2] C'est l'opinion de Mr Otto Hartig. Il convient cependant, pour se prononcer sur ce point, d'attendre la publication du fac-similé du *Règlement* de Munich que prépare Mr Bensaude.

la hauteur de l'étoile polaire au-dessus de l'horizon. Comme cette étoile ne coïncide pas exactement avec le pôle, il y avait des corrections à faire à la valeur de l'angle observé. Habituellement, on examinait la position des «gardes» (α et β de la Petite Ourse), par rapport au pôle. Le *Règlement* indique les corrections qu'il faut faire suivant que l'étoile polaire est au-dessus ou au-dessus du pôle, et que les gardes sont, comme il est dit, «dans la tête» (culmination supérieure), «dans le pied» (culmination inférieure) «dans le bras de l'Est» ou «dans le bras de l'Ouest». — Il n'est fait aucune allusion dans le *Règlement* à la détermination directe de la hauteur du pôle dans l'hémisphère Sud. On ne connaissait pas encore suffisamment les étoiles voisines du pôle antarctique. — 3° Une liste des latitudes correspondant aux principales positions de la côte occidentale d'Afrique, jusqu'à l'équateur seulement. Elles sont au nombre de 60. M^r^ Bensaude fait observer qu'un décret royal de 1504 avait défendu de reproduire, sur les cartes nautiques, le dessin des côtes au delà de l'embouchure du Congo. Ce serait pour se conformer à cet ordre que l'auteur du recueil n'aurait pas étendu plus loin sa liste. Plus tard les mêmes précautions ne furent plus observées. Nous verrons qu'un *Règlement* postérieur indique les latitudes pour toutes les côtes découvertes par les Portugais. Il n'est pas sûr cependant que, même avant 1504, dans un recueil officiel, on n'ait pas voulu fournir d'indications précises sur les découvertes dont on voulait garder le secret. — 4° Un *Règlement* ou une table pour évaluer sur la carte le chemin parcouru par le navire. On sait qu'un navire, suivant toujours la même direction, se déplace sur la sphère suivant une courbe. Il est très important de savoir quelle est la distance parcourue, lorsque le navire s'est déplacé, par exemple, d'un degré de latitude, et de combien il s'est écarté de la méridienne. Depuis longtemps les marins italiens avaient construit des tables de ce genre. C'est la *Toleta de Marteloio* qu'on trouve reproduite sur un certain nombre de portulans. — Enfin, 5°, un calendrier, pour les douze mois, sans indication d'année. Ce calendrier indique, pour chaque jour de l'année, la position du soleil dans les signes du Zodiaque (en degrés) et la déclinaison (en degrés et minutes). L'année choisie est bissextile. Ces tables sont la partie essentielle du recueil. Voyons comment elles ont été dressées et quelle en est la valeur.

Nous possédons aujourd'hui, pour l'usage des astronomes et des marins, des tables annuelles contenant pour chaque jour toutes les indications utiles sur la position des astres. La plus ancienne est la *Connaissance des Temps,* publiée régulièrement depuis 1679 par les

soins de l'Académie des Sciences d'abord, du Bureau des Longitudes ensuite. Toutes les observations s'y rapportent à la longitude de l'Observatoire de Paris. On y trouve, pour chaque jour, la valeur de la déclinaison solaire pour le Midi vrai et le Midi moyen. On y trouve aussi la valeur de la correction à faire subir à ces nombres pour une différence de longitude de un degré. Les marins, quand ils font le point, ont en effet, aujourd'hui, des moyens commodes de connaître la longitude. Elle leur est fournie par la différence de l'heure observée directement avec celle du méridien de Paris, conservée sur des chronomètres de précision, ou journellement transmise par la télégraphie sans fil. Au xv^e^ et au xvi^e^ siècle, il ne pouvait être question de tenir compte de la différence de longitude. On ne savait encore déterminer la différence d'heures que par l'observation des éclipses. Le problème de la longitude a été le cauchemar de tous les savants, jusqu'au moment où l'on a possédé de bonnes montres marines. Mais si l'on remarque que, dans son mouvement apparent, le soleil ne se déplace, sur la sphère céleste, que d'un degré environ par vingt-quatre heures, pour des points peu éloignés les uns des autres en longitude, comme c'était le cas, lorsque les Portugais s'avançaient le long de la côte d'Afrique, la correction, étant donné l'imperfection des instruments et les difficultés des observations en mer, par suite des mouvements du navire [1], pouvait être considérée pratiquement comme négligeable.

Il n'était guère possible de publier alors des tables annuelles. Mais on pouvait se proposer d'en construire pour des périodes d'années plus ou moins longues, on pouvait même essaver de construire des tables perpétuelles, et c'est ce qu'on a tenté de faire.

Si l'année correspondait à un nombre exact de jours, le soleil occuperait chaque jour, à une année d'intervalle, la même position dans le ciel, et par conséquent des tables de déclinaison, calculées pour une année, pourraient servir indéfiniment. Mais l'année comprend 365 jours et une fraction qui fut évaluée, lors de la réforme du calendrier par Jules César (calendrier Julien), à un quart. D'où la nécessité, pour rétablir la concordance, d'ajouter, tous les quatre ans, un jour supplémentaire, c'est l'année bissextile. Cette évaluation d'un quart est, comme on sait, un peu trop forte, si bien que, au xvi^e^ siècle, lors de la réforme introduite en 1582 par le pape Grégoire XIII (calendrier Grégorien), l'année astronomique était en avance de 10

[1] «Il me semble presque impossible de prendre la hauteur des étoiles en mer, dit maitre João, pilote de Cabral, parce que pour peu que la navire roule, on fait des erreurs de 4 à 5 degrés, de façon qu'on ne peut la prendre qu'à terre».

jours sur l'année civile. Mais admettons que l'évaluation d'un quart soit exacte. Au bout de quatre années, y compris l'année bissextile, la position du soleil dans le ciel se retrouvera la même, et par conséquent des tables de déclinaison dressées pour chacune des années d'un cycle de quatre ans pourront servir pour les quatre années du cycle suivant. C'est le principe adopté par Zacuto dans son *Almanach perpetuum*. Mais, comme il n'ignore pas que cette évaluation est trop forte, il introduit, pour passer de chaque cycle au cycle suivant, une correction de 1′46″ en plus. Il a même calculé à l'avance, dans une petite table spéciale, la *Tabula equationis solis,* la valeur de cette correction depuis l'année initiale 1473 jusqu'au 34ᵉ cycle, c'est-à-dire jusqu'en 1617. L'*Almanach perpetuum* comprend donc, pour chacune des années du cycle et pour chaque jour: la position du soleil dans les signes du Zodiaque; une table de correction pour passer d'un cycle au cycle suivant; une table de déclinaison pour chaque degré du soleil en longitude.

Un exemple, reproduit par Mʳ Bensaude, permettra de se rendre compte des opérations nécessaires. Soit à trouver, au moyen de l'*Almanach perpetuum,* la déclinaison du soleil le 15 mars 1495. Il faut d'abord savoir à quelle année du cycle de quatre ans correspond 1495. L'année initiale adoptée étant 1473, 1495 correspond à la troisième année du sixième cycle. La table de la troisième année donne pour la position du soleil dans les signes du Zodiaque le 15 mars: Bélier, 3° 47′ 35″. Mais cinq cycles s'étant écoulés depuis 1473, il y a une correction à apporter à ce nombre: elle est, en plus, d'après la *Tabula equationis solis,* de 8′ 50″, soit, pour la position du soleil dans les signes le 15 mars 1495: Bélier, 3° 56′ 25″. La déclinaison n'étant donnée que pour chaque degré de longitude, il faut, par un calcul de proportion, évaluer ce qui revient à 56′ 25″. On trouve ainsi pour la déclinaison: 1° 34′ 34″.

Le *Règlement de l'astrolabe* du recueil de Munich supprime tous les calculs, par une simplification poussée jusqu'à l'extrême. La déclinaison est donnée pour chaque jour de l'année, sans tenir compte du cycle de quatre ans, ni, à plus forte raison, de la correction à apporter pour passer d'un cycle au cycle suivant, ce qui revient, en somme, à supposer: 1° que l'année comprend un nombre exact de jours, et 2° que le soleil se déplace uniformément d'un degré en longitude, dans le ciel, pour chaque jour de l'année. Mais ici une difficulté se présente. Comment faire concorder les 360 degrés du grand cercle avec les 365 ou 366 jours de l'année suivant qu'elle n'est pas ou qu'elle est bissextile? On l'a résolue en attribuant arbitrairement la même longitude à plusieurs journées. Il n'y a donc plus qu'une

seule table, et l'année choisie est l'année bissextile, car il fallait bien attribuer une longitude au 29 février, lors des années bissextiles. Il n'y a plus qu'une lecture à faire. En face de chaque jour, une première colonne indique la longitude du soleil dans les signes (en degrés), une seconde et une troisième la déclinaison en degrés et en minutes. On aurait même pu supprimer la colonne qui donne la position du soleil dans les signes, puisqu'il n'est pas nécessaire de la connaître pour lire, à côté, la valeur de la déclinaison. C'est sans doute une concession faite à la tradition et, de cette façon, ces tables pouvaient encore être utilisées par les astrologues. Mais quelle approximation va-t-on atteindre par des procédés aussi grossiers? Il suffit, pour s'en rendre compte, de comparer la valeur de la déclinaison calculée pour le 15 mars 1495 à l'aide de l'*Almanach* de Zacuto avec celle qu'on trouve directement, pour la même date, dans le *Règlement* de Munich, soit: 1′ 36″. La différence est simplement de 1′ 26″. On estimait sans doute que cette différence était de peu d'importance, au prix de la simplification obtenue. Et quelle simplification! Si tu veux savoir la latitude de l'endroit où tu te trouves, disent à peu près les instructions du début, prends avec l'astrolabe ou le quadrant la hauteur du soleil à midi, lorsqu'il est le plus haut dans le ciel. Cherche dans la Table la déclinaison. Alors plusieurs cas peuvent se présenter. Si tu es au printemps ou en été (c'est-à-dire à l'époque où la déclinaison est boréale), observe si l'ombre s'étend vers le Nord ou vers le Sud. Si l'ombre est vers le Nord (c'est le cas lorsque l'observateur est placé entre le pôle et le tropique du Cancer), retranche de 90° la hauteur observée et ajoute la déclinaison. Si l'ombre est vers le Sud (ce qui arrive si l'observateur est entre le tropique du Cancer et l'équateur), ajoute la hauteur à la déclinaison et retranche 90° de la somme. Et ainsi de suite pour les autres cas. C'est la détermination de la latitude mise à la portée du premier venu.

Ces tables par trop primitives furent bientôt améliorées. En 1883, Mr Luciano Cordeiro signalait l'existence dans la Bibliothèque d'Evora, en Portugal, d'un autre petit volume en langue portugaise, non daté, mais certainement postérieur au *Règlement* de Munich. Comme celui-ci, il se compose de deux parties: un *Règlement de l'astrolabe et du quadrant,* et la traduction de la *Sphère* de Sacro Bosco[1]. Ce recueil s'adresse à des marins déjà plus expérimentés. Les tables se rapportent au cycle de quatre années, mais sans correction pour passer

---

[1] *Tractado da Spera do mũdo tirada de latim em lingoagẽ portugues. — Seguese ho regimento da declinaçam do sol. — Com ho regimento da estrella do norte.*

d'un cycle au suivant. Il suffit donc de savoir, pour choisir entre les quatre tables, en quelle année du cycle on se trouve depuis l'année bissextile prise comme année initiale.

Ces deux traités ne furent pas les seuls. M^r Bensaude en signale plusieurs autres, inspirés des mêmes méthodes, et sur lesquels il se propose de revenir. Le plus intéressant est celui que Pedro Nunes, un juif converti, publia en 1537. Il revient tout simplement au système de Zacuto, c'est-à-dire à quatre tables donnant la longitude du soleil dans les signes, mais pour un cycle seulement, celui qui comprend les années 1537 à 1540, et à une table unique de déclinaison calculée pour chaque degré de longitude du soleil.

Comment les tables du premier en date de tous ces manuels pratiques, le *Règlement* de Munich, ont-elles été dressées? Il est facile de constater que, pour chaque longitude du soleil dans les signes, la valeur de la déclinaison est exactement celle que donne Zacuto. Elle diffère au contraire de celle que donne la *Tabula directionum* de Régiomontan. On pouvait d'ailleurs *a priori* être assuré que les tables du *Règlement* de Munich ne devaient rien à Régiomontan, car la déclinaison maxima, qui est égale à l'angle mesurant l'obliquité de l'écliptique, est de 23° 33′ dans le *Règlement,* comme dans l'*Almanach* de Zacuto, et de 23° 30′ seulement dans la *Tabula* de Régiomontan.

Voilà donc retrouvées des tables dressées sans aucun doute pour l'usage des marins, et qui se perfectionnent à mesure que ceux auxquels on les destine deviennent plus instruits et plus habiles. Et la preuve existe — si elle était nécessaire — qu'elles ont vraiment servi à la navigation. Dans une lettre qu'il écrit au roi de Portugal le 1^er mai 1500, un des pilotes de Cabral, maître João, «bachelier-ès-arts et en médecine», rend compte d'une observation de latitude qu'il a faite à terre le 27 avril précédent. «Nous avons trouvé, dit-il, que la hauteur du soleil à midi était de 56° et l'ombre septentrionale. D'après les Règles de l'astrolabe, nous jugeons être éloignés de l'équateur de 17° et par conséquent avoir 17° vers le pôle antarctique, comme cela se déduit de la Sphère». C'est exactement le nombre que fournit le *Règlement* de Munich, à condition toutefois de changer le mot septentrional en méridional. Il y a là une inadvertance certaine de l'auteur ou du copiste, car au mois d'avril, pour un observateur placé entre l'équateur et le tropique du Capricorne, l'ombre ne peut être que méridionale. On remarquera les expressions: Règles de l'astrolable (reglas del astrolabio) et Sphère (espera). Elles designent certainement un recueil qui comprenait à la fois le *Règlement* et la *Sphère* de Sacro Bosco, comme le recueil de Munich, et l'on en

pourrait conclure que ce recueil, imprimé ou manuscrit, existait dès l'année 1500.

Mais ce petit manuel est-il vraiment celui qu'ont composé les membres de la junte? Il répond si bien à ce qu'en dit Barros qu'on serait tenté de l'affirmer. Pour adapter aux besoins de la navigation l'*Almanach* de Zacuto, maître Joseph surtout était tout à fait qualifié. D'ailleurs il avait fait ses preuves.

Dans une de ces précieuses notes que Colomb inscrivit dans quelques-uns des livres qui lui ont appartenu, on lit ceci: «Le roi de Portugal envoya en Guinée, en l'année du Seigneur 1485, maître Joseph, son médecin et son astrologue, pour savoir la hauteur du soleil dans toute la Guinée, ce qu'il a exécuté et communiqué au dit sérénissime roi, moi et d'autres étant présents, le 11 mars... Plus tard, le dit sérénissime roi envoya encore souvent des observateurs à d'autres endroits de la Guinée... et trouva toujours les résultats d'accord avec ceux de maître Joseph...». Maître Joseph, c'est sans aucun doute possible le personnage de la junte. Et nous savons que le recueil de Munich contient précisément une table des latitudes de la côte d'Afrique jusqu'à l'équateur.

Pourtant on ne peut être aussi affirmatif. Barros ne nous apprend pas à quelle date fut réunie la junte. Si Béhaim en a fait partie, ce ne peut être qu'entre le mois de juin 1484, où il arriva en Portugal, et le printemps de 1490, où il revint faire un assez long séjour à Nuremberg[1]. Mais, comme on l'a vu, nous ne savons pas quand fut imprimé pour la première fois le *Règlement* de Munich. Il a pu s'écouler un temps assez long entre le moment où ces tables furent préparées et celui où elles furent données à l'impression. Il ne serait pas invraisemblable qu'elles n'aient pas été au début rendues publiques. Pour toutes ces raisons il est bien permis de se demander si Zacuto lui même n'y a pas mis la main. Lorsqu'il quitta l'Espagne, en 1492, pour venir se fixer en Portugal, il y fut très bien accueilli, puisque Jean II et son successeur Manuel se l'attachèrent comme astronome. Or, un autre historien portugais, Gaspar Correa, antérieur à Barros et dont le témoignage est d'autant plus précieux qu'il se trouvait pro-

[1] Béhaim fit un premier séjour en Portugal de 1484 à 1490. Il y revint en 1493 et y mourut en 1507. Mais il est peu vraisemblable que la junte ait été réunie pendant cette seconde période. De la fin de l'année 1493 au mois de novembre 1494 Béhaim fit encore un voyage en Flandre, et le roi Jean II mourut en octobre 1495. D'ailleurs, comme on le verra plus loin, Zacuto vint se fixer en 1492 en Portugal. On ne s'expliquerait guère, s'il avait alors habité le Portugal, qu'il n'eût pas été appelé à faire partie de la junte.

bablement dans l'Inde en 1512, et qu'il a connu personnellement ceux qui avaient participé à la découverte, parle longuement de Zacuto. Il dit comment le roi Manuel le consulta sur le voyage de Gama, et comment Zacuto donna à Gama des instructions. Il en donna d'ailleurs à bien d'autres marins, comme il résulte des passages suivants: «Quand les pilotes avaient pris la position exacte du soleil et fait le calcul suivant le *Règlement* et d'après les tables de chaque année, ils savaient le nombre de lieues du chemin parcouru. Ceci fut enseigné par le juif Zacuto à quelques pilotes que le roi avait délégués. Ils apprirent comment et de quelle façon ils devaient prendre la hauteur du soleil à midi avec l'astrolabe et comment ils devaient faire les calculs d'après les tables du Règlement. Dans tout ceci Zacuto a très bien instruit les pilotes que le roi envoya ensuite dans un voyage d'essai». Et ailleurs: «ils naviguaient d'après le Règlement que Zacuto leur avait donné et que les pilotes avaient essayé auparavant».

Il est certainement fait allusion, dans le premier de ces passages, à un *Règlement* plus complet que celui de Munich, puisqu'il y est question «des tables de chaque année». Mais Correa, qui n'était pas un marin, était-il bien renseigné sur les tables primitives qu'on n'utilisait plus de son temps? Il est bien difficile de ne pas admettre que Zacuto, qui vint se fixer en Portugal en 1492, dont l'almanach fut sans doute traduit en latin par maître Joseph pendant son séjour dans ce pays, puisque la traduction n'y fut imprimée qu'en 1496[1], n'ait pas été appelé au moins à donner son avis sur un recueil qui n'était en somme qu'une simplification de ses propres tables. Peu importe d'ailleurs si quelques détails restent dans l'ombre. L'essentiel, grâce aux recherches de M^r^ Bensaude, n'est plus aujourd'hui douteux. Les procédés de navigation des marins portugais à l'époque des grandes découvertes ne leur furent pas enseignés par Béhaim, dont le rôle dans la junte, si vraiment il en a fait partie, ne peut avoir été que des plus modestes[2]. Ce n'est pas le moment de revenir sur ce personage qui a trop longtemps joui d'une réputation usurpée. Peschel

---

[1] Il paraît même résulter de la déclaration placée par Vizinho à la fin du volume que Zacuto en a surveillé l'impression. C'est du moins ainsi qu'il semble qu'il faille comprendre ce passage assez obscur: *actoris opera et arte viri solertis magistri ortas* (sic) *curaque suo non mediocri impressione complete.*

[2] Le témoignage de Barros est formel. Il est pourtant bien singulier, si Béhaim fut appelé par le roi à faire partie de la junte, qu'il ait cru devoir, un peu plus tard, se faire recommander et presque présenter à lui dans la lettre de Münzer. Barros, qui écrivait une cinquantaine d'années après ces événements, n'a-t-il pas pu être dupe d'une légende? (Voir L. Gallois, *Martin Béhaim,* dans *Annales de Géographie,* XVIII, 1909, p. 262-267).

avait déjà signalé les singulières inexactitudes qu'on peut relever sur son globe. L'embouchure du Congo y est placée au delà du tropique, par 38° lat. S. Pour un homme qui prétendait y être allé, on s'explique mal de pareilles erreurs.

Il reste une dernière question à résoudre. Si les connaissances astronomiques des marins portugais dérivent en somme de Zacuto, d'où Zacuto lui-même les tenait-il? Tout simplement d'une longue tradition qui, par les Arabes, remonte jusqu'aux Grecs. Il appartient à cette lignée d'astrologues, juifs pour la plupart, qui pendant tout le Moyen Age s'appliquèrent passionnément à chercher dans le mouvements des astres le secret de la destinée humaine. Faut-il rappeler l'extraordinaire faveur dont a joui l'astrologie jusqu'au XVI^e^ et même jusqu'au XVII^e^ siècle? Régiomontan écrivit tout un livre, le *Temporal,* sur le moment favorable pour se faire saigner, prendre des pilules, se marier, se faire couper les cheveux, suivant la position du soleil dans les signes du Zodiaque. Et, toute sa vie, Képler tira des horoscopes, moyennant salaire, sans y attacher d'ailleurs autrement d'importance. «Combien serait petit, disait-il, le nombre des savants qui se dévoueraient à l'astronomie, si les hommes n'avaient pas espéré lire les événements futurs dans le ciel!» [1].

Or, pour déterminer la position des astres dont on prétendait faire dépendre les événements humains, des tables astronomiques étaient souvent nécessaires. M^r^ Bensaude en signale plus d'une douzaine qui furent construites avant le XVI^e^ siècle, dans la péninsule ibérique, en Languedoc et en Provence. M^r^ Paul Tannery avait déjà fait connaître il y a quelques années, un *Traité du Quadrant,* composé vers 1276 à Montpellier par maître Robert Anglès. L'ouvrage contient cinq tables, quatre donnant la position du soleil dans les signes, jour par jour, pour le cycle compris entre 1292 et 1295, la cinquème donnant, pour chaque degré de longitude du soleil, la valeur de la déclinaison [2]. C'est exactement sur ce modèle qu'ont été établies, deux siècles plus tard, les tables de Zacuto.

L'utilité pour les marins des observations astronomiques semble même n'avoir pas échappé à certains savants du Moyen Age. Dans

---

[1] Cité par G. Bigourdan, *L'Astronomie. Evolution des Idées et des Méthodes,* Paris, 1911, p. 26.

[2] Paul Tannery, *Le Traité du Quadrant de maître Robert Anglès (Montpellier, XIII^e^ siècle).* Texte latin et ancienne traduction grecque (*Notices et extraits des manuscrits de la Bibliothèque Nationale... Publiés par l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres,* XXXV, 1897, 2^e^ partie, p. 561–640).

la dernière partie du XIII^e^ siècle, la catalan Raymond Lulle avait écrit un «Art de Naviguer» qui est perdu, mais sur l'une des figures de sa Géométrie on peut voir un astrolabe pour connaître l'heure pendant la nuit, qui, dit-il, est d'une grande utilité pour les marins [1]. Rappelons encore que sur les portulans de luxe, comme la Carte catalane, on dessinait souvent des figures accompagnées de tables dont quelques-unes ne pouvaient guère servir qu'à la pratique de l'astrologie. Toutefois, on n'y trouve rien, avant le XVI^e^ siècle, qui concerne la détermination des latitudes.

Le livre de M^r^ Bensaude éclaire parfaitement des questions qui jusqu'à présent étaient restées obscures, et dont la solution intéresse grandement les débuts de l'histoire des découvertes. Il apparaît avec évidence que c'est au Portugal qu'ont été pratiqués, pour la première fois en Occident, les procédés de direction du navire par l'observation des astres, sans lesquels il eût été impossible d'entreprendre des expéditions aussi aventureuses. Du Portugal ils ont passé en Espagne. Dans sa *Suma de Geographia* (1519), Fernandez de Enciso copie des passages entiers du *Règlement* de Munich. Un pilote portugais, Francisco Faleiro, écrit pour l'usage des Espagnols le plus important traité de navigation qui ait paru jusqu'alors, le *Tratado del Esphera y del arte de marear* (1535). Ces deux ouvrages contiennent naturellement des tables de déclinaison du soleil. Nous pouvons ajouter qu'ils ont aussi passé en France, puisque la *Cosmographie* d'Alphonse de Saintonge (1544), qui n'est qu'une adaptation de l'œuvre d'Enciso, reproduit les tables, calculées pour le cycle de quatre ans, du *Règlement* d'Evora [2].

(*Annales de Géographie*, n° 130, 15 Juillet 1914). L. GALLOIS.

---

[1] Cité par Navarrete, *Biblioteca Maritima Española. Obra postuma*, Madrid, 1851, II, p. 657.

[2] *La Cosmographie avec l'espère et régime du Soleil et du Nord*, par Jean Fonteneau dit Alfonse de Saintonge, publié et annoté par Georges Musset (*Recueil de voyages et de documents pour servir à l'histoire de la Géographie depuis le XIII^e^ jusqu'à la fin du XVI^e^ siècle, publié sous la direction de MM^rs^ Ch. Schefer et Henri Cordier*, XX), Paris, E. Leroux, 1904; — voir *XIV^e^ Bibliographie géographique 1904*, n° 47; *XV^e^ Bibliographie géographique 1905*, n° 57; *XVI^e^ Bibliographie géographique 1906*, n° 44.

# Sôbre abcessos cerebrais de origem otítica

*Observação n.º 6* — 30-X-912.

Marta L., casada, de 32 anos de idade.

Antecedentes hereditários e pessoais sem nada digno de nota.

Em 1908 acordou uma noite com picadas insuportavelmente violentas no ouvido direito, as quais duraram algumas horas. Depois saiu sangue pelo ouvido e as dôres passaram. Desde então, começou o ouvido direito a supurar, conservando-se até hoje nesse estado. A doente não se submeteu desde o início da doença a tratamento médico, fazendo apenas instilações no ouvido com um líquido, que uma vizinha lhe aconselhara. A supuração, porêm, continuava, a audição diminuia, aparecendo dôres de vez em quando.

Em 1910 foi a paciente, outra vez de noite, acometida de novo acesso doloroso agudo, acompanhado agora de vertigem. A otorreia aumentara. Foi então tratar-se com um médico homeopata, «porque eles não cortam». Receitou-lhe um remédio interno e aconselhou-a ao mesmo tempo a fazer actuar sôbre o ouvido vapores de chá de camomila, etc. A doente seguiu à risca o tratamento prescrito. Não obstante a supuração persistia, havendo de vez em quando paroxismos dolorosos no ouvido, seguidos de vertigem.

No fim de agosto ou comêço de setembro de 1912 sentiu subitamente uma dôr perfurante no ouvido esquerdo. Mais freqüentes do que até então eram os ataques de vertigem e as cefaleias, sendo a supuração mais abundante. Há quatro semanas, finalmente, foi consultar outro médico, que lhe limpou o conduto auditivo e lhe prescreveu lavágens locais com chá de camomila, o qual, porêm, deveria ser préviamente passado por um pano. Ontem chamou o médico a casa, visto o seu estado ter piorado muito durante a noite. Tinha vomitado freqüentes vezes, queixava-se de vertigens e de violenta cefaleia, estando também muito inquieta. Em vista do seu estado, foi enviada pelo médico para a «Charité» afim de ser internada.

A doente é trazida quási sem sentidos à clínica oto-rinológica do Prof. PASSOW. Respira dificilmente, com esfôrço. Vem deitada, pernas flectidas sôbre as côxas e estas sôbre o ventre, experimentando dôres sempre que tentam mudar-lhe a posição. Pupilas iguais. O fundo do ôlho nada de anormal revela. Notável rigidez da nuca. Kernig esboçado.

O conduto auditivo direito está avermelhado, inchado, coberto em parte com pus sêco, o que impede o exame do tímpano. Premindo a região mastoideia, a doente exterioriza a dôr experimentada.

Temperatura 38,8. Pulso 105.

Em virtude do estado da doente, renuncia-se a um exame funcional do ouvido e opera-se de urgência.

Operação radical típica à direita. Cortical muito espessada. O antro, profundamente situado, mostra-se cheio de granulações e duma massa purulenta muito fétida. O osso está cariado em vários pontos próximos da célula antral. Cárie de todo o «tegmen timpani», bem como da vítrea correspondente à fossa cerebral média. Ao fazer saltar o «tegmen», a escopro e martelo, sai pus fétido. Abcesso extra-dural. A dura-mater é posta a descoberto em uma extensão de 3 ½ centímetros. Nos pontos correspondentes ao osso cariado está a dura coberta de granulações lardácias, sangrando facilmente. Na caixa do tímpano massas colesteatomatosas e restos cariados dos ossos próprios do ouvido. Ao pé da «tuba» granulações sangrentas. Como a cárie se estenda para trás, continua-se o esvaziamento mastoideo nessa direcção. Dura, posta a nu adiante do seio sigmoideo. Êste é igualmente descoberto em pequena extensão. Apresenta-se completamente intacto. Cárie da parede posterior do conduto auditivo externo. Plástica do conduto deixada aberta atrás.

O líquido cérebro-espinal retirado por punção lombar está sob uma pressão de 250$^{mm}$. É turvo, contendo grande número de grandes leucocitos polinucleares.

30-X à noite. — Queixa-se de violentas dôres na metade esquerda da cabeça. Rigidez da nuca bastante acentuada. Vertigem. Não houve vómito. A doente está perfeitamente senhora de si e atenta.

Temperatura 39,2. Pulso 105.

31-X. — A cefaleia já cedeu algum tanto. A doente declara ver os objectos apagados; reconhece no entanto aqueles que lhe são mostrados. Ainda existe rigidez da nuca. Vertigem só quando move a cabeça. A paciente encontra-se na posse das suas faculdades mentais, descrevendo perfeitamente a evolução anterior da doença. O neurologista, chamado a examiná-la, não pôde na ocasião observar sintoma algum de doença cerebral. A urina é amarelo-turva sem se-

rina, nem glicose. No sedimento abundantes leucocitos e epitélio vesical. Não há cilindros. A temperatura apresenta tendência para decrescer. Morfina. Urotropina.

2-XI. — A rigidez da nuca parece ter aumentado. Fundo do ôlho normal. Esbôço de Kernig. Queixa-se de fortes dôres na cabeça.

3-XI. — Está muitas vezes inquieta, dormindo pouco de noite apezar da morfina. Declara sentir-se rígida nas costas até aos rins. Não há paresias.

A temperatura subiu acima de 39. Pulso em volta de 100.

5-XI. — Queixa-se ainda de rigidez da nuca e duma sensação dolorosa na coluna vertebral. É-lhe impossível levantar-se sem ajuda dos braços e mesmo assim muito dificilmente. A doente está algumas vezes inteiramente orientada. Fundo do ôlho normal.

7-XI. — A rigidez da nuca diminuiu, segundo declara. Pode, ainda que com dificuldade, mover a cabeça dum lado para outro. Existe nistagmo espontâneo, quando olha para o lado doente. Está nítidamente orientada e fala claro. O neurologista chamado considera hoje a doença uma meningite difusa.

Temperatura 38,5. Pulso 100-120.

9-XI. — Nova punção lombar. Extráem-se 10 cc. de líquido sob pressão normal. É muito ligeiramente turvo, contendo ainda alguns poucos leucocitos. É estéril.

10-XI. — Queixa-se de cefalalgia crescente. Nistagmo mais acentuado. A temperatura apresenta tendência ascensional (39,2). Pulso 135.

11-XI. — A rigidez da nuca aumentou consideravelmente. Hoje também existe alguma obnibulação mental, havendo porêm momentos, em que a doente conversa perfeitamente. Cefalalgia e dôres dilacerantes na nuca e coluna vertebral, durante a mais pequena tentativa de movimento. O nistagmo aumentou muito, não só o espontâneo, como o provocado pelo olhar para o lado do ouvido doente.

12-XI. — Como a paciente esteja hoje em estado suporoso e, há já alguns dias, tenha incontinência de fezes, o que dantes excepcionalmente sucedia, começa-se a entrever a possível indicação operatória por abcesso cerebral. Fundo do ôlho normal. Nistagmo espontâneo e durante o olhar para o lado doente. Á direita, leve paresia do recto interno do ôlho.

O neurologista chamado para observar a doente declara que não se pode pôr de parte a possibilidade da existência dum abcesso cerebral, no entanto falta por enquanto qualquer ponto de referência para uma localização.

O seio lateral, já desnudado durante a operação anterior, é posto

a nu em uma nova extensão do tamanho duma moeda de 10 pfenigs. Vê-se executar vivos movimentos inspiratórios. Através da dura-madre punção do lóbulo temporal do cérebro. Pela seringa é aspirado pus amarelo-acinzentado, com flocos vermelhos, apresentando um aspecto mais comparável ao de substância nervosa branca amolecida, do que ao de pus.

13-XI. — A doente, faz hoje uma impressão de muito deprimida Quando a chamam, apenas reage por meio de palavras indecifráveis. O pulso desceu desde ontem de 120 a 80 e é muito fraco.

14-XI. — Piora a olhos vistos, a fisionomia altera-se. Incontinência de fezes e urinas. Não se constata qualquer paralisia das extremidades. Respiração superficial, acelerada, de tipo de Scheyne-Stockes.

Temperatura 38. Pulso desceu a 60. Tons cardíacos fracos e irregulares.

Ás $9^h$,20 da noite morte.

Autópsia. — Causa da morte: abcesso do lóbo temporal direito do cérebro após operação radical. Leptomeningite purulenta da base.

Otite crónica supurada direita.

Coração mole com degenerescência gorda.

Congestão pulmonar.

Colelitíase. Fígado hiperemiado.

Baço mole.

Aderência perioofórica à direita.

*Notas clínicas.* — A história acima faz-nos assistir ao desenrolar da sintomatologia, desde o início da otite até à terminação do abcesso cerebral por ela engendrado. Convêm, por isso mesmo, fixar vários pontos, que indubitavelmente oferecem matéria instrutiva para o prático.

Após um começo agudo, instála-se supuração no ouvido direito da paciente e aí se mantêm durante o espaço de dois anos, sem dar lugar à sintomas alarmantes. O tratamento efectuado resume-se em lavágens do conduto com um vago remédio, aconselhado por pessoa conhecida.

Passado êsse período, porêm, recebe a doente um primeiro aviso de que a sua otorreia não é tão inocente como parece, sob a forma dum acesso de dôres violentas, acompanhadas de fenómenos vertiginosos. A crise passa depressa, infelizmente. E, assim, fiada na benignidade da afecção, a paciente contemporiza, vai consultar outro médico, que se limita a aconselhar-lhe drogas várias, esperando delas a cura da otite e das complicações que já se começavam a esboçar.

A primeira crise de alarme, permitam-me a expressão, segue-se

um novo período de dois anos não absolutamente isento de acessos dolorosos, vertigens, etc., acessos estes que, pela sua pouca intensidade, não provocavam na doente nem na sua «entourage» a consciência nítida da gravidade da situação.

E desta maneira se passa o tempo, até ao mês de agosto de 1912, época em que se manifesta outro acesso de maior intensidade. Nova consulta médica. Nova receita de drogaria inútil. Os acessos repetem-se desde então com freqüência e intensidade até à entrada da doente na «Charité». Na véspera da sua hospitalização, emfim, a gravidade da otite aparece clara ao médico: êste envia-a então para a clínica, afim de ser operada, decorridos dois anos depois do primeiro paroxismo de otalgia e vertigem e quatro anos após a otite inicial.

A sintomatologia, que a doente apresenta à entrada na «Charité», é a duma meningite. Há febre (38,8), freqüência de pulso (105), cefaleia violenta, vómitos, mal-estar, posição em «chien de fusil», dôres pelo corpo, grande rigidez da nuca, Kernig esboçado, aumento de tensão do líquido céfalo-raquidiano com polinucleose. Além disso, a anamnese e a observação otológica não podiam deixar dúvidas àcêrca da orígem otogénea da meningite diagnosticada.

Na operação depara-se com profundas lesões ósseas em grande extensão. O osso encontra-se alterado até à vítrea da fossa cerebral média inclusivé; atrás, até ao seio sigmoideo e à dura-madre cerebelosa; adiante, até à parede posterior do conduto auditivo externo, igualmente invadida por cárie. Esvazia-se na região do «tegmen» pus fétido dum abcesso extra-dural, e, vê-se então a dura-mater vivamente alterada, espessada e coberta de granulações facilmente hemorrágicas. Com o largo esvaziamento mastoideo e respectivo desnudamento do seio e da dura-madre das fossas cerebral média e cerebelosa terminou a intervenção. As lesões encontradas explicavam claramente a sintomatologia do caso, nada, absolutamente nada, havendo que pudesse ser atribuído a um abcesso encefálico. A situação era clara, a evolução do processo mórbido patenteava-se com desusada nitidez: otite supurada crónica, cárie da parede posterior do conduto auditivo, oclusão do seu lúmen, retenção de pus na caixa timpânica, cárie do «tegmen» e da vítrea e daí o abcesso extra-dural primeiro e a meningite difusa secundáriamente. Eis, em poucas palavras, a evolução das lesões.

Nos vinte e dois dias, que se seguem ao acto operatório, a meningite evoluciona com alternativas de melhoras e agravamentos. O neurologista, que se prestou a observar a doente, confirma o diagnóstico de meningite, não vendo «sinais alguns de doença cerebral». O

estado da doente, porêm (sopor, incontinência de esfincteres, etc.) faz surgir no espírito dos ototogistas a possibilidade dum abcesso cerebral, sendo por isso resolvido efectuar punções exploradoras no encéfalo. Antes disso, comtudo, chama-se de novo o colega neurologista, o qual declara que «sem se poder pôr de parte a possibilidade da existência dum abcesso cerebral, falta por enquanto qualquer ponto de referência para a sua localização». E, no entanto, o abcesso cerebral existe, como o demonstrou a punção do cérebro e existe na séde típica, no lóbo temporal, acima do tegmen timpânico.

Recordemos ainda que nesta doente, oito dias depois da operação radical, aparece nistagmo espontâneo, sintoma que não pertence propriamente ao quadro das meningites.

O nistagmo levemente esboçado primeiro, atinge depois grande nitidez e dirige-se para o lado doente. Tal facto contrasta flagrantemente com o observado nos casos I e II, onde o nistagmo se apresentava dirigido para o lado do ouvido são.

*Observação n.º 7.* — 4-V-913.

Ida W., 55 anos, casada.

Teve nove partos. Os filhos são todos adoentados (anémicos, doentes dos pulmões). O marido sofre dos rins. Outrora teve a paciente «catarro dos ápices pulmonares», sofrendo muito do coração e já há anos dos nervos. Visão fraca.

Há trinta e dois anos, a seguir a um parto, teve supuração do ouvido direito, a qual com lavágens desappareceu por algum tempo. Quando dôres e supuração de novo se instalaram, dirigiu-se à clínica otológica da «Ziegelstrasse», onde lhe foram extraídas pérolas de colesteatoma — a própria doente tinha antigamente tirado bastantes massas colesteatomatosas com um gancho. Durante nova temporada, passou sem sintomas. Uma outra vez, que fortes dôres a atacaram, foi tratada pelo Prof. Schwarz (Halle).

Há cinco dias sentiu súbitamente dôres violentas na metade direita da cabeça. O ouvido quási nada supurava. A doente foi consultar um médico, que lhe disse não serem os sintomas observados de natureza a permitir a sua entrada em um hospital. Quando há três dias, porêm, apareceram vómitos constantes depois de beber, fortíssimas dôres no ouvido direito e cefalalgia, dirigiu-se novamente ao mesmo médico, que a enviou a esta clínica. A doente jámais perdeu os sentidos. Teve no entanto arrepios de frio nos últimos dias.

Ao ser admitida, queixa-se de dôres violentas no ouvido direito e na metade correspondente da cabeça, de vómitos, que constantemente

surgem depois de engulir qualquer líquido, de arrepios e febre. O apetite é mau. Dorme mal. Nunca teve vertigens.

Trata-se duma mulher forte, com panículo adiposo muito desenvolvido. O exame do aparelho respiratório revela uma respiração rude. A ponta do coração bate um pouco fora da séde normal. O segundo tom no foco mitral é impuro. Sensório e psique livres. Sensibilidade geral um pouco exagerada.

Movimentos dos globos oculares normais. Fraco nistagmo espontâneo horizontalmente dirigido para a esquerda (lado do ouvido são). Pupilas iguais, reagindo muito pouco e preguiçosamente à luz. Turvação dos cristalinos.

Romberg não se pode investigar. Kernig positivo.

Á direita vê-se a parede posterior do conduto auditivo muito avermelhada e saliente e ao fundo um resto de membrana do tímpano, fortemente espessado na sua porção póstero-inferior. A perfuração está preenchida por massas de colesteatoma. Afastadas estas aparecem granulações da mucosa da caixa timpânica. A região mastoidea é indolôr.

Exame funcional da audição:

| | | |
|---|---|---|
| Voz ciciante | direita | só ouve voz alta [1] |
| Weber | | → esquerda |
| Rinne | direita | — |
| | esquerda | + |
| Condução óssea | | encurtada à direita |
| Limite inferior | direita | G |
| | esquerda | 55 vibrações |
| Limite superior | direita | 10240 |
| | esquerda | 10900. |

Fazendo uma lavagem do ouvido direito com água fria, aparece ao fim dum minuto, nistagmo rotatório horizontal dirigido para a esquerda.

Operação radical à direita. Narcose com éter-clorofórmio. Duração: 60 minutos.

Osso bastante duro. Antro e caixa timpânica cheios de granulações e de massas colesteatomatosas. Do antro e das outras células mastoideas sáe pus sob pressão. Martelo e bigorna ausentes. Canal semi-circular horizontal intacto. Atrás dele existe uma fístula. Pa-

[1] Do exame praticado com «Lärmtrommel» de Barany resulta não haver surdez absoluta do ouvido direito.

rede posterior do conduto auditivo externo fortemente cariada, sobretudo ao meio do esporão, onde a cárie se estende em forma de sulco para diante e para baixo. O facial não se manifesta. Tegmen conservado e bastante liso. Atrás do seio lateral, desnudado em pequena extensão, osso cariado de aspecto lardáceo, cedendo fácilmente. Durante o seu afastamento, surge um líquido fétido, turvo, de côr amarelo-suja. A dura-madre do lóbulo temporal do cérebro apresenta-se de côr acastanhada, espessada e gelatinosa. Tende a fazer hérnia e não pulsa. Uma esquírola óssea está muito aderente à dura-madre. Esta é desnudada (numa extensão de 2 marcos) até apresentar carateres normais. Incisão cruciforme da dura. Esvazia-se então abundante pus pútrido. Alargamento da cavidade do abcesso com a pinça de esquírolas. No fim, elimina-se alguma substância cerebral. A cavidade tem o volume duma maçã pequena. A dura pulsa novamente. Plástica do conduto auditivo. Drenagem com gaze iodoformada. Penso sêco.

4-V (à tarde). — Vómitos freqùentes. Acentuada sensação de sêde. Queixa-se de forte cefaleia.

5-V. — Estado geral melhorado. Queixa-se ainda de fortes dôres de cabeça. Movimentos da cabeça mais livres, muito pouco dolorosos. O nistagmo para a esquerda ainda existe, mas pouco acentuado. Vómitos muito freqùentes. Não tem havido arrepios. A prova do apontar («Zeigversuch») dá resultado incerto.

Mudança de penso. Compressas e drenos pouco embebidos de serosidade sanguinolenta. Depois de afastado o dreno de gaze iodoformada, escorre da cavidade do abcesso pequena quantidade dum líquido seroso, pouco pútrido, misturado com substância cerebral. Renovamento da drenagem. Os outros tampões permanecem. Em virtude da forte cefaleia, recebe 0,01 de morfina subcutâneamente.

Temperaturas 37,1-37,8. Pulso de manhã 50, à noite 55.

6-V. — A cefaleia continua. Queixa-se também de dôres nas cruzes, no estômago e no ombro direito, que está um tanto sensível à palpação. Os movimentos das pernas provocam dôr na região renal. Ainda existe nistagmo. A doente está perfeitamente consciente. Desde ontem pararam os vómitos.

Mudança de penso. Os tampões apresentam-se pouco embebidos de serosidade sanguinolenta.

Temperaturas 36,7-37,8. Pulso 65-85.

Morfina. Aplicações frias.

7-V (manhã). — Mudança de penso. O dreno de ontem está quási inteiramente sêco e tem cheiro fétido.

A forte miose bilateral torna impossível um exame oftalmoscópico.

Ligeira conjuntivite e blefarite do ôlho direito. Herpes labial. A exagerada sensibilidade da paciente parece ter diminuído. Na urina sangue em pequena quantidade, apenas apreciável microscópicamente.

Temperatura 36,4. Pulso 60.

(1 hora da tarde). — Calafrio aparecendo de repente e durando 5 minutos.

Temperatura 38,8. Pulso forte, regular, batendo 96 por minuto.

(4 horas da tarde). — A doente dorme e está com a face coberta de suor.

Temperatura 39,6. Pulso 96.

8-V. — Dormiu bem e não se queixa de cousa alguma. O sensório parece não estar inteiramente livre. Nunca perde, porêm, a consciência.

Mudança de penso. Dreno embebido em pus fétido. Retirado o dreno, nada mais sáe da cavidade do abcesso. Esta tem bom aspecto. Drenagem.

Temperaturas 37,2-37,6. Pulso 80.

12-V. — Sente-se sofrivelmente. Queixa-se no entanto de dôres nas cruzes e baixo ventre. Apetite e sono satisfatórios.

Temperaturas 37,4-37,6. Pulso 80-90.

14-V. — A doente está com mau aspecto, apática, respondendo demorada e pesadamente às perguntas. Responde certo e encontra-se perfeitamente orientada. Supuração do abcesso, pequena.

Apesar de aplicação de hematrostina a miose impede o exame oftalmológico.

Temperaturas 36,9-39,2. Pulso 90, 95.

17-V. — Acentuado estado de supor. Está com os olhos meio cerrados, não prestando atenção, nem reagindo ao que se lhe diz e passando a mão pela cabeça. Durante a mudança de penso — o que outrora provocava grande inquietação à doente — permanece apática, indiferente. Supuração muito reduzida.

Temperaturas 37,3-37,6. Pulso 62.

18-V. — Nunca mais recuperou os sentidos. Ás $5^h10$ da manhã morte.

*Autópsia.* — Otite média purulenta direita operada. Abcesso do lobo temporal direito do cérebro operado. Leptomeningite purulenta da base. Trombose do seio transverso direito.

Bocio coloide à esquerda.

Amigdalite fibrosa.

Tráqueo-bronquite. Focos bronco-pneumónicos no lobo pulmonar inferior esquerdo. Enfarte periférico com pleuresia fibrinosa localizada.

Coração mole, adiposo, infiltrado de gordura. Dilatação do ventrículo direito.

Ligeira ateromatose da aorta.

Trombose da femural esquerda (para-tífico).

Turvação parenquimatosa dos rins. Ligeira pielite. Algumas incrustações calcárias nos ápices das papilas.

Cálculos biliares.

Uma secção horizontal efectuada no cérebro mostra que o abcesso cerebral irrompeu para o ventrículo lateral direito e que também o ventrículo lateral esquerdo está cheio de pus amarelo-esverdeado.

*Comentários.* — Quando da sua admissão, os sintomas observados conduziam muito naturalmente ao diagnóstico de otite média supurada (pseudo-colesteatomatosa) complicada de meningite. Qualquer indício de abcesso cerebral faltava. Foi apenas o estado das lesões, constatado durante a intervenção cirúrgica, que levou à descoberta e drenagem do foco purulento intra-cerebral.

De notar é que na doente se manifestou, depois de esvasiado o abcesso, uma nítida diminuição de freqüência de pulso.

## CAPÍTULO II

### Dados estatísticos

Das histórias clínicas apresentadas não deixa de merecer interesse tirar alguns dados estatísticos tanto mais valiosos, quanto se trata de doentes observados e tratados na mesma clínica, e, portanto, segundo processos metódicamente semelhantes.

Pelo que respeita a sintomas subjectivos, não é possível comparar todas as histórias clínicas entre si, porquanto em algumas o estado dos doentes não permitiu recolher dados anamnésticos valorizáveis.

De outra deficiência igualmente enferma, como as até hoje publicadas, a estatística que vamos esboçar. Consiste ela em que os doentes apresentados não sofriam de abcessos cerebrais puros, mas sim de abcessos acompanhados de outras lesões — trombose do seio, meningite — mascarando a sintomatologia própria dos abcessos cerebrais de origem otítica. Uma tentativa de destrinça será feita a propósito da descrição em conjunto e da diagnose dos abcessos cerebrais.

*Sexo, idade.* — Pelo que respeita à idade, vê-se que a maior parte dos abcessos apareceu entre os 25 e 35 anos. O sexo feminino predomina: nas oito observações publicadas há cinco doentes do sexo feminino para três do sexo masculino.

Estes dados concordam algum tanto com a extensa estatística de

HEIMANN, onde a maior parte dos abcessos se manifestou entre os 11 e os 30 anos.

Para admirar é o maior número de abcessos cerebrais em mulheres, que na nossa estatística se nota, porquanto o sexo feminino é, sem dúvida, mais poupado por afecções do ouvido do que o masculino.

*Situação dos abcessos.* — Todos os abcessos do cérebro aqui apresentados existiam na séde típica, no lóbo do temporal do hemisfério cerebral do mesmo lado que o ouvido doente. Tratava-se igualmente em todos os casos de abcessos únicos, situados próximo do ouvido lesado.

Pelo que respeita ao lado de maior freqüência, para nenhuma das opiniões se inclina a nossa estatística, nem para a de SCHWARTZE e KÖRNER, que sustentam o predomínio dos abcessos cerebrais otíticos à direita, nem para a de outros autores, que os consideram mais freqüentes do lado esquerdo. Efectivamente, nos nossos casos há quatro abcessos à direita e quatro à esquerda.

*Lesões ósseas e durais.* — Em seis casos existiam lesões do osso até à dura-madre e só em dois o temporal se apresentava sem modificações sensíveis ao nível dessa membrana (casos III e IV). Quer dizer, a percentagem de casos com osso íntegro junto à dura-mater em abcessos cerebrais é, segundo as nossas observações, apenas de 25 %. Nos 75 % dos casos restantes as alterações ósseas macroscópicas estendem-se até à dura, indicando bem o caminho seguido pelos agentes microbianos na sua progressão para o interior da massa encefálica. Parece-nos, pois, um pouco exagerada a percentagem que KÖRNER ultimamente publica e da qual resulta estar o osso em 92 % dos casos patológicamente alterado até à dura-madre.

Esta última apresentava modificações acentuadas nos seus caracteres normais em seis casos; quer dizer, numa percentagem de 75 %. Interessante de frizar é que no caso II, não obstante haver lesões ósseas até ao contacto da dura-mater, esta não patenteava alterações apreciáveis. Segundo os nossos dados, representa tal facto um caso raro (comparar com KÖRNER, que pretende haver lesões macroscópicas da dura-mater em 50 % dos casos, em que o temporal alterado está em contacto com essa membrana).

Outro detalhe se destaca das nossas observações — a grande freqüência de abcessos extra-durais acompanhando abcessos do cérebro. Em oito doentes observou-se esse facto quatro vezes (50 %) — casos I, III, IV e VIII — o que está em manifesta contradição com o descritivo clássico da grande raridade na coexistência de abcessos extra-durais com abcessos cerebrais. PITT, fundamentando-se em dôze casos, indica a percentágem reduzida de 8,4 %.

As nossas observações, que em tão flagrante desacôrdo se encontram com o que é geralmente aceite, são confirmadas por MICHAELSEN, em cuja estatística (oito casos de abcessos cerebrais da clínica de Göttingen — Director: Prof. BURKNER), a quota de abcessos extra-durais acompanhando os do lóbulo temporal do cérebro atinge igualmente 50 %.

*Grandeza do abcesso.* — É bastante difícil medir, ainda que aproximadamente, o volume dos abcessos cerebrais. A maior parte dos autores faz comparações do tamanho dos abcessos com objectos de dimensões variáveis ou com objectos pouco conhecidos (por exemplo: ôvo de galinha de Bantam, etc.), de modo que impossível se torna estabelecer diferença ou paralelo entre as várias descrições.

Só em dois dos nossos oito casos falta qualquer indicação (V e VI). Em três deles fazem-se comparações um pouco vagas: tamanho dum punho, duma maçã pequena, etc. (III, IV e VIII). Nos três restantes há indicações precisas àcêrca da quantidade de líquido eliminado: duas colheres de sôpa (II e VII) e 5 centímetros cúbicos (I).

O que se deduz das nossas observações, bem como das alheias, é que os abcessos do cérebro quási nunca atingem grandes dimensões, nunca chegam a ocupar um hemisfério cerebral inteiro, como outrora se supunha. Antes disso causam a morte ou por fenómenos compressivos sôbre centros vitais ou por se abrirem no seio lateral ou nas meninges.

*Origem dos abcessos cerebrais.* — Nos nossos casos, foi quási sempre uma otite média supurada crónica a origem dos abcessos cerebrais. Em um único caso (III) a otite era aguda. Tais dados encontram-se confirmados pela maioria dos autores, que se teem dedicado ao assunto. Segundo as estatísticas, a proporção de abcessos cerebrais consecutivos a otites agudas varia de 9 a 25 %.

As mais recentes otites dos nossos doentes persistiam havia seis semanas. A mais antiga otite crónica contava trinta e dois anos, o que representa quási um «record» em idade (caso de SCHWARTZE — 44 anos; caso de MUNSON — 34 anos, etc.). Tratava-se na nossa doente dum pseudo-colesteatoma. Nos outros a otite crónica era simples. Comum a todos, porêm, era a má drenagem do ouvido médio e a conseqüente retenção de pus.

Pelo que respeita à causa das otites, era ela desconhecida em quatro casos (I, II, III e VI), no caso IV tinha sido um catarro tubário, escarlatina no V, tonsilite (?) no VII e infecção puerperal no último.

*Punção lombar.* — Foi a punção lombar levada a efeito em três dos nossos oito doentes.

Num deles saiu líquido límpido sob pressão normal (III). Neste paciente existiam esboçados ligeiros sintomas meningíticos, descobrindo-se na autópsia uma leptomeningite purulenta. Num dos dois restantes havia apenas aumento de tensão (a autópsia não demonstrou meningite), no outro, igualmente, aumento de tensão do liquido céfalo-raquidiano, turvação e polinucleose (êste último tinha meningite). Em todos os casos o líquido revelou-se estéril.

Dêste facto não se pode tirar a conclusão de que nos nossos casos não existiam bactérias no saco aracnoideo. Entre não existirem realmente e não serem encontradas há uma diferença importante, que convêm não perder de vista.

*Vómitos.* — Observaram-se no início em 50 % dos nossos casos. Importante é de notar que num dêles se manifestou vómito sem que, àlêm de ligeiro aumento de tensão do líquido céfalo-raquidiano, outros sintomas meníngeos existissem, como a autópsia confirmou.

*Dôr de cabeça.* — Existia em quatro (50 %) no comêço, sendo espontâneamente localizada em dois: uma vez no lado esquerdo da nuca (abcesso do lóbulo temporal esquerdo), outra vez na fronte e na região temporal direita (abcesso no lado direito). Em nenhum dos casos foi possível localizar a dôr por meio de percussão do crânio.

*Dôres de ouvido.* — Foram violentas em quatro doentes (IV, V, VI e VIII) e, num (III) de pouca intensidade. Nos outros dois casos foi impossível estabelecer uma anamnese minuciosa.

*Apetite e sono.* — Apenas um doente (VII) conserva o apetite. Todos os outros, que se encontram em estado de fornecer indicações, se queixam de anorexia.

Dormiam mal três dos nossos pacientes (IV, V e VIII). Dois dormem bem (III e VII). Os restantes não forneceram qualquer dado aproveitável.

*Vertigem.* — Vertigens mostraram-se em quatro dos seis doentes, que se encontravam em estado de contar os seus sofrimentos. Num deles revestiram as vertigens a forma paroxística (III) e marcaram o início da doença. Outro (VI) teve igualmente vertigens no comêço. Durante a evolução dos abcessos mostraram-se elas no caso V. Na doente VIII parece, também, terem-se manifestado fenómenos vertiginosos.

Pelos nossos dados, pois, a vertigem apareceria com uma frequência de 50 % no início da doença.

Como dois dos doentes, em que existiu vertigem, apresentavam meningite (demonstrada na autópsia) e outro, uma histérica aliás sem sinais de meningite, teve muito passageiramente fenómenos vertiginosos durante a evolução para a cura, não possuimos sólido funda-

mento para considerar a vertigem como sintoma próprio dos abcessos cerebrais sem complicações.

*Nistagmo espontâneo.* — Foi êste sinal observado em quatro dos nossos oito doentes (50 %), dirigindo-se uma vez apenas para o lado doente e três vezes para o lado são (I, II e VIII).

*Fundo do ôlho.* — Dos sete casos, em que foi possível praticar exames oftalmoscópicos, únicamente um (I) apresentou ligeiras alterações — vasos congestionados, sinuosos, mas sem estase papilar. Em todos os outros o resultado dos exames foi sempre negativo, quer no início, quer durante a evolução dos abcessos cerebrais.

Por isso, somos levados a admitir como bastante raras as modificações do fundo do ôlho em casos de abcessos cerebrais de origem otítica.

*Mobilidade dos globos oculares.* — Estava íntegra em seis casos (75 %). Num deles apareceu ligeira paresia do recto interno. Em outro existia desvio conjugado (II).

*Pupilas.* — Reagiam à luz e a comodação em 50 % dos nossos doentes. Nos restantes reagiam, mas preguiçosamente.

Desigualdade pupilar observou-se uma vez, sendo maior a pupila do lado afectado. Uma outra vez apareceu miose acentuada (irritação do motor ocular comum por meningite) (?).

*Pulso.* — Em cinco dos oito casos foi notada constantemente aceleração do pulso, o que dá uma percentagem de 62 %. Em um doente (VI) houve taquicardia até dois dias antes da morte, contando-se então 75 pulsações por minuto. Depois o número de pulsações elevou-se até 80, descendo na véspera do desenlace fatal a 60. Na doente VIII houve bradicardia nítida. No entanto, a bradicardia não foi permanente: ao lado da diminuição de freqüência das pulsações manifestou-se indubitavelmente uma certa instabilidade do pulso.

Bradicardia apareceria pois, segundo o nosso material, bastante raramente. Quando existe, é mais um sintoma a indicar a presença duma complicação intra-craniana, em geral.

*Perda dos sentidos.* — Foi observada como sintoma inicial em três doentes (43 %). Um (III) foi trazido para a clínica nesse estado, sem que fosse possível averiguar quando tal sintoma se declarara.

*Paralisias e convulsões.* — Em dois pacientes apareceram paralisias (hemiparesias cruzadas), estando uma vez o facial atingido. Em outro caso (criança de 4 anos) manifestaram-se convulsões, primeiro na metade do corpo oposta à da lesão e mais tarde generalizadas.

*Perturbações da fala.* — Foram constatadas em três casos, dois dos quais apresentavam um abcesso do hemisfério cerebral esquerdo.

No primeiro (II) trazido em estado comatoso para a Charité cons-

tataram-se respostas pouco percetíveis e hesitantes (abcesso à direita), o que foi, sem dúvida, proveniente do estado do doente, em período terminal, e não da localização do abcesso.

Outro doente (III) trocava os termos, em vez de beber dizia comer, etc. (abcesso do lóbulo temporal esquerdo).

O último (VII) igualmente com abcesso à esquerda, apresentou afasia nítida e perturbações de deglutição.

Do exposto se conclue que em quatro abcessos do lóbulo temporal esquerdo houve perturbações da fala em dois (50 %), aparecendo elas como sintoma tardio da doença.

*Reflexos, etc.* — O *reflexo patelar* foi positivo em quatro casos (57 %). Em um caso era negativo no lado oposto ao da lesão, noutro menos acentuado do lado do abcesso; e, noutro, finalmente, pouco pronunciado e do lado oposto.

O sinal de Babynsky foi cinco vezes negativo (71 %). Uma vez, positivo do lado oposto ao da lesão, outra vez observou-se clonus do pé no lado contrário ao do abcesso.

O sinal de Romberg, explorado quatro vezes, em uma só foi positivo (III).

O fenómeno de Kernig foi positivo em três casos, todos eles acompanhados de meningite, como a autópsia demonstrou.

*(Continua).* CARLOS DE MELLO.

# As novas ideias sôbre o hipnotismo

(ASPECTOS MÉDICO-LEGAIS)

O hipnotismo que fez a sua época de clamoroso ruído através das grandes exibições parisienses, passou um dia as portas da Salpêtrière, como antes atravessara a medo os humbrais de l'Hotel Dieu, e transitou do campo do reclamo laico para tomar fóros de doutrina médica disciplinada e autêntica. A história dos seus créditos e das suas *débâcles* é das mais interessantes que conhecemos nestes vaivens que os diversos tratamentos médicos perpassam, oscilando entre as curas miraculosas e os desastres mais estrondosos.

Ela interessa a todos os que se dedicam a assumptos médicos e nomeadamente aos portugueses que teem, no seu passado, uma grande quota parte do seu triunfo na pessoa do ignorado padre Faria que, apezar de ter sido rehabilitado pelo sr. Dalgado, ainda poucos conhecem em todas as particularidades que o cercaram nas dominadoras horas do seu triunfo e no momento amargo da impiedosa detratação que o arrastou à melancólica defesa que a morte lhe não deixou completar.

O hipnotismo teve depois de Charcot a voga imensa que há duas ou três décadas de anos fez com que fosse o passatempo obrigado dos salões e dos espectáculos. Depois veiu o desuso e até os neurologistas, que a princípio foram os seus principais praticantes, quási o relegaram para o capítulo dos processos terapêuticos inúteis. E a moda que em medicina também faz lei, conseguiu que os médicos o esquecessem e os doentes deixassem de o olhar como uma suprema tábua de salvação.

Últimamente Babinski retomou o assumpto sob um novo aspecto, e assim como reduziu a histeria a proporções minúsculas e bastante justas, fez caír sôbre êle o anátema cruel duma dúvida que, por vezes, aparece como a negação da sua própria existência.

É interessante lançar uma vista retrospectiva sôbre êste complexo

problema e enunciar o estado actual da opinião médica sôbre êste assumpto.

Há nele alguma cousa difícil de precisar e concretizar em fórmulas claras e exactas; e tanto assim é que, mesmo nos tratados de medicina, perde-se muito tempo em divagações, sendo obscuras as noções apresentadas. As próprias ideias de Babinski não teem sido bem vulgarizadas e, embora com elas não concordemos em absoluto, bem merecem ser minuciosamente apreciadas.

Mas falar de hipnotismo é falar *ipso facto* da histeria à qual anda ligado, através das discussões das Escolas, como irmão gêmeo e inseparável. E, como veremos, há razão para associar os dois estados. Ora a histeria dos nossos tempos de estudante, tal como a vimos e examinámos, quási desapareceu. E tanta é a verdade das novas noções, em que apenas haverá alguns excessos de radicalismo, que quási também desapareceram das consultas neurológicas as trágicas histéricas doutros tempos que faziam as crises por *étapes,* entretendo-se os médicos a separar-lhes as fases das complicadas contorsões [1].

Toda essa rara e extravagante simptomatologia que pejou os tratados clássicos foi em grande parte cultivada, exagerada, criada por assim dizer pelos médicos da época sob a influência dominadora do grande Mestre da Salpêtrière, o glorioso criador da neurologia, que nem por isso decresce no alto conceito em que o teem todos os que lhe estudaram a sua obra, e os raros sobreviventes que tiveram a ventura de lhe seguir as lições. Posto de parte o cultivo do morbo, êle reduziu-se naturalmente, singelamente, às proporções em que hoje o encontramos, sem os realces e as maravilhas que corriam de bôca em bôca e que, em terreno propício, produziam essas terriveis mitómanas que estonteavam leigos e médicos.

Daí ao milagre era um pequeno passo. E, então, era de ver uma ou outra descrição de alguns médicos mais ingénuos que contavam histórias de doentes que bem podiam servir de tema a contos de Poë.

Ainda no último Congresso Internacional de Medicina de Lisboa, e já as novas concepções da doença começavam a interessar os neurologistas, ouvimos citar o caso de vómitos urinosos num histérico. Brissaud não perdoou a audácia do compatriota apresentante e, estou

[1] A própria literatura que tanto as aproveitou para tema dos seus romances, também as abandonou ou quando muito as passou para um plano secundário. Na pintura já não há inspiração que possa exumar os trejeitos demoníacos e as contorsões quási inverosímeis das antigas exibicionistas dos palcos das aulas clínicas.

em crer, que nem o próprio autor da comunicação ficou convencido da verdade do seu caso. Se o doente não ingeriu urina, se o aparelho urinário está inteiramente independente do aparelho gastro-intestinal, se só o rim pode, no organismo, fabricar urina, como poderia vomitar tal líquido? E, contudo, o médico que citou o caso, acreditou na sofisticação a que o sujeitaram, sem que pretendesse evitá-la procedendo a uma indagação inquisitorial sôbre o assunto.

É que ainda nessa época[1] havia a tendência em acreditar tudo quanto se atribuia aos histéricos, havendo médicos com marcada preferência para aceitar o mais maravilhoso como sendo o mais verdadeiro.

Foi isso que ruiu definitivamente e à nova orientação se deve um grande, um extraordinário progresso, no campo da diagnose. Durante muito tempo, no capítulo diagnóstico, se tropeçou nesta dúvida: — tratar-se-há dum caso de histeria? E quando não ficava a dúvida, era necessária uma larga, aparatosa e documentada argumentação, para nos trazer o convencimento de que o caso entrava num outro capítulo nosográfico. Na minha prática clínica muitas vezes tenho sido chamado para ver paralisias histéricas que se tornam pertinazes sem que esse diagnóstico se confirme. Julgo que só uma vez pude concordar em tal diagnóstico. Nos outros casos os sinais que hoje possuimos demonstraram a existência duma paralisia orgânica que o prognóstico veiu sempre mais tarde confirmar. Êsse trabalho de revisão, essa árdua tarefa de bem precisar os limites da histeria e, conseqüentemente, a investigação de pequenos simptomas e sinais denunciadores de lesões orgânicas, constitue a obra colossal de Babinski que assim veiu trazer a exactidão ao diagnóstico e acabar com o *expediente-histeria* que quási sempre desembaraçava os principiantes pouco estudiosos dos diagnósticos complicados. E tudo cabia no proteico quadro sinptomatológico desta neurose!

*

A histeria foi pela primeira vez definida por Charcot em termos precisos e concretos. A escola da Salpêtrière, a chamada escola clássica, dominara a França e o mundo inteiro. Raymond, sucessor do Mestre, defendeu ainda a velha concepção contra a revolta de Babinski. Pitres, o brilhante professor da Faculdade de Bordeus, seguiu e suponho que segue ainda hoje, pelo menos em grande parte,

---

[1] *Actas do XV Congresso Internacional de Medicina de Lisboa* (abril de 1906). Secção de neurologia, psiquiatria e antropologia criminal, pág. 517.

a velha orientação. Mas nas sessões da Sociedade de Neurologia de 1908[1] a que por mais duma vez teremos que referir-nos, e em que se fez a revisão da histeria, as novas doutrinas triumfaram duma maneira, pode dizer-se, completa.

Em junho de 1906 apresentou BABINSKI o seu modo de ver numa notável conferência realizada na Sociedade do Internato dos Hospitais[2]. Estivemos em Paris pouco depois. As primeiras impressões não foram boas: havia uma natural repulsa pela demolidora doutrina. Era deitar por terra uma construção que tivera durante muitos anos o assentimento unânime de todos e tão documentada foi que muitos a admiravam como a mais bela obra do Mestre. E era um dos seus discípulos mais queridos que vinha lançá-la por terra!

O que era a histeria no velho conceito clássico?

Era uma doença caracterizada por duas ordens de perturbações: umas permanentes que se denominaram estigmas e outras transitórias que eram as mais espectaculosas do quadro simptomatológico. As primeiras seriam caracterizadas pela sua fixidez e pela sua precocidade no desenrolar da scena mórbida, as segundas constituiriam as diversas manifestações que aparecem súbitamente, em geral sob a influência duma emoção, sucedendo-se por vezes umas às outras. São os ataques, as paralisias, as contracturas, o mutismo, etc. Estas perturbações nervosas, de todas as mais alarmantes, levavam sempre o médico consciencioso à investigação dos estigmas. E raro faltavam. Enumerêmo-los: zonas de anestesia, tomando em geral a distribuição hemianestésica, com a abolição das diversas formas de sensibilidade, abolição do reflexo faríngeo, consequência da anestesia da região, hiperestesias de várias zonas, pontos dolorosos, zonas histerogénicas, perturbações da visão, com apêrto concêntrico do campo visual, diplopia ou mesmo poliopia monocular, discromatopsia em que alguns observadores desejaram ver caracteres próprios, pois incidiria especialmente sôbre o azul e o violeta, permanecendo normal a precepção do vermelho[3], paralisias oculares, ambliopia, e até a cegueira completa.

A propósito de perturbações oculares chegaram alguns a afirmar que a histeria poderia originar a desegualdade pupilar e a midriase, com a abolição dos reflexos à luz, à acomodação e à convergência. E isto era doutrina corrente em tratados de justa nomeada. Houve

---

[1] *Revue Neurologique*, 1908, pág. 375.

[2] J. BABINSKI, *Ma conception de l'hystérie et de l'hypnotisme*, Chartres, imp. Durand, 1906.

[3] No tabes e no alcoolismo observa-se o contrário.

até quem afirmasse que a proteica neurose poderia originar paralisias periféricas não só dos nervos oculares, III e VI pares, mas até do nervo radial e outros. Quantas sciáticas não tiveram, há poucos anos ainda, a designação de histéricas!

As perturbações cutâneas e vaso-motoras, que foram apregoadas como fazendo parte do quadro simptomatológico desta doença, constituem uma longa lista que seria fastidioso estar aqui a enumerar. Basta que citemos os eritemas, os edemas, as ulcerações e até as gangrenas para mostrar até onde chegou o exagêro.

Juntemos a isto tudo o espasmo glótico, o edema da glote, as congestões pulmonares e as hemoptises, do lado do aparelho respiratório; a taquicardia, o pulso lento permanente e a angina *pectoris* do lado do coração; os vómitos, as gastralgias e as hematemeses do lado do estômago; as menorragias e as metrorragias do lado do aparelho genital; as anúrias, hemetúrias, albuminúrias, incontinências e retenções urinárias do lado do aparelho urinário, etc., para vermos como foi alterada, na frase de BABINSKI, a noção primitivamente apresentada por CHARCOT de que «a histeria é a grande simuladora» por esta outra bem diferente: «a histeria pode tudo simular». A fórmula poderia ser cómoda para a clínica, porque esta noção de histeria vaga e obscurecida com a rica simptomatologia que lhe dispensaram, servia para resolver dificuldades e muitas vezes para impedir exames mais rigorosos.

Foi BABINSKI quem em 1901 [1], e especialmente em 1906, lançou o seu pregão de revolta contra esta imprecisão simptomatica e contra esta anarquia clínica.

As suas doutrinas começaram logo a fazer escola e os neuralogistas, na sua maior parte, passaram a dar razão às provas clínicas das suas memoráveis lições. Lembra-nos bem a impressão que, ao tempo, nos deixaram.

Em 1908 foi a questão levada à Sociedade de Neurologia de Paris. Servira de base à discussão a definição que BABINSKI dera da histeria e conseqüentemente as naturais ilações que dela derivavam. As suas doutrinas saíram triunfantes da discussão e, salvo pequenas restrições, de há muito as adoptámos.

«A histeria, diz BABINSKI, é um estado psíquico especial que se manifesta, principalmente, por perturbações que se podem chamar primitivas e, acessóriamente, por perturbações secundárias.

«O que caracteriza as preturbações primitivas é a possibilidade de as reproduzir por sugestão em certos indivíduos, com uma exactidão

[1] Sociedade de Neurologia, sessão de 7 de novembro de 1901.

rigorosa, e de as fazer desaparecer sob a influência exclusiva da persuasão.

«O que caracteriza as perturbações secundárias é que elas estão estreitamente subordinadas às perturbações primitivas» [1].

Nesta definição há um significado especial para a palavra *sugestão* que seria uma insinuação má, e para o termo *persuasão* que seria uma insinuação racional ou que, pelo menos, não estaria em contradição com a razão. Nós preferimos empregar nos dois casos a designação geral *sugestão* que pode ser boa ou má, estar ou não em conflito com a razão, mas em que há uma imposição que é aceita, característica essencial dos dois processos psíquicos em que BABINSKI firma a sua definição. E assim diremos simplesmente que a *histeria é um estado psíquico especial caracterizado por perturbações que a sugestão pode reproduzir ou fazer desaparecer.*

Foi viva a discussão na Sociedade de Neurologia sôbre se os estigmas histéricos (hemianestesias sensitivo-sensoriais, apêrto do campo visual, poliopia monocular, discromatopsia, abolição do reflexo faríngeo, zonas histerogénicas, etc.) são ou não o resultado duma sugestão inconsciente e até, o mais das vezes, o resultado duma involuntária sugestão do médico. RAYMOND, DEJERINE, BRISSAUD, PITRES, SOUQUES, DUPRÉ, MEIGE, THOMAS, GILBERT BALLET e BABINSKI, trouxeram para a discussão o resultado das suas investigações clínicas. As opiniões não foram unânimes. RAYMOND, DEJERINE e PITRES defenderam que há hemianestesias que não são o produto duma sugestão médica, mas a maioria dos neurologistas foi de parecer oposto. Hoje é aceita como verdadeira a doutrina de BABINSKI de que as anestesias histéricas são sempre um produto da sugestão (sugestão médica ou autosugestão). É o que pelo meu lado tenho sempre verificado.

O exame da sensibilidade, como em geral é feito nestes casos, determina uma imediata sugestão ao doente, quando êle possue uma grande receptividade sugestiva ou quando tem uma tendência para o exagêro ou mesmo para chamar sôbre si, duma maneira especial, a atenção dos que o rodeiam. Com efeito, vendados os olhos ao doente, pica-se com um alfinete e pergunta-se *onde doe mais, se à esquerda ou à direita.* É o bastante para dar uma sugestão ao doente e tanto que na maioria dos casos, cêrca de dois terços, a hemianestesia aparece à esquerda, porque em geral o observador começa por picar primeiro esse lado, quando o doente se lhe senta em frente, chamando assim para êle, em primeiro lugar, a atenção do observado (HENRY MEIGE) e ainda porque picando primeiro à esquerda e depois à direita

[1] Definição definitiva de 1906.

com a mesma intensidade e perguntando em seguida de que lado sentiu maior dôr, a impressão da última picada deve prevalecer sôbre a primeira. É por esse mecanismo que se produzem quási todas, senão todas as denominadas hemianestesias histéricas. Se algumas são o produto de autosugestão, imitação por conhecimento da existência destas perturbações, são em limitadíssimo número. E nenhuma tem outra etiologia. A sugestão é sempre a sua determinante. E sabe-se bem como é fácil sugerir e até obter a mudança das anestesias nestes doentes. E aparecem sempre com os mesmos caracteres, tolerando os pacientes que lhe atravessem com um alfinete a pele no ponto em que pouco antes lhe doía. Verifica-se êste fenómeno todos os dias na prática corrente e só esta variabilidade pode ser tomada como sintoma da doença. Por todas estas razões não se admite hoje o estigma-anestesia e o mesmo podemos dizer, e com mais verdade ainda, dos outros estigmas acima enunciados.

Sôbre as perturbações oculares todos os oftalmologistas, com Rochon-Duvignaud à frente, não admitem hoje os apertos do campo visual nem as discromatopsias ainda há poucos anos tão apregoadas e defendidas. Dá-se sempre a mesma sugestão e daí o êrro e a falsa interpretação.

Posta de parte a questão dos estigmas e aceita a definição que adoptamos resta perguntar se sôb a influência da sugestão podem aparecer as perturbações que por muitos observadores foram apresentadas como pertencendo ao quadro simptomatológico da histeria.

1) *A sugestão não pode alterar os reflexos.* Pelo que respeita aos reflexos tendinosos a opinião é concorde. Pelo que respeita aos reflexos cutâneos, e principalmente ao reflexo faríngeo e córneo precisamos de notar que o hábito pode ter uma acção inhibitória sôbre a sua produção. Sôbre o reflexo faríngeo sobretudo. Ao fim dum certo número de explorações sucede muitas vezes desaparecer a acção reflexa correspondente. Há ainda outra circunstância a notar: é que alguns reflexos não existem em indivíduos normais.

O próprio reflexo plantar, por exemplo, falta em muitos casos. Dejerine julga que não existe em 10 a 15% dos indivíduos observados, o que julgamos exagerado; mas não há dúvida que algumas vezes encontramos a falta de toda e qualquer reacção à manobra da excitação da planta do pé. Seria falsa qualquer conclusão que a êste respeito se tirasse em favor da simptomatologia histérica, sabendo-se, além disso, que não há forma de o extinguir pela sugestão.

Mas há reflexos que existem sempre e os casos apontados de ausência, em indivíduos normais, do reflexo rotuliano e aquiliano, por exemplo, devem ser postos de remissa. Nunca os observámos: e

nunca também os podemos diminuir de intensidade sob a influência sugestiva.

Pelo que respeita aos reflexos pupilares o acôrdo é ainda unânime: nunca, por sugestão, se poude obter a paralização da pupila à luz, à acomodação e à convergência. PITRES notou, de há muito, que o reflexo de SCHIFF, também chamado de ERB, que consiste na dilatação da pupila sob a acção dolorosa exercida sôbre a pele, se produz nos histéricos, mesmo quando se picam as zonas anestesiadas.

O que acabamos de dizer tem uma grande importância para descriminar os fenómenos histéricos dos que o não são e constitue um grande progresso para a certeza diagnóstica que antes destas noções, duma nitidez e exactidão absolutas, por completo nos faltava.

2) Devemos também notar que não é possível obter pela sugestão nenhuma das apregoadas perturbações tróficas e circulatórias que outrora entravam no quadro nosográfico da histeria. Nem o dermografismo, nem a urticária, nem o edema, nem as ulcerações, nem as flictenas, nem as gangrenas, podem ser obtidas pela sugestão.

3) O mesmo diremos das perturbações secretoriais, das hemorragias várias, e da denominada febre histérica que tem talvez ainda os seus defensores, sem que haja documentação alguma séria que demonstre a sua existência. Pela sugestão ninguem até hoje poude obte-la e os casos citados com tal designação não apresentam, como bem nota DUPRÉ, suficientes garantias de autenticidade.

Não podemos seguir por mais tempo o assumpto que vimos explanando e que não é o objectivo dêste artigo. O que acabamos de expor é tão sómente um prólogo indispensável ao estudo do hipnotismo a que a histeria, últimamente crismada por BABINSKI de pitiatismo [1], (πειθώ persuasão e ιατος curável) anda tão intimamente ligada.

São estados tão aproximados que um não pode ser estudado independentemente do outro. É que os fenómenos hipnóticos são da mesma natureza que os fenómenos histéricos. A sugestão é o elemento etiológico na produção dos dois estados, havendo apenas a diferença de que nos histéricos a sugestão pode surgir sem auxílio extranho, ao passo que no hipnotismo o indivíduo se coloca sempre em condições de receber a sugestão alheia. Contudo os resultados e os processos de produção dos dois estados são tão idênticos que o próprio Prof. BERNHEIM, da Escola de Nancy, abandonou, desde 1906

[1] BABINSKI, *ob. cit.*, pág. 29.

para cá, as suas primitivas ideias da separação dos dois estados, o que tornou rivais as duas escolas que sôbre o assumpto tanto se degladiaram, a da Salpêtrière aproximando-os e identificando-os e a de Nancy defendendo a separação e autonomia das manifestações histéricas e hipnóticas.

Ainda hoje podem fazer-se objecções de algum pêso em favor desta hipótese; mas também é certo que ninguem sabe até onde vai a divulgação dos fenómenos pitiáticos que podem mesmo ultrapassar as barreiras da nossa espécie. Eu sou dos que irmanam na mesma origem as duas ordens de fenómenos e seria longo fazer reviver aqui, a contenda que alcançou o seu termo com a quasi universalidade de vistas sôbre o discutido assumpto. Com efeito nós dizemos que um indivíduo está hipnotizado quando após as práticas hipnotizadoras (fixação do olhar num objecto brilhante, audição dum ruído monótono, pressão sôbre os globos oculares[1], imposição verbal para que dorma, etc.), aparecem certas perturbações nervosas, paralisias, contracturas, anestesias, que podem desaparecer e reaparecer às ordens do hipnotisador. É exactamente como nos casos de histeria, e como muito bem diz Babinski, se ignorassemos as condições de produção destas manifestações, seria impossível distinguir umas das outras. Para êle o hipnotismo não cria nem exalta a sugestibilidade, como geralmente se julga. O hipnotismo não é mais do que um sintoma da mesma sugestibilidade.

Não somos absolutamente desta opinião, mas há muito de verdade na afirmação de Babinski, como veremos daqui a pouco. Mas antes de abordarmos êste assumpto examinemos rápidamente a hipnose através dos tempos.

É ela conhecida de velha data. Os egícios, os hebraicos, os gregos, os romanos e outros povos da antiguidade, deixaram referências a estas manifestações sugestivas destinadas a produzir o sucesso entre as multidões crédulas e maravilhadas.

Na idade média essas práticas tiveram também os seus cultores e as curas miraculosas dos tempos dos Cruzados e dos que se lhe seguiram obtiveram um grande éxito. Eram os processos de feiticeiria que ainda hoje é corrente em povos pouco avançados e até na culta Europa teem praticantes e clientela.

Foi Mesmer quem em 1779 espalhou a doutrina do magnetismo animal. A ideia não era nova: derivava naturalmente das doutrinas filosóficas e teosóficas dos séculos XVI e XVII. Mesmer inspirou-se nas obras de Paracelso, de Helmont, Maxwell e Kircher. A princípio

[1] É a prática que julgo mais simples.

operava com ímans artificiais, depois defendeu a doutrina do fluído universal e então aparece com os passes, as manipulações, as celhas misteriosas. De toda a sua obra só um mérito lhe coube: ter dado orígem à descoberta do sonambulismo provocado que um dos seus discípulos, o marquês de PUYSÉGUR [1], observou pela primeira vez, por meados do século XVIII. Estou convencido que antes dêle fôra observado êsse estado, mas só PUYSÉGUR o pôs em destaque separando-o das outras manifestações hipnóticas.

É então que aparece o padre FARIA, português nascido em Gôa, brahman, que em Paris, em 1815, fez um colossal ruído com as suas sessões e conferências sôbre o magnetismo. Foi o primeiro que disse *não ser portador de fluido algum especial* e que o fenómeno dependia apenas da organização das pessoas que se sujeitavam a essas práticas.

Foi êle o primeiro que abandonou todo o scenário complicado de MESMER para obter a hipnose à simples voz de comando: «Dorma!». Por isso muito bem diz BERNHEIM [2]: «L'abbé Faria dégagea le premier, en 1819 [3], ce phenomène des langes de la magie et de la chimère qui en obscurcissaient la nature et montra que tout est dans l'imagination du sujet».

Mas as doutrinas de FARIA não tiveram grande divulgação, porque caíu sob o ridículo de se ter deixado iludir por um actor que se fingiu hipnotisado, e a sua obra de defesa, que devia constar de quatro volumes não passou do primeiro, porque a morte o veiu surpreender após a sua publicação.

Foi BRAID quem, em 1841, divulgou a doutrina de sugestão do padre FARIA de quem foi apenas um continuador. Por isso a obra do nosso compatriota permanecerá através dos tempos por ter trazido à sciência uma noção exacta que hoje acatamos como uma verdade incontestada. O padre FARIA foi um incompreendido, e a sua obra sofreu do espírito da época, perdendo-se em justificações teocráticas, como a de BRAID se dispersou em explicações filosóficas, transformando assim, um e outro, os phenómenos observados em complexos e incompreensíveis problemas.

Em 1866, LIÉBAULT publica o primeiro estudo sôbre a sugestão verbal como influência terapêutica e, daí a pouco, CHARCOT defendia

---

[1] O marquês CHARTENET DE PUYSÉGUR foi um filantropo que estudou o mesmerismo com o fim de ser útil aos doentes (PITRES).

[2] Dr. BERNHEIM, *Hypnotisme, suggestion, psychotherapie*, Paris, O. Doin, 1891.

[3] É a data do livro do padre FARIA, *De la cause du sommeil lucide*. Antes disso, desde 1815, defendeu o padre FARIA essa doutrina. Em trabalho que pensamos publicar em breve, trataremos demoradamente da obra dêste insigne português.

a doutrina de que o hipnotismo era um estado patológico que não se encontrava fóra da histeria e que era caracterizado por três períodos: a letargia, a catalepsia e o sonambulismo que se sucediam sucessivamente. O mestre usou largamente da hipnose provocada como meio terapêutico. Provocava o sono por uma luz viva, por um ruído forte, por uma simples ordem, à maneira do padre Faria, pela fixação dum objecto brilhante, pela fixação do olhar, pela pressão dos globos oculares (processo de minha preferência) ou qualquer outro. O sucesso terapêutico foi enorme e o hipnotismo foi considerado como um grande elemento curativo. Veio depois o exagêro e afirmou-se que pelo hipnotismo se podiam curar a maior parte, se não todas as doenças ditas funcionais, devendo, porêm, ser empregado com prudência por ser um agente perigoso e que manejado por mãos criminosas podia ser causa de terriveis conseqüências. Mas nem todos assim pensavam e alguns, mais modestos e menos timoratos, afiançavam que a hipnose provocada só podia curar as perturbações histéricas e, sem se definirem positivamente sôbre os seus perigos, achavam que havia exagerados receios. Mas todos concordavam que era um processo terapêutico valioso e útil.

Com o andar dos anos todo êsse entusiasmo, todas essas curas — e muitas se deveram ao hipnotismo —, foram esquecendo e o que é um facto, como muito bem faz notar Babinski, hoje quási se não hipnotisa. Foi apenas uma influência da moda que lançou ao esquecimento a valiosa prática, ou foi o reconhecimento da sua não valia? Eu penso que o seu abandono foi sobretudo devido à circunstância de novas terapêuticas mais simples, entre as quais avulta a da psicoterapia em vigília, virem substituir, e até com grandes vantagens na maior parte dos casos, a prática hipnótica.

Apreciemos agora, com Babinski, através apenas do seu aspecto clínico, o chamado estado hipnótico.

O observado, depois das práticas hipnotisantes, fecha os olhos que não pode abrir, os seus membros tornam-se flácidos, parece que a sensibilidade se embotou e dá a impressão de que dorme um sono profundo (primeira forma, *letargia*).

É o que acontece na maior parte dos hipnotisáveis; mas outros há que não permanecem nêsse alheamento e entram em comunicação com o hipnotisador ou executando ordens, com os olhos fechados ou abertos, ou aceitando sugestões inverosímeis (segunda forma, *sonambulismo provocado*).

A um hipnotisado sugestiona-se, por exemplo, que um livro é uma jarra de rosas, pede-se que tire uma dessas flôres, e êle executa as ordens imediatamente, como se a sugestão fosse verdadeira.

Há *sujet* que não se dobram tão facilmente a imposições extranhas; mas diambulam, conversam, aceitam outras sugestões mais simples. Não há em todos os hipnotisados uma constância perfeita de fenomenos. Devemos juntar a estes dois estados as atitudes cataleptícas que algumas vezes aparecem e muitas vezes podem provocar-se nas duas categorias de hipnotisados a que nos referimos.

Estas duas formas é que marcam dois estados bem diferentes: o primeiro recordando o sono, o segundo lembrando o sonambulismo. Não se podem aceitar hoje as descrições esquemáticas de CHARCOT reconhecendo os três estados no «grande hipnotismo» que muitas vezes se sucedem, mas que na maior parte dos casos se resumem no estado sonambúlico que surge *d'emblée*. Assentemos pois que há a considerar duas formas bem diferentes de sono hipnótico entre as quais há formas intermédias. Essas duas maneiras diferentes, pelo menos aparentemente, do sono hipnótico são a «letargia» e o «sonambulismo» provocado a que chamaram com razão «sono lúcido». Já o padre FARIA intitulou o seu trabalho «*A causa do sono lúcido*».

Postas estas permissas apreciemos uma questão ultimamente apresentada por BABINSKI [1] e que merece ser estudada com o maior cuidado: «é se o hipnotismo constitue bem uma realidade».

O ilustre médico, a quem tanto deve a clínica neurológica, liga tão intimamente o hipnostimo à histeria de que ninguem, a meu ver, pode afastá-lo, que lhe dá, como dissemos, uma concepção identica. Ora para BABINSKI a histeria é uma semi-simulação e egual significado deve, segundo o seu critério, ter o hipnotismo.

Eu julgo haver em toda esta maneira de ver um exagêro e, o que é peor, uma imprecisão de termos de que provem uma certa confusão. Não se compreende uma *semi-simulação*. Ou existe ou não existe a simulação. Podem ser exagerados os sintomas dum determinado estado psíquico por simulação, visando a um certo e determinado fim: mas não se pode admitir em sciência a noção duma semi-simulação que tomada no sentido restrito dos termos empregados é a negação da própria simulação. Uma rapariga simula um ataque, merece o título de simuladora; uma outra, sob a influência de qualquer sugestão, segundo a etiologia histérica de BABINSKI que aceitamos, tem um ataque, não é uma simuladora, é uma doente. Há

---

[1] *Semaine Medicale*, 27 Juillet, 1910.

por vezes nas histéricas muita simulação adicionada, a fim de chamarem as atenções dos médicos, das pessoas de família, do público, mas é necessário quanto possivel descriminar o que é feito no domínio do inconsciente ou do consciente. Sabemos que por vezes é dificil a destrinça, mas nem devemos relegar para a simulação as verdadeiras manifestações histéricas, nem podemos aceitar a designação de *semi-simulação* para caraterizar a simptomatologia bem averiguada dêstes doentes.

Esta confusão de termos pode trazer inconvenientes graves quando é certo que apenas se pretende justificar por essas palavras que os sintomas encontrados nas histéricas se aproximam tanto dos actos simulados que muitas vezes é dificil determinar precisamente onde termina a doença e começa a simulação.

Mas basta que fiquemos com a dificuldade do facto. A designação de *semi-simulação,* sem significado bem compreensivel, pode deixar a impressão de que a histérica é sempre uma simuladora, doutrina que não aceitamos, nem até hoje o próprio Babinski ousou defender claramente.

Pelo que respeita ao hipnotismo, defende o autor a mesma doutrina. Para mim não há dúvida alguma que é uma realidade e tanto que diferentemente se comportam os indivíduos em face das práticas hipnóticas: uns não caindo em sono, outros não passando de uma letargia ligeira, alguns caindo em sono profundo, em estados cataleptico, e outros em sonambulismo.

Examinemos as dúvidas apresentadas.

*a*) Pode-se, com efeito, simular a hipnose, diz Babinski, fechar os olhos, tomar voluntariamente a atitude duma pessoa quási estranha ao mundo exterior, ou ainda fingir uma obediência passiva às ordens do hipnotisador, tomar um ar de pavor sob a sugestão da presença dum cão danado ou das chamas dum incendio, ou tambem afirmar que se deixou adormecer contra sua vontade e que ao despertar se não recorda de nenhum dos actos praticados nem das palavras pronunciadas durante o pretendido sono hipnótico.

Tudo isto é exacto; mas há casos, embora raros, de hipnotisadas que executam ordens sob comando, com os olhos vendados, por exemplo, que não seriam nunca efectivadas se estivessem fingindo o sono hipnótico. Sei que há autores que duvidam desta manifestação hipnótica. Grasset não a julga scientificamente demonstrada [1], mas

---

[1] J. Grasset, *Traité Elementaire de physiopathologie clinique*, Montpellier, Coulet et Fils, 1912.

eu pude verificar a sua exactidão num dos meus *sujets* tendo realizado as experiências com o máximo cuidado e evitando toda a possibilidade de fraude. E tanto basta para que no meu espírito se não quede um resto de dúvida sôbre a existência real do sono hipnótico.

O convívio com os hipnotisados, a forma como se conduzem, o consenso de todos os médicos que teem hipnotisado em admitir a sua existência real, são outros tantos argumentos em favor da sua existência. Ora a pergunta apresentada por BABINSKI e a que nos vimos referindo representa já uma dúvida sôbre a existência da hipnose. E funda-a o seu autor em não conhecer sintomas especiais que distingam o sono hipnótico verdadeiro do sono simulado.

E não haverá, de facto, características que distingam os dois estados?

Há casos especiais em que não há, como já disse, para o meu espírito, dúvida alguma: os observados estão em verdadeiro sono hipnótico; mas como só muito excepcionalmente se dão as circunstâncias especiais a que acima me referi, vejamos se há outros caracteres distintivos do verdadeiro sono hipnótico e do simulado[1].

Já os procurou CHARCOT e julgou encontrá-los. O ilustre mestre empregou um grande esforço para descriminar nas histéricas o que seria obra da doença do que seria apenas produto de simulação.

Assim dedica uma das suas lições — e quanto proveito ainda hoje se tira em relê-las! — a procurar distinguir a catalepsia histérica da catalepsia simulada[2]. E nessa orientação encaminhou as suas expe-

---

[1] BABINSKI mostra nos seus últimos trabalhos uma grande dúvida sôbre o realidade do hipnotismo. Assim a êste propósito escreve: «CHARCOT, dès ses premières investigations sur les états dits hypnotiques, avait été frappé par la valeur d'une pareille objection et son souci primordial consista dans la recherche de signes permettant de distinguer l'hypnotisme vrai, *s'il en existe un*, de l'hypnotisme simulé.

E ainda noutro ponto: «A beaucoup d'égards l'hypnotisé se comporte comme un comédien et l'hypothèse que tout l'hypnotisme constitue une farce n'est pas absurde».

Mas chegado a emitir a sua opinião precisa sôbre o assunto, BABINSKI diz, apoiando-se em considerações várias: «Je ferai donc ma profession de foi. Je declare que l'existence effective d'un état qu'on peut appeler «sommeil hypnotique» different d'ailleurs notablement de toutes les autres espèces de sommeil et susceptible d'être aisément simulé, me paraît très vraisemblable». Daqui conclue-se que BABINSKI acredita apenas como muito provável na existência do sono hipnótico. Nesse ponto somos categóricos, acompanhando-o aliás na maior parte dos seus modos de ver, a propósito dos problemas que se debatem em torno da hipnose.

[2] *Huitième Leçon*, vol. III, *Leçons sur les Maladies du Systeme Nerveux*, Paris, 1890.

riências e investigações para ver se podia encontrar caracteres distintivos entre o sono hipnótico verdadeiro e o sono simulado.

Assim deu grande importância ao que êle chamou os fenómenos somáticos do grande hipnotismo: a hiperexcitabilidade neuro-muscular e a plasticidade cataléptica. Infelizmente nenhum dêstes caracteres é privativo do sono hipnótico e neste ponto estamos absolutamente de acordo com as ideias de BABINSKI.

Em que consistiam estes sinais de CHARCOT?

A *hiperexcitabilidade neuro-muscular* consistiria na particularidade dos hipnotisados letárgicos contraturarem os seus músculos quando excitados por uma pressão. Assim quando se exercesse uma pressão sôbre o flexor comum superficial dos dedos, êstes contrair-se-iam sendo necessário empregar um grande esforço para os abrir; mas se o hipnotisador exercesse igual ou similar excitação sôbre o músculo antagonista, o extensor comum dos dedos neste caso, a contratura desapareceria imediatamente.

Da mesma maneira a excitação mecânica de qualquer nervo motor deveria provocar a contratura dos músculos da sua zona de enervação. Poder-se-iam assim produzir à nossa vontade as atitudes que as lesões orgânicas dêsses nervos determinam: garra cubital, mediana, etc. CHARCOT julgava impossivel simular êstes fenómenos contraturais e, por certo, os julgava constantes em todos os hipnotisados, o que não temos observado nos nossos *sujets,* especialmente virgens de aplicações electricas nas zonas de experiência. Além disso, como bem acentua BABINSKI, não se trata neste caso duma hiperexcitabilidade real dos músculos ou dos nervos. Com efeito, se assim fôsse, a pressão do dedo sôbre o nervo facial, por exemplo, deveria produzir do lado correspondente da face uma contração semelhante à que resulta da electrisação dêste nervo e que é produzida por fenómenos independentes da vontade (com sinergia paradoxal, focêta mentónica, etc.); e essa pressão produz, quando muito, uma contracção dos músculos dêsse lado da face, inteiramente idêntica à que resultaria de uma contracção voluntária dêsses músculos.

O segundo sinal sómático de CHARCOT—*a plasticidade cataleptica* —caraterizaria o estado cataleptico que, como dissemos é facilmente provocável em muitos dos hipnotisados caídos em simples letargia, quer sob a acção dum ruido violento, quer abrindo os olhos do observado à acção duma luz viva, quer por simples sugestão, como tantas vezes tenho obtido.

O observado, em estado cataleptico, pode, conservar, sem esforço apreciável, as atitudes diversas em que se colocam os membros. É um sintoma muitas vezes observado em algumas doenças mentais

(demência precoce, etc.). CHARCOT tendo tirado traçados gráficos do tremor dos membros dos catalepticos colocados em extensão, reconheceu que esses gráficos eram diferentes dos obtidos em indivíduos que, em vigília, procurassem demorar o mais possivel os membros em tal posição. Para obter esses traçados CHARCOT colocava um tambor na extremidade do membro de forma a registar pelo gráfico as suas menores oscilações. Ao mesmo tempo um pneumógrafo colocado sôbre o torax dava a curva dos movimentos respiratórios. As curvas publicadas por CHARCOT [1] são, de facto, muito diferentes. A princípio semelham-se os dois traçados, o do cataleptico e o do símulador, mas ao fim de alguns minutos a linha do simulador passa a ser uma linha quebrada por crises de grandes oscilações. BABINSKI reviu esses traçados tendo examinado hipnotisados catalepticos e simuladores e verificou que os traçados são identicos nos dois casos. A causa de êrro foi talvez devida a não ter sido examinados por CHARCOT um grande número de casos.

Pode pois afirmar-se que, até hoje, não há caracteres somáticos objectivos que nos levem a um diagnóstico seguro diferencial dos dois estados [2].

Mas por isso devemos negar a sua existência? De maneira alguma. Por esse processo seriamos forçados a negar a existência de muitas doenças do fôro psiquiátrico, do delírio de perseguição, da psicose maníaco-depressiva, por exemplo. E casos há, como dissemos, embora raros, em que ao observador não pode restar dúvida alguma de que estamos em presença dum hipnotisado.

Mas, por outro lado, devemos concordar que em muitos casos, na sua maioria, podemos ser ludibriados pelos observados. Foi por um processo dêsses que caiu por terra, num momento, a obra do padre FARIA que o levou à troça do palco na comédia *La Magnétismomanie* de JULES de VERVET que fez um grande sucesso em Paris em 1816 [3]. É preciso pôr todo o cuidado nestas observações, ter sempre um grande espírito de desconfiança e caminhar a passos seguros procurando afastar todas as causas de êrro.

---

[1] *Ob. cit.*, vol. III, págs. 20 e 21.

[2] É interessante notar que só a Escola da Salpêtrière admitia a existência dêstes fenómenos somáticos A de Nancy não os aceitava; mas nunca pôs em dúvida a existência do hypnotismo.

[3] Foi representada pela primeira vez em Paris, no teatro das *Variedades*, em 5 de setembro de 1816. O papel do magnetisador, *Soporito*, foi desempenhado pelo actor *Potier*.

Posto isto examinemos as diversas questões que se teem apresentado sôbre os caracteres do sono hipnótico. Todas elas teem a mais alta importância quer no campo terapêutico de que não tratarei nêste artigo, quer especialmente no âmbito médico-legal.

1) Disse-se que a hipnotisação poderia ser realizada *mesmo contra a vontade* do indivíduo. Dadas as virtudes e malefícios que se atribuiram ao hipnotismo é indispensável bem precisar êste ponto. A velha escola respondia pela afirmativa[1]. Babinski diz pelo seu lado: «eu estou convencido do contrário e citarei, em apoio da minha opinião um único facto: os grandes *sujets* que outr'ora manejávamos na Salpêtrière com uma tão grande facilidade aparente, que os adormeciamos com um gesto, com um olhar, que tinhamos a impressão de dominar, opunham por vezes às nossas tentativas de hipnotisação uma resistência invencivel. Bastava uma palavra que ferisse o seu amor próprio ou qualquer outro motivo insignificante para a determinar. Estou convencido, acrescenta, que se não pode hipnotisar um indivíduo sem o seu consentimento».

Em assuntos desta ordem valem, em última instância, os depoimentos dos médicos hipnotisadores. Por isso tambem concorro com a minha modesta opinião. Sou inteiramente do parecer de Babinski.

Por vezes tenho tido a ilusão de ter conseguido hipnotisar contra a vontade do doente; mas averiguando bem convenci-me sempre de que as doentes com quem se deram êstes casos tinham vontade de ser hipnotisadas e apenas manifestavam pelas suas palavras o receio de não caírem no sono hipnótico.

Recorda-me particularmente duma doente, de passado nervoso bem averiguado, que numa determinada fase da sua vida começou a manifestar tendências psíquicas homosexuais a que não cedia, mas que lhe transformavam a vida num horrivel suplício moral. O delicado assunto foi-me exposto por uma confidente familiar e foi-me pedido que visse se pelo hipnotismo poderia transformar a tendência mórbida da doente. Esta declarou-me que não seria hipnotisada porque não desejava sê-lo. Contudo pude realizar com ela algumas sessões de sono hipnótico com que aliás, no campo terapêutico, não consegui mais do que com a sugestão em vigília. Mais tarde ex-

---

[1] Cruchet defende ainda hoje que se pode hypnotisar contra a vontade do *sujet*.

plicou-me a doente a sua frase: é que receava não ser hipnotisada, não podendo assim beneficiar do tratamento.

Devo acrescentar que em muitos indivíduos em que tentei a hypnose e que me oposeram uma resistência formal, embora pertencessem à categoria dos pitiáticos, nunca pude obter o sono hipnótico.

Em pessoas que hipnotisamos com toda a facilidade tenho igualmente encontrado resistências provocadas. Só cedem ao sono quando se resolvem a deixar-se adormecer.

2) O estado de *sugestibilidade* é aumentado durante o sono hipnotico? A escola clássica definia e define ainda hoje a hypnose como sendo um estado psicológico no qual a sugestibilidade é elevada ao máximo pela sugestão (DEJERINE) [1]. Afastar-se-iam assim, para fóra da esfera da acção da vontade, todas as faculdades psicológicas superiores. O hipnotisado, diz DEJERINE, faz, de alguma maneira, um acto de fé prévio. Renuncia à discussão e à apreciação das afirmações que consecutivamente lhe são feitas. Coloca-se num verdadeiro automatismo psíquico aceitando todas as imposições por mais disparatadas que sejam.

Ponho de parte, nesta apreciação, as imposições para a prática de crimes a que a velha escola de Salpêtrière já punha restrições e de que tratarei daqui a pouco.

O hipnotismo que para BABINSKI anda ao lado da histeria, paredes meias com a simulação, não possue para êste autor o caracter de automatismo que a escola de Salpêtrière defende. E assim afirma categoricamente: «O sono hipnótico não cria a sugestibilidade, não está mesmo demonstrado que a aumente e constitue apenas uma sua manifestação» [2].

As duas afirmações são evidentemente antagónicas. Ora a hipnose não cria a sugestibilidade, sendo já por si um produto da sugestão; mas em minha opinião aumenta-a consideravelmente.

Com efeito obtem-se na maior parte dos hipnotisados uma aquiescência a imposições que em vigília dificilmente seriam aceitas ou mesmo seriam francamente repelidas. E é por isso que, em alguns casos, ainda é aconselhavel como meio terapêutico. Não deve, porêm, concluir-se que a hipnose seja preferivel à sugestão em vigília; com isto desejo apenas acentuar que não considero como inuteis todas as tentativas de tratamento pela hipnose. Há hipóteses e há condições, embora

---

[1] *Sémiologie des affections du systhème nerveux*, pág. 31, Masson & C.ie Paris, 1914.

[2] BABINSKI, *Loc. cit.*, pág. 351.

raras, em que é aconselhavel. Eu penso mesmo que no processo psicoterápico sugestivo em vigília que, com razão, foi ultimamente posto em evidência como um valioso meio de tratamento, há a *provocação dum estado especial, inteiramente comparável ao do sono hipnótico.*

O médico que realiza êste método de cura com sucesso, sabe bem que quando o baseia unicamente no raciocínio e na dialectiva não alcança os desejados benefícios. Por isso procura colocar o doente em condições especiais de receptividade e só depois entra em acção com os elementos sugestivos, impondo a sua vontade por um processo inteiramente similar ao que faria com um hipnotisado.

Por isso nem todos os médicos tiram iguais proveitos do uso da psicoterapia. Todos lhe reconhecem as virtudes, mas poucos sabem tirar dela todas as vantagens. Não são os largos arrazoados que convencem, esses pouca influência teem nas crenças e na conduta dos que sofrem; é necessário um conjunto de qualidades intrínsecas de bondade, paciência, vontade e convicção[1], resumindo-se todas na arte de *saber convencer*, e de condições extrínsicas entre as quais avulta a nomeada do médico, a fama dos seus sucessos que fazem com que o doente se aproxime já num grande estado de credulidade. Ora tudo isto é muito semelhante ao que se passa com os hipnotisados e ninguem nega que Mesmer fez curas, que Puységur prestou altos serviços à humanidade sofredora, que o nosso padre Faria conseguiu melhorar muito enfêrmo. O próprio Babinski, lembrando-se dos seus tempos da Salpêtrière, reconhece que o hipnotismo prestou grandes serviços terapêuticos. Pois bem, a psicoterapia em vigília sucede-lhe hoje e obtem benefícios tanto maiores quanto as condições em que se realiza para obter o convencimento mais se aproximam das que se dão na hipnose. Tanto mais abdicam os doentes da sua personalidade, tanto mais rápidas são as curas, e casos há em que para obter e exagerar o estado de receptividade se tem de recorrer ao sono hipnótico que não é mais do que uma modalidade do estado psíquico dos doentes que nos procuram e que rapidamente melhoramos pela sugestão.

3) O hipnotisado esquece ao acordar tudo o que se passou durante o sono? Eis uma nova e importante questão a considerar. A escola clássica é pela afirmativa. Babinski chamou para o assunto a atenção dos neurologistas afirmando por sua vez que o hipnotisado

---

1 Vid. Fourcault, *A propos d'hypnotisme et de persuasion su psychothérapie*, Paris, Jules Rousset, 1912.

não esquece os factos passados durante o sono. Se sugerimos a um hipnotisado que esqueça tudo o que se passou durante a sessão hipnótica, êle defender-se-á de lhe fazer referência, mesmo que seja interrogado minuciosamente; mas procedendo com habilidade, à maneira dum hábil juiz de instrucção, na frase de BABINSKI, verifica-se que a amnesia não foi total.

Por meu lado, tendo realisado estas investigações verifiquei ser absolutamente exacto êste modo de ver, especialmente fazendo a investigação nos dias imediatos às sessões hipnóticas e chamando a atenção do observado para os factos mais importantes decorridos durante a hipnose. Mas devo acentuar que nunca obtive, a não ser em sonos muitos ligeiros, verdadeiros estados prehipnóticos, a confissão exacta de todo o ocorrido durante o sono. O que tenho conseguido é a demonstração cabal de que alguma coisa permanece na memória do observado e que se revela facilmente por qualquer processo habilidoso. BABINSKI serve-se muitas vezes do seguinte artifício: diz ao *sujet* a traducção duma palavra da sua lingua numa lingua estrangeira, desconhecida para êle. Ao acordar cita-lhe a palavra estrangeira pedindo o significado e a experiência, depois de larga insistência, dá quási sempre resultado positivo que eu tambem tenho verificado.

Em resumo, o hipnotisado não sofre, durante a hipnose uma amnesia total e completa; mas tambem não pode fazer um relato perfeito do que se passou durante o sono. Ha uma nubilação que não é total e aquilo que mais o feriu na imposição sugestiva do hipnotisador, ou o que mais facilmente pode ser recordado por palavras ou actos subsequentes é, por êle, confessado.

4) Um pouco dependente do que acabamos de expôr está a apreciação do estado consciente ou inconsciente do observado. Durante muito tempo se julgou que o hipnotisado era um autómato absoluto, completamente inconsciente. Depois, mesmo no período clássico, começaram a apresentar-se restrições, consoante se tratava da forma letárgica ou da forma sonambúlica, e ultimamente BABINSKI vem pretender demonstrar que o «espírito crítico não fica abolido durante o sono hipnótico e que o *sujet* não se torna passivo e faz a escolha entre as diversas sugestões. A vontade, acrescenta, está tão pouco aniquilada que o hipnotisado guarda segredos, mesmo sem importância, que procuramos desvendar».

Esta opinião é talvez excessiva e exageradamente esquemática; mas corresponde muito à verdade dos factos. Há, por certo, um grande fundo de inconsciência e de abdicação de vontade na hipnose; e é essa disposição, esse estado especial de receptividade para as

sugestões alheias que a aconselham como processo terapêutico; mas afirmar que o hipnotisado é um autómato absoluto e completo, sem espírito crítico algum, sem defesa alguma para as sugestões e ordens alheias, é caír num êrro grande que é preciso destruir. Nós ordenamos coisas disparatadas que são cumpridas, tais como: colher flores imaginárias, acariciar uma creança que não existe, saborear um pedaço de pão como sendo um fruto delicioso, etc., factos sem importância que não trazem prejuizo algum ao hipnotisado nem a qualquer pessoa; mas se sugerimos ao hipnotisado uma ordem que lhe traga incomodos ou prejuizos êle não a realiza. Sugeri-lhe que há fogo no prédio e que é forçoso precipitar-se da janela dum primeiro-andar dizendo-lhe que é preferivel o partir uma perna a morrer queimado e vereis que o resto de espírito crítico que lhe ficou é bastante para evitar o salto. Mas não é necessário ir tão longe. Basta tratar-se de alguma coisa desagradavel que vá de encontro ao modo de ser do observado para que ela se não realise.

Assim, por exemplo, se insinuarmos a uma mulher, em sono hipnótico, uma *toilete* ou um penteado que sejam muito desvantajosos para a sua belesa, ela resistirá, empregando os maiores obstáculos à sua realização (Babinski). Quer dizer: é fácil vencer dificuldades em assuntos de pouca monta, porque a vontade está completamente aniquilada no domínio das coisas consideradas futeis; mas já assim não sucede quando se procura sugerir a prática dum acto que repugna à consciência do observado. Ele então resiste à imposição alheia.

E postas estas noções que era preciso tratar demoradamente, é fácil responder às questões médico-legais que se levantam a propósito do hipnotismo.

Duas avultam sôbre todas, uma, *saber se pela hipnose se pode forçar alguem à prática de crimes,* de há muito discutida e ainda hoje diferentemente apreciada, outra, *averiguar se haverá vantagem no emprego da hipnose na investigação criminal*, posta ultimamente em foco entre nós por um advogado portuense e que merece ser estudada pelas funestas conseqüências que poderia trazer à boa aplicação da justiça. Examinemo-las separadamente.

*a*) Pode-se, por meio da hipnose forçar o *sujet* à prática de um crime?

Por meio do sono hipnótico pode obter-se a violação de uma mulher?

Separemos as duas hipóteses para bem avaliarmos do valor criminogénico do hipnotismo.

Todos sabem que se tem atribuido à hipnose um grande número de perigos e ainda hoje há muitos doentes que não admitem que se lhes fale neste meio terapêutico com receios injustificados.

A escola de Salpêtrière emitiu uma opinião precisa sôbre o primeiro dêstes assuntos. Sabe-se que é fácil levar um hipnotisado da forma sonambúlica à prática de crimes fictícios. Sugere-se e o *sujet* realiza, depois de maiores ou menores instâncias, roubos de objectos praticados perante testemunhas. Pelo menos o hipnotisador fica conhecedor do delito. Outras vezes consegue-se levá-lo à prática de falsos assassinatos, mesmo após o sono, na pessoa de um assistente; mas o hipnotisado tem a vaga consciência da comédia que desempenha e foi assim que se denominaram estes pseudo-delitos «*crimes de laboratório*», nada se podendo concluir da sua realização para a prática dos verdadeiros crimes. As velhas doutrinas sôbre o assunto podiam porêm deixar dúvidas e pode ser que ainda alguem as tenha, mas, como diz DEJERINE [1], seria necessário, para convencer os que assim pensam, produzir experimentalmente um crime verdadeiro, e sendo assim, jámais se fará a sua demonstração.

Mas em face do que exposemos e das novas concepções da hipnose, não nos resta dúvida que podemos responder abertamente pela negativa. Ninguem pode levar outrem, sob a acção hipnótica, à prática de um crime. A isso se oporia o seu espírito crítico que, como vimos, não desaparece durante o sono para assuntos de tal magnitude. Tudo o que toca com o que é essencial na personalidade moral do hipnotisado, encontra da sua parte uma resistância invencivel. Tenho-a procurado nos meus *sujet* e tenho-a encontrado sempre. Todos os crimes que porventura possam ser considerados como a conseqüência de uma sugestão hipnótica seriam igualmente realizados se fôssem sugestionados em vigília. A responsabilidade do hipnotismo é nula, e não está averiguado por factos autênticos que alguem obtivesse dum hipnotisado qualquer acto que fôsse de encontro à sua personalidade moral. Neste terreno não há hipersugestionabilidade nem sequer sugestionabilidade, porque não há sugestão que vença a resistência moral do individuo mesmo quando mergulhado no sôno hipnótico.

Mas trazido o caso para os tribunais, e já se tem dado a hipótese pelos menos em tribunais estrangeiros, havia ainda outra dificuldade

[1] *Ob. cit.*, pág. 33.

a resolver: o saber se o *sujet* estava de facto hipnotisado ou se fez apenas uma mistificação. Expuz demoradamente as opiniões correntes sôbre o assunto e o meu modo de ver especial. Ao contrário do que pensa BABINSKI, que coloca um pouco em dúvida a própria existência da hipnose, eu sou de parecer que o hipnotismo é um facto tão averiguado como a existência da histeria e êstes dois estados são tão verdadeiros como qualquer doença orgânica.

Há casos mesmo que não me oferecem a menor sombra de dúvida. Assim sucede com uma observada que apresentei numa das lições do curso de neurologia do ano corrente pondo todos esses factos em evidência. Mas se tal sucede em alguns casos, na maior parte não acontece assim e muitas hipnotisadas teem-me deixado dúvidas sôbre se, de facto, foram adormecidas. Como vimos não existem caracteres somáticos, que já CHARCOT procurára, para separar o estado hipnótico verdadeiro do sono simulado. As duas provas a que nos referimos não teem valor algum. E, sendo assim, como poder documentar o facto numa investigação medico-legal? Só em casos muito raros poderia afirmar-se que o criminoso seria susceptivel de ser hipnotisado e isso não demonstraria sequer que o tivesse sido.

Sôbre a outra hipótese apresentada, saber se sim ou não a hipnose pode ser empregada com o fim criminoso de abusar de uma mulher, as opiniões não são tão concordes. A escola da Salpêtrière defendeu sempre que sim e ainda hoje o professor DEJERINE que sucedeu a RAYMOND na cadeira de CHARCOT, afirma numa obra recente, já editada êste ano, que «a possibilidade de violação durante o estado sonambúlico ou, nos estados segundos, é hoje geralmente admitida». Eu enfileiro ao lado daqueles que, com BABINSKI à frente, defendem doutrina oposta. Uma mulher honesta nunca se deixará possuir em sono hipnótico, tendo sempre a mais decidida repulsa para qualquer sugestão nesse sentido. Como muito bem diz BABINSKI, a mulher que se entrega a um homem durante o sono hipnótico, entregar-se-ía da mesma forma fóra das experiências hipnóticas.

As doutrinas que apresentamos e em que tanto insistimos sôbre a natureza da hipnose e a maneira como se portam os *sujet* em face das imposições que repugnam ao seu modo de ser moral, dispensam-nos longos comentários neste momento em defesa da nossa opinião. E se casos teem sido levados aos tribunais em que se incriminam os hipnotisadores são, por certo, desculpas que as pseudo-violentadas pretendem apresentar da sua cedência consciente.

*b*) A questão de utilizar a hipnose nas investigações criminais está, neste momento, afecta à resolução dos tribunais portugueses. Su-

pômos ser um caso novo entre nós e não tem merecido lá fora a atenção das publicações dedicadas a êste assunto.

Um advogado portuense, o sr. dr. Bernardo Lucas, propozera-se realizar uma diligência de sugestão hipnótica com o fim de descobrir um crime de roubo. O delegado do Procurador da República do Porto, sr. dr. Manuel Côrte Real, opôs-se à diligência proposta tendo o advogado recorrido do seu despacho numa interessante minuta que sentimos não poder transcrever [1]. As razões legais pouco ou nada nos interessam; mas achamos que tal processo de investigação criminal só daria maus resultados.

Como vimos o sono hipnótico é de muito fácil imitação. Um indivíduo sujeito às práticas hipnóticas pode simular o sono sem que haja forma de o distinguir do verdadeiro e, nestas condições pode fazer as mais falsas declarações.

Não é facto novo. O próprio advogado a que nos vimos referindo cita, em resposta às razões de indeferimento do ministério público, um interessante caso de Lombroso em que êle foi mistificado por uma criminosa, da maneira mais completa. Bastava êste facto para pôrmos de parte o processo hipnótico como meio de investigação criminal. Por outro lado os supostos criminosos nunca seriam hipnotisados se não o quizessem ser e, se a hipnose oferecesse algum perigo, seria essa a conduta constantemente adotada.

Mas há mais. Admitindo mesmo que os supostos criminosos consentiam em ser hipnotisados e que entravam na fase sonambúlica, que não é a mais vulgar, eles nada diriam que os comprometesse. Defender-se-íam como se defendem dos medicos os observados quando êles procuram indagar coisas bem mais simples que, por pudor ou qualquer outro motivo, lhes vão despertar a acção da vontade amortecida.

Todos os que hipnotisam conhecem factos desta ordem. Por isso não deve ser aceite tal processo de investigação criminal. Nunca daria resultados vantajosos e podia dar origem às mais perturbadoras mistificações.

Lisboa, novembro de 1914. EGAS MONIZ.

---

[1] Publicada n'*O Primeiro de Janeiro*, Porto, 11 de junho de 1914.

# Francisco Rodrigues Lobo

ENSAIO BIOGRÁFICO E CRÍTICO[1]

## ADENDA

Eram para recordar aqui relações já apontadas: tais as universitárias dos seus padrinhos de actos grandes, o dr. António da Cunha e o lente Jerónimo Pimenta (cap. I), e as confraternais com o poeta licenceado Eloi Sotomaior, seu companheiro de Coimbra, seu seguidor e admirador (cap. II).

Outra interessante juntamos agora, apreendida nas notas biográfico-literárias que Leite de Vasconcelos acaba de consagrar a *Severim de Faria* (Sep. do *Boletim da Acad. das Sc.*, 1914). Êste meritório polígrafo — poeta, historiador, geógrafo e antiquário — deixou nos seus mss. repositados na Bib. Nac. (cod. 7642), entre outras peças versejadas, êste soneto:

**A Francisco Roiz Lobo**

Este que de capelas dignamente
Estão as nove Musas coroando
Das flores que o Parnaso está criando
Co licor de Hypocrene transparente,

É Lereno que a Fama, justamente
Nas mais remotas partes publicando,
Faz que o engenho seu se ande louvando
De lingua em lingua e duma em outra gente.

Apolo, Marte, Venus, á porfia
Quiseram dar ao Imperio Lusitano
Um que em tudo abatesse ao grande Homero:

Com Marte se criou na Scytia fria,
Com Apolo no Pindo soberano,
Com Venus no Idalio e no Cythero.

---

[1] Continuado de pág. 560.

Uma ejaculação mítico-hipertrófica no gôsto do tempo, perante o génio poético do Lereno.

Manuel Severim de Faria (1583?–1654) foi em tenra idade de Lisboa onde nasceu, para Evora onde se acolheu à sombra protectora do tio Baltasar Severim de Faria, chantre da Sé e pessoa abonada em letras. Ali penetrou na roda literária dos magnates de Evora e Vila Viçosa, onde travaria por certo relações de trato com Rodrigues Lobo, por quem se apaixonou admirativamente a ponto de preiteá-lo em soneto massiço, como creatura eleita de Marte, Apolo e Venus. Os auspícios de Apolo e Venus caem bem em quem foi poeta e enamorado; o de Marte não, a não ser que o Lereno perpassasse por alguma fase mavórcia, para nós desconhecida; só se o influxo de Marte não passa duma espécie de signo inspirador do *Condestabre*, e como tal o aproximasse de Homero, o cantor por excelência da heroicidade.

## V

## Castelhanismo

Na claridade da fama do escritor tem-se pôsto a névoa do *castelhanismo* — tanto o literário, estranhável só para quem desconheça a evolução das letras portuguesas, como o político, de quem perdeu a noção patriótica. Rodrigues Lobo vergou a cerviz aos Austrias, reis intrusos do seu país, pondo a pena ao serviço e louvor dêles. Filipe 3.º visita solènemente em 1619 o seu reino de Portugal, desfazem-se os povos na recepção festiva do monarca das Espanhas: pois o cantor dessa viagem memorável é precisamente o bucólico, que, mudando de plectro, rima a crónica da *Jornada*[1] desde a entrada nos muros de Elvas

> Que fueron en otro tiempo
> Contra españoles presidio,

até às festas de Lisboa com toda a pompa das luminárias, cortejos e arcos triunfais. Derreado em zumbaias, invoca a Majestade Católica:

> Prestad benignos oydos
> feliz y inclito Monarca
> a este canto que os ofrece

[1] *La Jornada que la Magestad Catolica del Rey Felipe III hizo al reino de Portugal, y el Triunfo y pompa con que le recibió la insigne ciudad de Lisboa.* Lisboa, 1623.

vuestra amada Lusitania.
Oyd los tiernos suspiros
de un Reyno que tanto os ama,
de una nacion tan ilustre,
tan insigne, fuerte y clara.
Volved desde aqui los ojos
à la Ciudad de la fama
o recopilado el Orbe
se mira como en un Mapa.
Sus grandezas manifiestas
con oculta voz os llaman,
como a su proprio señor
para quien todos se guardan.

Êste bom povo há muito que não suspirava senão pela vinda de el-rei nosso senhor:

Agraviado y descontento
se quejaba hay muchos años
de la ausencia de su Rey
el buen Reyno Lusitano.
Llamabanle las Ciudades,
daban vozes los vassallos,
los Tribunales sospiros,
y el vulgo daba otros tantos.
Los templos, los edificios,
los castillos, los palacios,
con ecos en sus vazios
se estaban siempre llamando.
Murmuraban sus descuidos,
culpaban à sus privados,
condenaban sus consejos
y acusaban sus contrarios.
Deseaban todos verle
y que del fuesen mirados,
que el bien sin ser conocido
no puede ser bien amado.
Querrian que su presencia
premiase á los hijos d'algo
la gran lealtad de sus pechos
y el gran valor de sus brazos.

Um chamariz inaudito ao Filipe, em que pelos modos, não o esconde o Lobo como coisa natural, não era estranho o engôdo da fidalguia pelo lambisco da munificência régia. Os tais suspiros dos tribunais, e os outros tantos que dava o vulgo, não calaram logo na dureza do monarca:

Tuvose el Reyno famoso
entonces por despreciado

de la vista de su Rey,
confuso y desesperado.
Todo era disgusto y pena,
confusion, tristeza y espanto,
como adonde falta el sol
todo parece nublado.
Ocupaba el descontento
los pensamientos más altos
y los nobles Portugueses
se eclipsaban siendo rayos.

Enfim, ó ceus, solta-se o sim dos lábios majestáticos; não mais eclipses, nem choradeiras, nem raivas, e toda a Lisboa, do maior ao mais pequeno, vai em procissão dar graças ao Santo António.

Não se escreve assim impunemente. Chama a isto Camilo um vilipêndio, ao relevar a rara virtude patriótica do parente Soropita que castigou em sátira a prepotência castelhana. E Th. Braga, ao acusá-lo em tempo de «falta de individualidade e de consciência duma missão literaria» (*Manual,* 1875), não julga alheio a êsse seu amesquinhamento o derranco do sentimento e brio da nacionalidade. Sempre que teve de referir-se ao poeta em diversas passagens das suas obras, lança-lhe em rosto a vergonha da adulação ao intruso; ao frisar, por exemplo, o naufrágio do seu *Condestabre,* exclama (*Curso,* 1886): «Como podia idealizar o heroe da independencia de Portugal sob o Mestre d'Aviz quem dedicava os seus versos à bajulação de Filipe III?!»

Analisemos a justiça dêstes ferrêtes.

¿Da turba dos poetas portugueses seria êle o único a desferir da lira os acordes laudatórios da real visita? Isso sim, há um florilégio inteiro luso-filípico.

Irmão do Lobo nos laureis, aqui temos Vasco Mousinho de Quevedo, o epopeísta do *Afonso Africano,* que endereça ao Senado da Câmara e ao seu presidente João Furtado de Mendonça cinco cantos sôbre o *Triunfo del Monarca Felipe Tercero en la felicissima entrada de Lisboa.* Em rotundas oitavas saiu logo à luz no mesmo ano da memorável visita, primeiro a romper o côro unisono da poesia, e primeiro até como merecedor das palmas — se certame se fizesse a esta competência de platitude no engenho da adulação.

Outro, de menor porte, Gregório de S. Martin, oferece em 1624 «aos illustres Senhores deste Reino» sete cantos também de oitava rima: *El Triunfo mas famoso que hizo Lisboa á la entrada del Rey Felipe Tercero de España y segundo de Portugal.* Outro, Francisco Matos de Sá, que, sob os auspícios de D. Afonso de Lencastre,

«Commendador mayor de Portugal», entôa também a *Entrada y Triunfo que la Ciudad de Lisboa hizo à la Catolica y Real Magestad del Rey D. Felipe III* (1620). Outro, o comediógrafo Jacinto Cordeiro, dramatiza o sucesso sob o título *De la entrada del Rey en Portugal* (1621), dedicando o parto scénico a D. Fernando de Mascarenhas, inquisidor geral. Outro... quantos não teriam êles sido, furtados à memória ou à rebusca.

Fique pois entendido que a voz do Lobo não foi à desgarrada que cantou, foi em côro com toda a sorte de confrades em Apolo, do maior ao mais pequeno. Se há culpa a acusar, não toca singularmente a um; cai sôbre os que perpetraram o mesmo feito, e recai sôbre todos aqueles que encomendaram e aplaudiram o sermão.

Digo de encomenda, porque a obra tem êsse cunho: as musas eram parte obrigada no regozijo, como as figuras alegóricas que avultavam sôbre os arcos festeiros. O leal senado, como outras personagens, atiçam esta antologia, que do mesmo passo incensa o heroe real e a feliz organização das festas de sua iniciativa e realce. Logo o *Romance II* toca ao «presidente illustre» e ao «senado famoso da cidade Ulysseia»:

> Dad más calor à este canto
> que en vuestro nombre presenta
> mi conocida humildad
> à la Magestad suprema.

Empresta a bôca métrica aos vereadores, acedendo por seu convite à cantoria das hosanas da *Jornada,* como anos antes à do sacrilégio do Senhor roubado na sé do Pôrto. Usanças do tempo, delidas hoje que os poetas de cunho abandonaram os degraus do trono e os do altar do Santíssimo.

Que a lira se afinava pelo alamiré geral de toda a gente, bem se mostra. Haviam de zoar belamente os romances do Lobo aos ouvidos dos fidalgos, cujo maioral, o Duque de Bragança D. Teodósio, pai do futuro D. João IV, se apressurou à frente da nobre chusma a dobrar o joelho ao Filipe logo à entrada de Elvas. Haviam de agradar a toda a clerezia e fradaria, que ostentaram e esgotaram as magnificências do ritual litúrgico, não esquecendo as freiras de Odivelas que pelos braços de vinte aldeãs garridas mimosearam o grande príncipe com taboleiros de regalos — luvas, bolsinhas de âmbar, pastilhas, águas, cheiros e gulosinas. Haviam de bater palmas ao versista todas as classes trabalhadoras da capital, os mercadores que lançaram a fantasiosa ponte do Terreiro do Paço, e todos quantos ergueram os arcos e máquinas triunfais de cada irmandade profis-

DE SEMBARCACION DE SV. M. EN LISBOA
Deboxada por Domingo Vieira Pintor del Rey i cortada por Iuan Schorquens
1. Iglesia Mayor
2. S. Antonio
3. Palacio
4. El Castillo
5. S. Eloy
6. El Carmen
7. La Trinidad
8. S. Francisco
9. Casa de la India
10. Ribera de las Naues
11. Casa del Marqs de Castel Rodrigo
12. Aduana
13. Contaduria
14. Terrero del Trigo
15. La Misericordia
16. La Plaza
17. S. Rocque

sional — negociantes, oficiais aduaneiros, douradores, livreiros, confeiteiros, ourives, correeiros, padeiros, oleiros, sapateiros, curtidores, cerieiros, hospedeiros, chapeleiros, pasteleiros, surradores, arrieiros, esparteiros, taberneiros, pintores, moedeiros, joalheiros, anzoleiros, canteiros, carpinteiros, alfaiates, calceteiros, tanoeiros, biscoiteiros, ministros do Santo Ofício, e *tutti quanti,* sem falar das colónias inglesa, italiana, flamenga e alemã [1], que ombrearam com os nacionais na técnica festiva da armação; e todo êste estendal de máquinas, adereços e ornatos, se imortalizou descritivamente nas trovas do Lobo.

O delito de lesa-pátria dissolve-se no espírito geral que era aquêle, não haja dúvidas. Estava longe a reviravolta de 1640; chegara-se a aceitar sem repugnância o sceptro do Austria, contanto que fôsse respeitado o *humor* dos portugueses, conforme dizia e praticava o grande diplomata Cristóvam de Moura. Sublinhar como traidor a Portugal qualquer nome que se depare então nas melhores avenças com a côrte de Espanha, não é só uma iniquidade, é uma incompreensão da sciência e da imparcialidade históricas.

Sei bem que a monarquia filipina também conquistou Portugal pela brecha da venalidade. As famosas cédulas reais do Cristóvam de Moura circularam pelas mãos corrutas de fidalgos, desembargadores e cidadãos. Não houve só vencidos, houve vendidos. Donde se não segue, que tudo quanto se inclinou a Castela, rolasse nos dedos peitados as pratas castelhanas ou lograsse benesses régios. Pessoas de muita honra e cabeça abraçaram o partido castelhano; tais, para não citar outros, Bartolomeu dos Mártires e Jerónimo Osório. Abrangiam de boamente a união hispánica, desde que a ela presidisse a relativa autonomia política e administrativa, numa dicotomia em nossos dias realizada na monarquia escandinava e na austro-hungara. (Rebêlo da Silva, Pinheiro Chagas).

O país definhara nas mãos estouvadas duma creança e nas imbeles dum velho; agora passava ao domínio ultra-poderoso da casa de Austria, à suserania duma corôa que dera sucessivamente à Espanha e ao mundo chefes de estado tão superiores, como Isabel a Católica, cardeal Ximenes, Carlos V e Filipe II. Êste rincão mesquinho e isolado entrava de plano na hegemonia dos estados peninsulares;

---

[1] Numa nota marginal dum Ms. da *Jornada,* pertencente à Bib. Nac. de Madrid, a que adiante nos referiremos, diz-se que faltam no elenco do romanceiro do Lobo dois arcos, o dos franceses e dos castelhanos. Não dei tento dêles na *Viagem* do Lavanha. Dêstes arcos dos estrangeiros correram à parte folhetos descritivos; o mais notável era o dos belgas.

cumpria-se a fatalidade histórica, geográfica e política. ¿Porque não haviam de pensar assim os homens de espírito e honra que ajudaram a intrusão filipina ou serviram devotados o novo regime? ¿Aquêles a quem a história, feita e sobrefeita, regista em lugar comum a fortuna de terem morrido antes da pátria ou com a pátria, remindo-se assim à dôr nacional de 1580, quem sabe o que fariam se fossem vivos? Quem imaginar que esta dúvida é uma afronta gratuita à sua memória, recolha por um pouco o espírito, e fitando os olhos para bem perto de nós, lembre-se que em nossos dias, há cêrca de cincoenta anos, portugueses de cunho, cheios de ilustração, talento e civismo, acarinharam a ideia da união ibérica.

É inquestionável que a recantada viagem passou muito àlêm duma trivialidade cortesã, tomando a feição dum acontecimento histórico. Não ocupou só os poetas, minuciaram-na também em prosa esparramada um rôr de relações publicadas em Lisboa, Sevilha, Madrid e outras partes (Garcia Peres), a começar pela do cronista mór João Baptista Lavanha, magnificamente ilustrada [1].

Conta-se que o Filipe, estupefacto, exclamara que só naquêle dia entendera que era Rei (Ericeira, *Port. Rest.*). Rei, sim, mas rei de Portugal, porque só Portugal lhe falava aos olhos; nas estampas e nos vultos dos arcos triunfais, desde os baixos relevos do arco dos homens de negócio a debuxar as scenas heroicas da nossa história, até à arvore de Jessé dinástica do arco dos ourives, não se via, por toda a parte, note-se bem, senão o reflexo, levado ao máximo orgulho patriótico, das glórias lendárias das quinas.

A crónica metrificada do Lobo tem de tomar-se como expressão fiel da realidade; o prisma colorido da poesia não desviou os raios da verdade. E não o foi só no eco das magnificências das festas, nunca vistas por essa Europa fora; foi-o mais ainda no móbil psico-social, que se antolha à primeira vista um descôco de adulação.

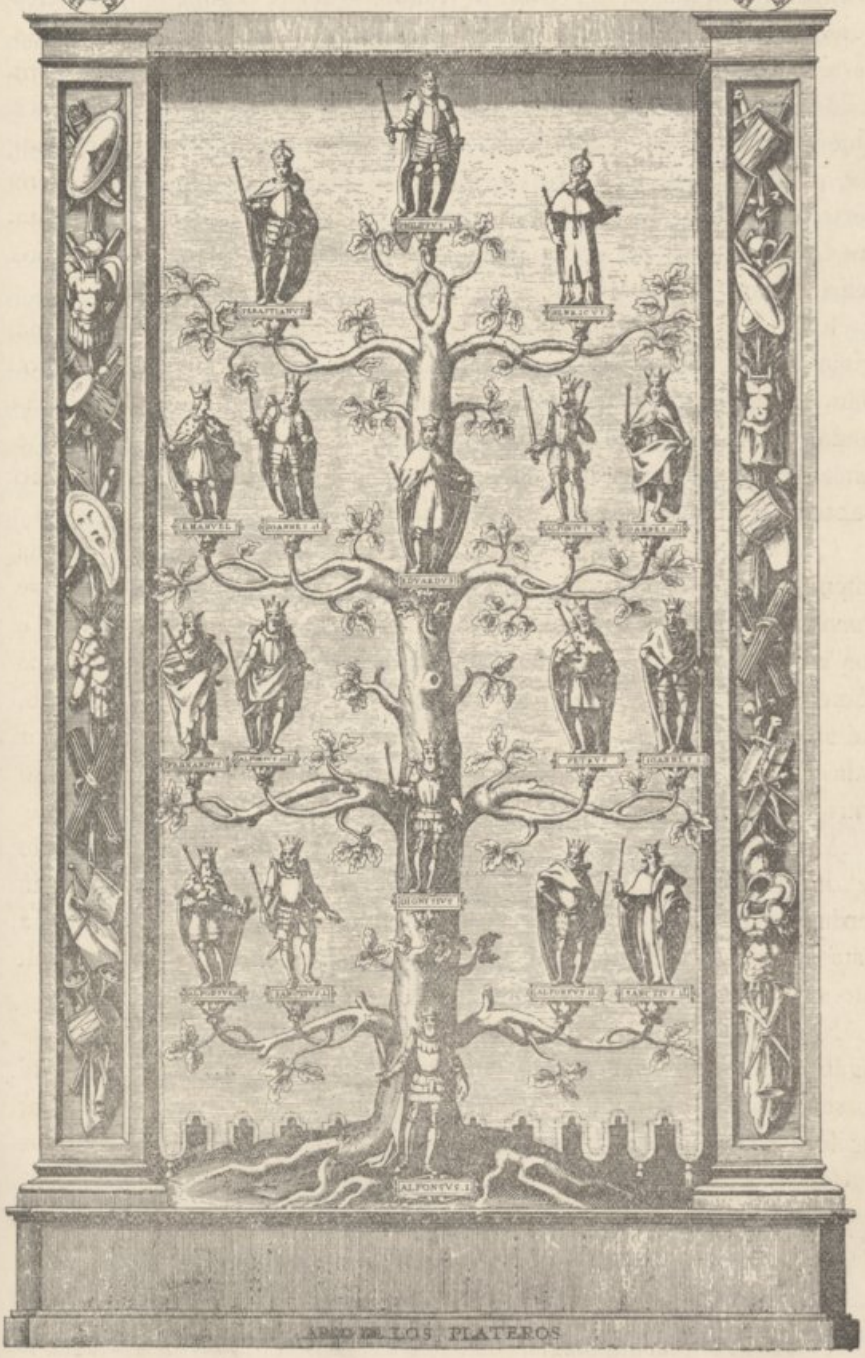
Não há dúvida que perseguiram ao Filipe as instâncias de Portugal, que anciava pela vinda dum soberano que, pela mão prudente do seu ministro o Duque de Lerma e do vice-rei Cristóvam de Moura, lhe fôra quanto possível bemfazejo. A intromissão de privados, maus conselheiros, a desviarem o rei da jornada, contra os quais lutou o confessor del-rei, fr. Luís de Aliaga, induzindo-o a visitar Portugal [2], foi mais um estímulo do entusiasmo com que o povo o aclamou como a

---

[1] *Viage de la Catolica Magestad del Rey Felipe II N. S. Rey de Portugal, y relacion del solemne recibimiento que en el se le hizo.* Madrid, 1622. Publicação feita por ordem régia, que saiu também em português.

[2] Como tal elogiado no 2.º canto do poema do Vasco Mousinho de Quevedo.

ARBOL DE LOS REYES DE PORTVGAL



ARBOL DE LOS PLATEROS

bom príncipe. «Ninguem se lembrava então da possibilidade nem pensava nas vantagens da independência;... a plebe aclamava-o, e vinham coroá-lo, saudá-lo, pedir-lhe a benção, as danças, as folias, as chacotas populares» (Oliveira Martins, *Hist. de Port.*, t. II). A vaidade nacional chegou a delirar até à megalomania; queria roubar o rei à côrte de Madrid. O Deputado da Mesa da Consciência e Ordens, Ignácio Ferreira, na saudação às portas da capital não temeu dizê-lo alto e bom som: «... que esta entrada seja tão prospera e temida dos inimigos como era de nós desejada e para toda a Espanha necessária. Digo, senhor, para toda a Espanha, porque seu amparo e augmento consiste em V. M. fazer cabeça do seu imperio esta antigua e illustre cidade, mais digna delle que todas as do mundo, assistindo aqui com sua real côrte, pois é o coração e o meio de todos os seus estados donde se poderá com maior facilidade acudir a todos os pontos sem se perder a ocasião» (Lavanha, *Viagem*). Vê-se que o ousado arengador entendia, com notável sagacidade, que a descoberta da América e a implantação das possessões forçavam à deslocação do centro político da península, potência agora essencialmente marítima e colonial.

O Lobo solfeja no fecho da *Jornada* o voto político do camarista:

> Venid, Principe dichoso,
> monarca del Orbe Hispano,
> á honrar la insigne Lisboa
> y á engrandecer vuestro Tajo.

E promete-lhe que, não só os portugueses lhe fabricarão *de verdad* altivos monumentos, mas tambêm triunfará gloriosamente dos seus inimigos jurados:

> No de aparente y fingido
> se os haran triunfales arcos,
> mas de verdadero y puro
> con más pompa y aparato.
> ... No tardeis, Rey poderoso,
> de aqui triunfareis armado
> del vil barbaro rebelde
> y del soberbio otomano.

No meio de tantas maravilhas e expansões o inábil Filipe, a súbitas, larga Lisboa como de fugida, sem esperar que as côrtes reunidas lhe apresentassem os seus capítulos, como quem não estava para os aturar mais; êste pouco caso irritou os portugueses que descontentes e ofendidos se escandalizaram ao último ponto. «Faltou el-rei aos

portugueses não só com o favor mas com a justiça» (Ericeira, *loc. cit.*). O poeta Matos de Sá, depois do ditirambo da festa, harpeja a elegia lastimosa da metrópole «del lusitano reyno desdichado», abandonado e abatido. Esse protesto geral foi um abalo talvez decisivo para o movimento separatista que havia de vingar anos depois. «Felipe III havia mirado con cierto indolente desden y desapego á Portugal; una sola vez estuvo en aquelle reyno, y valiera más que no hubiera estado ninguna» (Lafuente, *Hist. de Esp.*, t. XI).

Aquêle cortejo empavesado e arrogante de privados e pretorianos vedava aos próprios fidalgos o acesso do rei. A soldadesca reponta insolente contra o indígena, travando-se a cada passo refertas mal feridas. Acendem-se os ódios populares, e despontam as saudades mal contidas dos reis naturais. Ao aparecer em Lisboa o duque de Bragança, o príncipe nacional, luzido no séquito mas apagado no seu traje, vão-se nêle os olhos e as bençãos do povo [1].

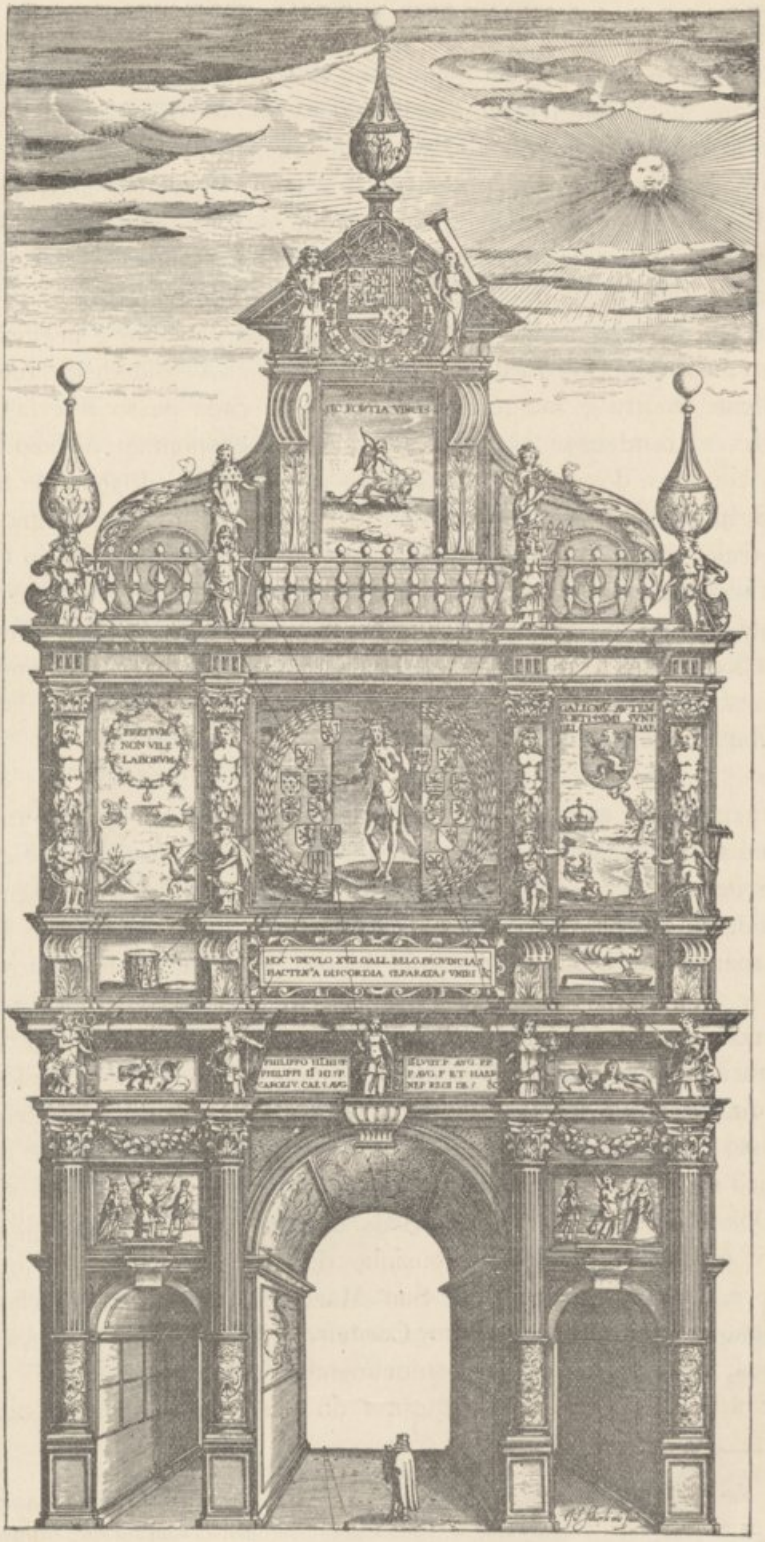
O castigo político estava iminente; a viagem fôra até pessoalmente ingrata ao Filipe. À volta adoeceu pelo caminho, e nunca mais logrou saude até que morreu dois anos depois, cheio de remorsos pelas suas fraquezas de rei. As lôas consoladoras do Lobo já não chegou a lê-las em letra de fôrma.

Proclamada a independência, quantos portugueses se não mantiveram fieis a Castela — chefes de nobreza, altos funcionários e escritores de nomeada. A conjura logo de 1641, onde estava representada a fidalguia, o episcopado, e a burguesia, mostra bem as fôrças vivas que mantinham a adesão dos dois reinos. Por outro lado muitos dos que se mostraram faccionários dos reis católicos, durante os chamados 60 anos de cativeiro, foram depois partidários decididos do Portugal restaurado, segurando a arriscada obra da revolução de 1640. ¿Quem nos diz que não seria um dêsses patriotas que o brigantismo celebrou, o nosso Rodrigues Lobo, se a sorte dezoito anos antes lhe não desse sumiço nas águas do Tejo?

Dos próprios cantores redivivos da grande jornada de 19, para não ir mais longe, afóra o Mousinho de Quevedo, ferrenho filipista sempre, um, o Gregório de San Martin, cantou a aclamação de D. João 4.º, e outro o Jacinto Cordeiro, alferes de ordenança em Lisboa, abraçou do coração o movimento emancipador.

Era legítimo esperar o mesmo do licenciado, que não consta

[1] Nas *Memórias* mss. de Pero Rodrigues, já citadas, conta-se que estas agressões, os roubos e outros desacatos cometidos pela tropa, fizeram que o povo de Cintra, ao anunciar-se a visita do rei, debandasse, abandonando a povoação.



ARCO DOS FLAMENGOS

tivesse deitado requerimento na caixa das mercês [1], e do escritor que cantara epopeicamente o *Condestabre de Portugal,* o nosso Cid Campeador, o guerreiro que agüentou no seu braço esforçado o ímpeto conquistador de Castela, o patriota sem o qual o Portugal do Afonso Henriques se teria sumido para todo o sempre na massa comum da Espanha, sem nome, sem rasto e sem glória.

Aferventa-se nas homenagens aos príncipes de Vila Viçosa, vimo-lo já, o mais entranhado nacionalismo, entre as saudades da passada realeza e as esperanças vagas dum renascimento. ¿Que era de esperar senão a adesão ao golpe patriótico, por parte do satélite dos Braganças que subiam emfim ao trono dos seus maiores, e do amigo de Gastão Coutinho, o conjurado de 40?

O crítico inglês M. E. M., do *Dublin Magazine,* imaginando que a publicação do *Condestabre* teria sido tomada em Madrid por um protesto contra o poder intruso, cuida que a *Jornada* gratulatória foi destinada a desarmar o ressentimento produzido; como que um antidoto contra os efeitos perniciosos do nacionalismo da epopeia. Parte dum êrro que não admira ser proferido por um estrangeiro, quando nacionais o professam. Não; os Filipes não acrescentaram as glórias portuguesas, mas não as abateram. Antes fomentaram a divulgação impressa dos seus feitos maravilhosos. Que o digam as Décadas do Diogo do Couto, continuação oficial do registro dos feitos do oriente pelo João de Barros — as Crónicas de fr. Bernardo de Brito e Duarte Nunes de Leão, impressas com privilégio real — os Anais de D. João III, confiados por Filipe III à pena de fr. Luís de Sousa, etc. (Camilo, *Lit. port.*).

A côrte filipina foi até caroabilíssima de portugueses; dois médicos da sua câmara o eram, era-o também o seu primeiro válido Cristóvão de Moura. As acções e as glórias portuguesas serviam de tema aos próprios grandes engenhos madrilenos da época doirada — poetas, novelistas e dramaturgos como Cervantes, Lope de Vega, Tirso de Molina e Calderon (D. Car. Mich. in *Circulo Camoniano,* I, etc.).

O nome e a apologia de Portugal soavam bem em Castela. O portuense Henrique Garcês, singular personagem que foi ao mesmo tempo metalurgista das minas do Perú e tradutor do Petrarca, verte

---

[1] Th. Braga (*Curso,* 85, pág. 286) enfeixa Roiz Lobo entre os poetas, como Bernardes, Caminha, Côrte Real, etc., que «bajulavam o invasor nos seus versos e recebiam tenças de favor». Não sei onde se tenha produzido documento do feito; o general Brito Rebelo esmerilhou a Tôrre do Tombo sem encontrar rasto do poeta nos papeis oficiais.

em espanhol os *Lusíadas* (1591) e oferta-os a Filipe o grande [1]. O beirão Mendes da Silva, historiador e genealogista que Filipe III nomeou cronista geral de Castela e Lope de Vega gabou, publica a *Vida y hechos del gran Condestabre de Portugal* (1640). Enfim, e depois de tal exemplo não há aí mais que dizer — ao mesmo tirano, a Filipe II se atribuiu a glosa dum soneto de Camões [2].

Á influência sugestiva dos Vila-Reais atribue o sr. Pires de Campos (*loc. cit.*) a feitura do livro incriminado. Não ajusta esta hipótese com a presumida perseguição movida pelo marquês contra o galanteador Lereno; não foi assim, sabemo-lo já, mas nem por isso encontramos fundamento a tal suposição. As avenças entre o poeta e o fidalgo, como vimos, não nos parecem tais que o marquês, por muito fervoroso que fosse o seu filipismo, arrojasse o Lobo às plantas do rei amado. Na *Jornada* não dei tento da mínima referência ao Vila-Real. A obra é de encomenda, sim, mas não do marquês, é da

---

[1] Através das vicissitudes que lhe apuraram a virilidade, manteve-se na íntegra tripeiro da gema:

> Y si el frasis no fuere regulado,
> Al Duero y Porto encargo mi desculpa,
> Donde el humano velo me fué dado
> Y allí cresció mi hueso, nervio y pulpa.

Mais uma glória ignota na Ribeira — terra sáfara onde não há nem houve engenho que vingue na memória dos patrícios.

É singular que em tempo de Filipes mais quatro poetas portuenses conto que floriam em Castela: Duarte Dias, amigo e companheiro do épico Ercilla; Sebastião da Costa Pereira, versejador de certames literários; Rodrigo Ferreira, dramaturgo, nomeado por Lope de Vega no *Laurel d'Apolo* «Dom Rodrigo de Herrera lusitano» (ap. Garcia Peres); Francia da Costa, compositor de justas poéticas e autor dum poemeto consagrado a uma penha da margem do Douro, próximo do Porto, chamada *O penedo das lágrimas*. Ou se perdeu ou eu perdi a memória de tal penedo.

[2] É o conhecido soneto — *Sete anos de pastor Jacob servia*. A atribuição é litigiosa; ao passo que Th. Braga está persuadido de que Camões foi preiteado pela glosa régia (*Camões*, pág. 161, 1911), D. Carolina Michaelis, embora julgue o Filipe muito capaz de honrar a memória de Camões, duvida com boas razões do estro versista do monarca e da autoria da glosa (*Sonetos e sonetistas port. e cast.*, Paris, 1910). O único testimunho aduzido é o de Fernando de Vera no *Panegyrico por la Poesia*, 1629; falso que seja, mostra—e essa adução me serve ao intento — que ao tempo tal e tamanha devoção se professava além-raia pelo nome lusitano por excelência que se não duvidava conferir as honras de seu tradutor ao monarca conquistador de Portugal. Ao entrar em Lisboa, diz-se que Filipe perguntara por Camões com desejos de vê-lo, tão tocado estava de admiração pelo autor dos *Lusíadas*, glória para toda a Espanha. Conta-o Faria e Sousa, e apesar da suspeição da fonte, o conto é verosímil; não se dirá o mesmo do conto de Th. Braga (*ibid.*), quando numa das suas peculiares engenhações mata o épico de peste por contagio forçado, urdidura criminosa dos inimigos iberistas.

câmara de Lisboa. Toda esta arquitectação de hipóteses, gratuitas ou erradas, provêm dum falso ponto de vista; o de engendrar causalidades a um acto singelo e trivial para o tempo e para o meio. A *Jornada* não passa disso.

E entretanto eu também iria até ao ponto, aliás exagerado, de considerar o malfadado livro pouco menos dum vilipêndio, como lhe chama o Camilo: vilipêndio, menos de português, que de poeta. Podia ter a pecha de mau patriota, ou coisa peor ainda, e ser uma obra prima; pelo contrário não passa duma obra ensôssa e charra. É literáriamente coisa mediocrissima [1]. Nêste passo acrescentaria, se professasse a teoria de Th. Braga: — e é ruim precisamente por ser escrito ao revés do génio e da aspiração da nação.

Bom fôra que a inspiração nacionalista bastasse para gerar primores. O peito onde estúa a paixão da pátria, pode operar prodígios de valor, de abnegação e sacrifício civico; mas, se o gênio poético o não ajuda, êsse estado de graça é incapaz de atingir a sublimidade da arte. O heroe espanhol de 1619 despertou aos vates, lusitanamente desfibrados, as citadas fancarias; pois o heroe indígena de 1640 também foi intubado por três epopeias de fôlego, essas portuguesas de gema: a *Lusitania Restaurada,* de Vicente Gusmão Soares (1641), o *Theatro da Maior Façanha e Gloria Portuguesa,* de D. Diogo Ferreira Figueirôa (1642), e a *Phenix da Lusitania,* de Manuel Tomás (1649). Uns Camões de pacotilha! Se à ardência da sua fé correspondessem a ideia e a forma, seriam três poetas dignos do nome e do assunto. Ninguem o dirá, nem repetirá a frase magnánima do letrado médico Pereira Caldas [2] que com estupenda candura os chama «tres poemas patrios, dignos de manuseamento diurno e noturno, para nos sublimarmos constantemente no fogo sagrado da independencia nacional». Pois manuseiem-nos de dia ou de noite e verão que, por muito que queiram espevitar o fogo, não há meio de passar da primeira oitava de qualquer dêles sem arrefecer de todo.

São de tombar essas e todas as seguintes que jorraram da mesma veia em catadupas de estâncias heroicas e patrióticas. Da pena de Th. Braga saem estas exactas palavras: «A revolução de 1640 em que Portugal reivindica a sua autonomia... não inspirou o sentimento nacional, apesar das numerosas epopeias historicas seiscentistas» (*Lit. Port.,* I, 1909). Isto sem embargo do determinismo político

---

[1] Não deixou de ser gabado por curvar com facilidade as regras do romance à descrição objectiva — uma espécie de noticiário assonantado.

[2] Prólogo à edição do Pôrto (1878) do *Theatro da Maior Façanha.*

em que o ilustre professor a todo o momento enquadra por geito ou por fôrça a etiologia da literatura.

Em conclusão, arquive-se o processo-crime da *Jornada* do Lobo da qual é o caso de dizer que não valia *ni cet excès d'honneur ni cette indignité*».

Escreveu o Lereno em castelhano a quási totalidade dos *Romances,* a supradita *Jornada,* e acrescente-se, se é que é de sua mão, grande parte do *Auto del Nacimiento de Cristo* (1674). Mais um sintoma, dirão, da degeneração do escritor que desprezava a língua materna pela dos inimigos e opressores da pátria. Estas cóleras ingénuas só podem ir de par com um desconhecimento cego do que foi a literatura nacional.

Tanto no século que antecedeu a dominação dos Filipes como no que se seguiu à libertação do reino, raro é o escritor de porte para quem o espanhol não seja língua dilecta.

Quem queira inteirar-se em cheio desta verdade, não tem mais que folhear o volumoso *Catalogo de los portugueses que escribieron en castellano* (Madrid, 1890), tão beneméritamente coligido pelo erudito médico Garcia Peres, e atentar na quantidade e na qualidade dos nomes arrolados, engrossando uma corrente que, começada no século XV com os poemas do condestável D. Pedro e mais os cancionistas áulicos do Garcia de Resende, se vem esbater andado já o século XVIII. Lá se destacam, com todas as letras dos seus nomes fulgurantes, Gil Vicente, Sá de Miranda e Camões, as três sumidades máximas do quinhentismo português.

Aquêles que simultaneamente usaram dos dois grandes idiomas peninsulares, escrevendo *in utraque lingua,* os expressivamente chamados *escritores bilingues,* entrançam-se de tal arte na literatura castelhana que — tem-se dito e redito — sem a menção do seu nome e influência, ninguem se poderá lembrar de historiá-la. Enjeite-se muito embora essa glória, mas é certo que possuem os portugueses esta de figurarem culminantemente numa literatura estranha; e quantos em primeira plana, alguns clássicos mesmo da língua: — Gil Vicente, Sá de Miranda, Camões, Jerónimo Côrte-Real, Gregório Silvestre, Jorge de Montemór, Faria e Sousa, D. Francisco Manuel de Melo. De Gil Vicente, Sá de Miranda e F. M. de Melo, diz expressamente Menendez y Pelayo que «es mui dificil decidir se importan más como escritores portugueses ó como castellanos, tan compensados estan los meritos de su labor en ambas lenguas» (*Antol.*, t. VII).

A tendência tornou-se tão geral e tão profunda que sobretudo na

poesia a custo se lobriga algum quinhentista de nome que tivesse refugado a língua de Castela. Há a excepção conhecida, que por insulada confirma a regra, do doutor António Ferreira, teimando em escrever português e só português. Absolutamente insulado não, mas para lhe encontrar segundo, foi necessário ir buscar-se fr. Agostinho da Cruz, o irmão de Diogo Bernardes, como fez Romero Ortiz. Hoje, depois da crítica perentória de D. Carolina Michaelis, é apontável outro portuguesista puro, e êsse de primeira marca — Bernardim Ribeiro [1].

De quem não molhasse em tinta o vernáculo, escrevendo exclusivamente ou quási em hespanhol, não escasseiam exemplos: tais entre outros o condestável D. Pedro, o filho do infante D. Pedro de Coimbra, o Gregório Silvestre, campeão da escola sevilhana, e o Jorge de Montemór, tão celebrizado pela *Diana* que deu volta por todas as literaturas [2].

¿¡ Se no período áureo das letras e glórias portuguesas se prosava e poetava em castelhano, se, recobrada a independência, impera o mesmo geito e os próprios libelos em que se afirma a poder de razões a legitimidade do duque de Bragança ou a da soberania nacional, se articulam na língua dos inimigos, a que veem as declamações denegridoras contra êste ou contra aquêle!? A vingar êsse critério feroz da intangibilidade lingual, haja então a coragem de denunciar culpas e sentenciar todos os que passam por honrar os dois melhores séculos da literatura do país, a começar pelo Camões, apregoado como a expressão simbólica da alma nacional.

Vem de longe — e por isso mesmo já é tempo de acabar — esta perversão de critério, aliás inocente mas desassisada. Filinto Elísio *(Arte poética)*, meritório corrector de linguagem gafada, fulmina a verso solto a baixeza dos espanholizantes que:

> ... as pennas embebeu na hispana tinta
> Tanto ao fundo que as pennas esqueceram
> Do seu idioma luso a côr nativa,
> Para afagar com frases mendigadas
> As orelhas dos duros vencedores.

O moço Garrett (*Parnaso Port.*, 1826) guia-se pela esteira do mestre Filinto: «... a lisonja servil, a adulação infame levou nossos

---

[1] Vid. *Romances velhos em Portugal*, Madrid, 1909. A ilustre mestra prova que as três composições castelhanas que figuram na edição de 1852, não são da autoria do triste cantor da *Menina e Moça*.

[2] D. Pedro deixou em português apenas umas coplas (*Canc. de Res.*, II, 67-69, ap. Car. Mich.); de Jorge há só na *Diana* duas cantigas.

deshonrados avós a desprezar seu próprio riquíssimo e tão suave idioma, para escrever no gutural castelhano, preferindo aos sonoros helenismos *(sic)* do Português às aspiradas *aravias* da língua dos tiranos... Em castelhano escreviam já êsses degenerados portugueses, mas pouco importava que o fizessem, que nisso pouca perda tivemos nós: de toda essa çafra de versos castelhano-portugueses pouco ou nada há que espremer».

Nêste tópico é que as declamações desatremam; ao passo que Garrett desdenhoso dá ao démo como pêco tudo quanto entre nós tinhá produzido a castelhanice, o Filinto lamenta que o estudo e a vida dêsses falsos portugueses não fossem empregados no nutrimento da língua materna. Ao Costa e Silva também prúe a mesma mágua (*Ensaio,* L. 9.º, cap. III): «os ingratos e traidores empobreceram a literatura pátria para enriquecerem a dos opressores».

Prestassem ou não prestassem, íam todos alto e malo apanhando no hombro o mesmo ferrête — todos, bem entendido, os que tiveram a desgraça de florescer nos 60 anos do cativeiro; e entre êles, nomeado ou na chusma, vai o nosso Lobo que apenas consagrara as suas obras menores ao hespanhol — os *Romances* na estreia literária e a *Jornada* no cabo.

Quebre-se por uma vez a fôrma estereotipada dêste lugar comum, e elimine-se a imoralidade política como uma causa imanente da nossa hispanofilia. O que temos de diante, nesta onda de produção luso-castelhana, é um fenómeno evolucionar e natural de simples causal literária, estética e social.

No final do século XV a língua castelhana adquirira, como fundo literário e como expressividade formal, um grau inatingido por qualquer das outras línguas peninsulares, e nomeadamente a portuguesa. Se alguem quiser julgar por si a veracidade desta proposição, repasse, quanto a poetas, os líricos quatrocentistas, como Santillana e Manrique; quanto a prosadores, para que lhe não fique sombra de dúvida, não tem mais que pegar na *Celestina,* e pasmará daquela prosa soberba, da riqueza, variedade e propriedade da elocução.

Estava adquirida a plenitude idiomática que alçou o castelhano a língua primacial das Espanhas — fenómeno a aproximar, embora menos acentuado, da hegemonia do toscano na península itálica. Eram idos os tempos dos cantares luso-galaicos, quando Afonso Sábio e a sua côrte engeitavam o castelhano e poetavam na língua dos trovadores galegos e portugueses. Invertera-se a corrente; agora na côrte lusitana os cancionistas áulicos do Garcia de Resende trovam na língua de João de Mena, ou, quando na nativa, imitam servilmente a escola palaciana de D. João II de Castela.

O castelhano não veiu sómente enseivar a flôr letrada da cortesania: adubou também o chão onde se enraiza a arte popular. Infiltrou-se em todas as camadas sociais pela sedução do canto e da letra do *Romance* que, irradiado do seu berço principal no seio de Castela, veiu encontrar entre nós uma adopção entusiasta até ao estremo. Atestam essa vulgarização as alusões inumeráveis dos nossos escritores, mostrando quanto os romances se tinham cravado nos costumes e na linguagem; e demonstra-o o nosso *folk-lore* de hoje, arrancando o romanceiro a uma tradição rediviva tão tenaz que perpetuou por três séculos de bôca em bôca um tesoiro que se manteve através de todas as migrações do povo português nos Açores e no Brasil [1].

A superioridade do castelhano na plástica literária era um facto admitido e incontestado fronteiras àquem. Não é o Gil Vicente quem diz:

> Porque quem quiser fingir,
> Na castelhana linguagem
> Achará quanto pedir.

Sá de Miranda luta contra a inaptidão poética do seu tempo, sobretudo quando se abalança ao metro italiano, reconhecendo com mágoa que «o português nem mesmo iguala o magestoso castelhano quanto à sonoridade» (D. C. Michaelis, *Miranda*) [2].

Não será o próprio Camões, o lusitaníssimo, que na Égloga I, ao

---

[1] «A poesia popular portuguesa no século em que mais se reflete na literatura nacional está semi-apagada pela influência castelhana que prepondera na côrte...» «Na poesia popular portuguesa a vulgarisação quási exclusiva das *Cantigas Castelhanas* era uma consequencia da desnacionalização executada calculosamente para a união iberica...». Recorto êstes dois trechos — singulares, sobretudo o último — da *Hist. da Poes. pop. port.* (t. II, 1905) do prof. Th. Braga, pondo de lado outro em que a aparição do romanceiro de Garrett em 42 vem ligado por contraposição à reacção cartista dos Cabrais.

Quantos prezam sinceramente o escritor e a sua obra, e devem ser todos os que prezam as letras nacionais, não podem deixar de deplorar êstes e outros declives conceituais. É uma espécie de diátese opiniativa e escritural, em agudeza progressiva nos últimos livros. A história literária — como tudo quanto é sciência ou pretende sê-lo — há muito que por disciplina metódica cerrou os ouvidos e negou a pena à sofística e à retórica de preconceitos políticos, filosóficos ou religiosos em projecção retrospectiva.

[2] Th. Braga parece não vêr outra cousa que não seja a moda do paço introduzida pelas princesas; não deixa de insistir sempre em que Gil Vicente, Sá de Miranda, assim como Camões, se escreveram em castelhano, foi por mero palacianismo.

remata-la por uma tirada de tercetos hespanhoes, expressamente adverte:

> Escuta um pouco. Nota e vê, Umbrano,
> Quam bem que sôa o verso castelhano!

O espanhol era uma língua nobre e culta, quando o vernáculo estava mal desbastado e rude; tornara-se o idioma da moda para efeitos de arte, não só entre as classes superiores por aristocracia ou ilustração, mas até entre as próprias classes inferiores onde o romance se impregnara popularizando-se. Ora esta é que é a origem real e imanente do *bilinguismo*.

¿Era excessivo êste menosprezo da língua materna? Era, e a reacção não faltou. O português guindara-se e pulira-se na vigorosa obra artística do quinhentismo, e donde a onde brotam justos protestos em seu favor, mesmo na bôca dos que sacrificam no altar da língua irmã. O

> bom Ferreira da nossa lingua amigo

pleiteia duro pela sua excelência; vai até exprobrar a Caminha os seus delitos no espanhol. Fr. Bernardo de Brito, repelindo a sugestão de escrever a sua obra histórica em castelhano, entendia ser indigno do nome português e ignorância da língua pátria julgá-la inferior à outra. O Henrique Garcês, do Pôrto, a estar longe da pátria lusitana atribue a causa de verter o Petrarca em língua hespanhola:

> Que no en la mia, aunque he muy bien probado
> Que le es muy semejante y cuasi hermana,
> De que espero si vivo que mi diestra
> Venga algun tiempo a dar entera muestra.

Manuel Gallegos, poeta e gazeteiro, deplora a mania de abandonar o português ao vulgo.

A apologética linguística do português toma a forma duma propaganda calorosa. Tecem-se os louvores, apregoam-se as excelências da primogénita filha da latina, e põe-se a disciplina gramatical e retórica de guarda à sua pureza e aperfeiçoamento. Vão nêste ramo fecundo os protogramáticos Fernão de Oliveira (1536), João de Barros (1539), Magalhães Gandavo (1574), Nunes de Leão (1576, 1606), e outros: Álvaro Ferreira de Vera (1631), Manuel Severim de Faria (1624), António de Sousa Macedo (1631) e tantos defensores dos primores do idioma lusitano, decantado como «a melhor e mais ditosa língua de todo o universo». O Gandavo figura para melhor catequese um diálogo entre um patrício e um castelhano sôbre a preeminência das duas línguas; é claro que o nosso fica vitorioso a cavaleiro do hespanhol.

Th. Braga acha, talvez com menos justiça, que nêstes exercícios «se gastou uma preciosa actividade» e taxa-os como simples jôgo de retórica. Inutilidade não parecerá uma propaganda destinada a combater de frente a absorção na moda hispânica e a propugnar pela nacionalização do idioma literário. ¿Retórica, será; mas que há de ser senão uma questão de retórica esta de saber-se se uma língua como a portuguesa tem a capacidade precisa como instrumento da arte culta de dizer e compôr? Tomo, é claro, a retórica no seu bom sentido, e não no pejorativo dos seus abusos.

Ora precisamente Rodrigues Lobo armou também em estrénuo paladino da língua pátria; o mal tratado de hespanholista defende-lhe os foros com superior crítica e gôsto, e defende-os pela prédica e pelo exemplo.

Na bôca do Lereno põe esta confissão:... «eu como mais afeiçoado à língua portuguesa» (*Primavera*, L. II, Flor. 5.ª), e repete-a na dedicatória da *Côrte na Aldeia* a D. Duarte, quando intitula o letrado fidalgo de Évora «protector da lingua e nação portuguesa». Ao editar a *Eufrosina* gaba-a «por sobretudo ser livro tanto em favor da lingua portuguesa que todos os seus afeiçoados o eram a elle». Chega a insinuar censuras ao Montemaior que «deu á lingua e aos vales estrangeiros o que devia ao Mondego onde nasceu [1].

A sua grande obra de arte é toda portuguesa; *Églogas, Primavera, Côrte na Aldeia,* são em português estreme. Apenas na última (Dial. XVI) vem a cita do romance castelhano — *Todos dizen amen amen sino don Sancho que cala* — uma dizedela trivial; e nas três partes da *Primavera* nada se me deparou que marcar senão o verso alado de Boscão — *Quien dixo que el ausencia causa olvido* [2].

---

[1] Craesbeeck, ao editar a *Diana* em 1624, na carta dedicatória a D. João de Almeida, conselheiro de El-Rei, toca o mesmo bordão: «Prohibirão-se em Portugal as obras de Jorge de Montemayor *(por censura eclesiástica que fóra nessa ocasião levantada)* parece que em castigo de dar a Reinos estranhos o que devia a este onde nascera, da qual culpa, sendo arguido, respondeu que não seria muito que um filho fosse ingrato a Portugal, pois Portugal o tinha sido a tantos filhos». Era já tradicional o mau trato aos filhos que mais devera acarinhar. Entretanto, para satisfação da consciência patriótica, determinava consagrar um poema ao descobrimento da India, projecto que a sua morte prematura atalhou e que havia de fazer a glória de Camões *(ibid.)*.

[2] Adiante (cap. VIII) nos ocuparemos dêste verso.

De castelhanismos notei *sauzes* por *salgueiros:*

> Verdes aveleiras,
> Alamos e sauzes,
> Alegrai meus olhos
> Para que descancem.
> (*Pastor Peregrino*, P. 1.ª, Jorn. 7.ª).

«entre uns sauzes e amieiros muito bastos» (*Desenganado,* Disc. 8.º). Não dei

Toma tanto a peito o chauvinismo idiomático que o defende com encarecimentos superlativos: «... os portugueses são homens de ruim língua e também o mostram em dizerem mal da sua que, assim na suavidade da pronunciação como na gravidade e composição das palavras, é língua excelente. Mas ha alguns nescios que não basta que a falem mal, senão que se querem mostrar discretos dizendo mal dela: ... — Bravamente é apaixonado o sr. D. Julio (acudiu o doutor) pelas coisas da nossa patria, e tem razão que é dívida que os nobres devem pagar com maior pontualidade á terra que os creou. E verdadeiramente que não tenho a nossa língua por grosseira, nem por bons os argumentos com que alguns querem provar que é essa; antes é branda para deleitar, grave para engrandecer, eficaz para mover, dôce para pronunciar, breve para resolver, e acomodada ás materias mais importantes da pratica e da escritura... Tem de todas as linguas o melhor: a pronunciação da latina, a origem da grega, a familiaridade da castelhana, a brandura da francesa, a elegancia da italiana... E, para que diga tudo, só um mal tem, e é que pelo pouco que lhe querem seus naturaes, a trazem mais remendada que capa de pedinte» (*Côrte na Aldeia,* Dial. 1).

Que belo trecho de eloquência testemunhável da sua lusofilia, de amor tão entranhado à língua, que não poupa gebadas aos seus detractores e deturpadores em frases picantes, de bem menor actualidade no século XVII do que no século XX em que o português já se não sabe de que casta é. Grande parte da *Côrte na Aldeia* se gasta nesta corrigenda, páginas que conservam todo o seu préstimo de lição para quem queira aprender a arte de bem falar e escrever em linguagem castiça. ¡E aquí está o homem sôbre quem se deitou o baldão de estrangeirar a pena!

O pregão das vantagens idiomáticas nativas não conseguiu secar a «hispana tinta» nem arredar que se ensopassem nela os escritores portugueses. Causas poderosas concorriam para manter o prestígio do castelhano terras adentro de Portugal, excluidas mesmo as testilhas de precedência.

A *difusibilidade* não era das menores. Idioma duma grande nação com extensas e importantes possessões na Europa e na América, a obra nêle escrita gozava naturalmente duma larga expansão de leitura a que o livro em vulgar não podia aspirar [1]. As afinidades

---

conta doutro emprêgo do vocábulo senão no imitador do Lobo, Nunes Freire (vid. cap. XII).

[1] Fr. Bernardo de Brito declara renunciar ao lucro com que lhe acenavam aquêles que o induziam a preferir o castelhano; Faria e Sousa diz desconsolado

dum império poderoso, como a Espanha, com as nações europeias abriam as outras línguas aos seus escritos.

Por duas vezes apenas na nossa evolução literária conseguimos influir na literatura universal, uma no ciclo dos livros de cavalaria, outra no das novelas pastorais. Pois foi através do castelhano que essa acção cosmopolita se exerceu. O *Amadís de Gaula* e o *Palmeirim de Inglaterra* vulgarizaram-se graças à versão hespanhola; em castelhano também é que vogou com fortuna rara a *Diana* de Montemayor. Do próprio Lobo a *Primavera* e a *Côrte na Aldeia* foram traduzidas por Morales.

Á necessidade duma larga propagação e penetração se deve em parte atribuir a redacção em hespanhol de todos os panfletos de polémica política, que defendiam o Portugal restaurado e a legitimidade da sua corôa. E quantas vezes a pena dos portugueses se serve do castelhano para a própria glorificação dos homens e dos feitos da sua terra. Jorge de Montemór guinda ao máximo do gabo a «corte del magnanimo y invencible Rey de la Lusitania, cuya fama y increyble bondad tan esparzida está por el universo...» (*Diana,* L. II). Jacinto Cordeiro, ao tecer o *Elogio dos poetas lusitanos* (1631) como corrigenda e adenda ao *Laurel d'Apolo* do Lope de Vega, diz com veemência:

> Honrar la patria en mi no és desatino
> Que es ley, y obligacion, y esta lo es mia;
> ... Muchos produce nuestro Tajo y cria
> Cuyas armas y letras, las historias,
> Son clarin de la fama de sus glorias.

Faria e Sousa, tão vituperado pelos seus, vulgariza o Portugal mental e heroico, contando os fastos dos seus prodigiosos cometimentos e consagrando o principado poético em toda a Espanha do épico da nacionalidade. «A el, por escribir en castellano — diz o dr. Garcia Peres — más que á Camões, Barros y Couto, deve quizá Portugal el ser conocido en el extranjero; servicio que no solamente no reconoció, sino que pagó con ingratitud». Resalvem-se as crendices, as patranhas e as fraudes com que deturpou êsse pregão de glória.

A civilização de Castela, dominante em toda a órbita da península, irradiava até fora dela. Sôbre a França o castelhanismo exerceu o mais patente influxo; a sua grande literatura, desde Montaigne e Brantôme a Corneille e Moliere, bebeu à farta na fonte hispânica.

---

que publicar em português valia o mesmo que aferrolhar o livro na gaveta. (Cito de memória).

Independente ou sujeito, Portugal era por dentro e por fora seu fôro dominial; social e mentalmente copiava o figurino de Espanha, em tudo — nas artes, nas letras, nas sciências, nos usos e nos costumes. Salvas, quando as havia, certas feições particularistas, a fisionomia geral da nação funde-se no padrão espanhol. Verdade por tantos modos evidente, mal encoberta por uma falsa e incompreensível vaidade nacionalista.

A cultura espanhola impôs-se ao nosso reino com um ascendente superior ao da cultura francesa no século passado. Política separatista àparte, ciosos como fômos quási sempre da nossa independência, viviamos no mimetismo da ideia e do gesto do castelhano. Para a vida intelectual as fronteiras é como se não existissem. Portugal fazia-se parcela das Espanhas, sujeitando-se a uma hegemonia infrangível. Dava-nos o tom à alta sociedade a cortesania espanhola; a côrte de Lisboa regulava-se pela de Valhadolid ou Madrid donde a seguir importamos princesas e rainhas; a fidalguia portuguesa buscava viver à lei da nobreza de Castela. Bebiamos a instrução na universidade espanhola, a famosa Salamanca, associada depois a Alcalá; essa, que não Coimbra, sempre sua humilde satélite, foi a *alma mater* da escolaridade nacional. Na chusma estudantil do Tormes havia uma nação portuguesa, tal como havia a biscainha, a andaluza, etc. — uma simples etiqueta regional [1].

Centro superior de cultura, Castela exercia uma verdadeira absorpção sôbre as aptidões e talentos de toda a espécie. Daqui emigraram poetas, historiadores, comediógrafos, músicos, artistas, médicos, professores, políticos, etc., encontrando lá o acolhimento que lhes negava a rudeza indígena. ¿ Como não haviam de castelhanizar-se ? Mas, graças a essa hospitalidade, o nome lusitano rebrilha em Espanha nos seus tempos de maior esplendor. Nas cátedras salamanquinas sentam-se a eito lentes portugueses. Médicos, quantos não ficam por lá, ocupando as posições mais elevadas; só na câmara de Filipe II se contam dois cirurgiões da nossa terra, e os grandes titulares de Castela teem portugueses por médicos cubiculários. A nossa literatura scientífica, ainda mais que a comum, se impregna do meio e da língua; quando não é o latim, emprega geralmente o castelhano. O Jorge Henriques no *Perfecto Médico* (1595) expressa-se, dizia êle, na língua em que quási nos creamos. Lá, em vez da mesquinhez natal, o talento encontra a sombra protectora das grandes casas e dos grandes prelados, dos Mecenas ricos e os-

---

[1] V. R. J., *Comentos à vida, obra e época de Amato Lusitano,* in *Arq. de Hist. da Med. Port.* de Max. de Lemos, 1914.

tentosos, favorecedores vaidosos das artes e das letras. Mas o cérebro português contribuiu grandemente para a glória espanhola; se muito lhe devemos, saldamos a dívida honrosamente num opulento tributo de homens e de obras.

Iamos dóceis na esteira literária da Espanha, rastreando sempre as suas evoluções e revoluções. O italianismo penetra-nos pelas mãos de Boscan e Garcilasso [1]. Enxertamos um galho viçoso na pujante árvore dramática — orgulho das letras castelhanas; mas Gil Vicente floreja do tronco bravio do Encina, e quem lhe colhe os frutos geniais, não fomos nós, mas os vizinhos. Essa prodigiosa literatura scénica, fonte comum do teatro de todo o mundo, não soubemos trabalhá-la, como não soubemos por nosso mal cultivar a novela, que do realismo picaresco ascendia rápido às genialidades do Cervantes. Nêsse caminho fecundo mal poisamos pègada; deixamo-los ir, pouco acompanhados de nós, à conquista da glória indisputável de terem gerecido a matriz donde havia de pojar a expressão última da literatura moderna — o drama e o romance.

Estremamo-nos sim mas em géneros que, após uma voga poderosa, vieram a definhar e sumir-se. Quisemos primar, como especialização, na epopeia e na pastoral [2], e aí sim, a nossa vitória é indisputável, mas glória subalterna, porque as figuras épicas e bucólicas caíram no cadoz da literatura. O lirismo êsse não, sempre vivaz, na mais alta plana estética; a lira sonorosa foi dilectamente tangida com sentimento e génio pela alma portuguesa. Portugal é torrão fecundo de poetas líricos. Grande e dos maiores, Roiz Lobo, vamos vê-lo, associa o influxo castelhano às tendências particularistas do meio nativo.

---

[1] Da conversa entre Boscan e o embaixador italiano Andrea Navagiero que propunha àquêle a adopção dos modêlos italianos, proveiu, como é sabido, a renascença literária da Espanha. Essa sugestão célebre deu-se num jardim de Granada em 1529. Dez anos depois, numa quinta de Basto, António Pereira presenteava Sá de Miranda com um manuscrito de poesias de Boscan e Garcilasso (D. Carol. Mich., *Sá de Miranda*); o entusiasmo acendido pela sua leitura operou a revolução poética de que Sá de Miranda foi o promotor em Portugal. A ilustre escritora não exclue a hipótese de o novo poeta ter tambêm comungado na revelação de Granada, para a qual não há prova adutível. Que Miranda por efeito da sua viagem viesse já eivado de italianismo e no seu estilo se tivesse já ensaiado, não há dúvida; mas a sua orientação decisiva e fecunda só se fez depois da polarização exercida pelo triunfo do Boscão e do Garcilasso (cf. D. C. Michaelis).

[2] Aparte-se a história, onde nos inscrevemos com um activo não sobreexcedido, por não dever considerar-se próprimente um género literário, mas sim literatura aplicada.

## VI

## Romances

A estreia de Rodrigues Lobo fez-se pelo volumezinho que tem por título *Primeira e segunda parte dos Romances* (1596) [1].

Romance era então, como é sabido, um género particular de poesia, tendo por fórmula métrica versos largos de dezasseis sílabas, partidos em hemistíquios e seguidos sem divisão de estrofes, em rima toante ou consoante, uniforme de princípio ao fim, isto é, ferindo sempre a assonância em cada regra a mesma vogal — *monorimia* [2].

O romanceiro do Lobo consta de 31 peças na primeira parte e de 27 na segunda, todas em castelhano, tirante quatro em vernáculo e uma bilingue, que figura um diálogo entre um português e uma espanhola. São as primicias do estudante coimbrão a cheirar ainda

---

[1] Diz Th. Braga: «Por fim seguiu a influencia espanhola no romance alegórico-subjectivo, imitou o gosto mourisco dos romances de Gongora...» (*Manual*, 1875); a mesma nota no *Curso* (1886); «acabou de perverter-se com a imitação do romance alegorico vulgarizado por Gongora...». Não vá entender-se por estas palavras, que o seu romanceirismo é fruto avançado da evolução literária do Lobo; foi pelo contrário o seu primeiro estádio. Acabou, é certo, a fazer romances, mas são os da *Jornada*. O lapso veiu certamente de, na edição de 1723, serem os romances o fecho do volume.

Não conseguimos, dissemo-lo já, desencantar a edição-príncipe dos *Romances;* conhecemos só a de 1654.

[2] Êste conceito métrico é o professado, desde Milá y Fontanals, pelos mestres do romanceiro peninsular, Menendez y Pelayo, Menendez Pidal e D. Carolina Michaelis. Th. Braga persiste na velha ideia de os julgar octonários rimados nas regras pares, pela aparência métrica que vieram a tomar. Usam-se ainda romances encurtados de senários duplos, figurando versos de endeixa. A fórmula rimária dos versos *pareados,* assonantados em parelhas de octonários, tem sido aproximada dos verdadeiros romances de rima contínua. Chamar-lhes-ía de bom grado *para-romances.* Êste tipo existe ainda hoje no nosso *folk-lore:* tais as lengas-lengas que tantas vezes me soaram na infância:

Quando em Belem se formou
palacio de grande altura...

ou

Trezentos galegos
não valem um homem;
tudo quanto comem,
meu dinheiro seu dinheiro,
se ele é chocalheiro, etc.

ao cueiro escolaresco; feitura duma creança de dezasseis anos, apenas prenunciam o poeta raro que logo despontou na *Primavera*.

Não primam certamente por excelências poéticas de qualquer ordem, embora hombreiem com muitos dos seus congéneres que pejam as antologias especiais, antigas e modernas. Atente-se todavia em que representam os únicos especimes do género em colectânea trabalhada por autor nacional; é própriamente o único romanceiro português de feitura artística.

Há mais ainda: Rodrigues Lobo exibe-se como o *primeiro que poetou portuguêsmente em romance*. Estamos pois defronte dum passo de história literária de real interesse e novidade para a nossa *romancística*.

O romance [1], mina apregoada de riqueza artística, expansão admirável de fôrça creadora — representa, como é notório, uma das mais características feições da literatura hispánica.

Germinou por desintegração dos antigos cantares de gesta, entoados pela musa épica de Castela, quando êles desceram até ao vulgo pela bôca dos juglares [2]. Afeiçoados ao gôsto da multidão e refundidos por obra do seu lirismo, desta metamorfose degenerativa e regenerativa sai uma creação de arte popular, triunfante, fecunda

---

[1] A romancística (vénia ao neologismo) deve a sua estatuição doutrinal aos trabalhos clássicos de Milá y Fontanals, que mostrou como o romance primitivo se originou dos cantares de gesta — uma degradação popular da poesia heroica castelhana do século XII e XIII. Três trabalhos monumentais representam a recente sciência deste ramo de erudição literária: Menendez y Pelayo, *Trat. de los romances viejos*, 1905 (na série da *Antologia*); D. Carolina Michaelis, *Estudos sôbre o Romanceiro Peninsular*, 1907-1909; R. Menendez y Pidal, *L'épopée castillane*, 1910. É preciosíssima a contribuição de D. C. Michaelis no tocante aos *Romances velhos em Portugal*, e ao papel passivo e activo do nosso meio, tanto popular como letrado, nesta manifestação artística do génio peninsular.

O romanceiro castelhano continúa a ter como vasto repositório a clássica colectânea do Duran (1851, *Bibl. Rivadeneyra*). São conhecidos os romanceiros portugueses, entre êles o do dr. Leite de Vasconcelos (1886), mostrando pelo próprio *folk-lore* a filiação espanhola; o meu ilustre e erudito amigo tenciona publicar o romanceiro português completo. Na vasta série histórico-literária da obra de Th. Braga há a mencionar um trabalho da sua primeira época — *Floresta de varios romances*, 1867. Os seus livros últimos sôbre a matéria, e especialmente a já citada *História da Poesia Popular portuguesa*, 1905, foram desviados da corrente scientífica por preocupações histórico-políticas.

[2] A embriogenia dos romances não se dilucidou ainda suficientemente. A teoria de Menendez Pidal acaba de ser rudemente investida por Fouché-Delbosc que aliás não nega que muitos dos romances se inspirem manifestamente dos poemas épicos da decadência (*Essai sur les origines du romancero*, 1912).

como nunca, a desentranhar-se à flux nessa série pujantíssima de romances de toda a espécie — cavaleirescos, históricos, novelescos, fronteiriços, eróticos, etc. A embrionação romancígena consumou os seus produtos definitivos ao longo do século xv; não ascendem a maior idade, di-lo hoje a crítica conteste, os mais autênticos *romances viejos*.

Delícias da gente baixa e servil, como dizia o Santilhana, e como tal desdenhado pelos letrados e palacianos, o romance, graças à sua encantadora singeleza e vigorosa expressividade, acabou por forçar o ambito da arte aristocrática: a mão dos instruidos e dos nobres veiu dedilhar também a lira ingénua dos cantares da plebe. Aos poetas obscuros e ignorados, por vezes geniais na sua simplicidade e incultura, que trabalharam e crearam o gôsto do povo, associaram-se os eruditos, anónimos e nomeados, entregues à virtuosidade imitativa do romance tradicional, tanto na inspiração temática como no boleio do estilo.

Assim consagrado pelo favor tanto do vulgo como dos cultos, o romance sobe da versão oral à estampa da publicidade, circula nos *pliegos sueltos,* colige-se nos *cancioneros* e *romanceros,* concretando em letra de molde a actividade produtora de mais de dois séculos em que o género eflorescu e frutificou numa exuberância sem par.

Do seio poético de Castela onde brotara e medrara, favorito de todas as classes [1], o romance na sua expansão conquistadora pelos países peninsulares, não podia deixar de invadir Portugal onde largamente se derrama; «tornaram-se aqui tanto ou mais populares, se é possível, do que em Castela» (R. Pidal). Circulou estreme na língua nativa por todas as camadas e aportuguesou-se a pouco e pouco ao infiltrar-se nas mais baixas, mais ou menos deformado por adaptação e imitação. Não é outra coisa quási todo o romanceiro nacional, que o *folk-lore* havia de desentranhar em nossos dias da tradição oral numa racolta das mais preciosas.

Aqui, porêm, ao invés de Espanha, os poetas grados quási se não dignaram trabalhar no género, mesmo quando punham de lado o *stil nuovo* italianizado para rimar na medida velha, à feição dos antigos trovadores. Mas a moda dêsses cantares avassalara de tal modo a toda a gente que poetas, dramaturgos e prosadores citam a cada passo versos castelhanos de romances em voga, empregados até como locuções e dizedelas triviais [2]. E os trovadores indígenas se quási

---

[1] «Tous à cette époque, nobles et plébeiens, savaient par cœur les romances, tous en appréciaient la musique émue et mélancolique» (R. Pidal, *loc. cit.*).

[2] Estas citas frequentes, começadas a apontar por Th. Braga, deram a prin-

nada romanceavam à hespanhola, bordaram poesículas sôbre os *cantares viejos* e *cantarzillos;* toda a nossa literatura do cinquecento está inçada de voltas e glosas sôbre motes e *letrillas,* em natureza ou adequação, da lírica vulgar de Castela.

Ao tempo de Roiz Lobo era intensa na Espanha a actividade romancista; desmarca-se verdadeiramente a produção e o gasto do género, numa superabundância extraordinária de cultores e consumidores. Como que dos prelos esguicham de contínuo as colectáneas de toda a espécie, origem e título, onde tudo se enfeixa — o sediço e o recente, o cavaleiresco e o satírico, o tradicional e o artístico, o rude e o polido: cancioneiros, romanceiros, *primaveras* e *flores,* silvas e *tutti quanti* enchem uma bibliografia [1].

O romance atingira nesse último quartel do século XVI a culminância do ciclo artístico; polira-se e engalanara-se no lirismo refinado dum Lope de Vega e dum Gongora, para não citar senão os primazes da escola neo-romancista; mas perdera no artifício elegante e no brilho da execução a grandeza e a ingenuidade dos primitivos.

Ora o nosso nóvel poeta arma de ponto em branco a musa, e em rasgos de entusiasmo grita aos romancistas portugueses que saltem

---

cipal matéria ao notável livro da sr.ª D. Carolina Michaelis, rico de investigação analítica e deduções concludentes. «De cêrca de 50 autores portugueses, tirei eu 200 passos documentaes, relativos a mais de 80 romances que, com poucas excepções, subsistem em colecções antigas espanholas».

Encontrei mais uma no Roiz Lobo ao — *olá, olá, que tocan al arma Juana!* Na *Fastigímia* de Tomé Pinheiro da Veiga (1605), publicada em 1911 por J. Sampaio, vem citado (pág. 48) o «*En el mes era de Abril, de Março* (sic) *antes un dia*».

[1] Só de 1570 em diante até ao alistamento público do Lobo na falange romancista (1596), temos: a edição de 1573 do Cancioneiro de Fernando de Castilho (1511), a de 1573, 81, 87 do Cancioneiro de Martin Nucio (ant. a 1550), a *Flor de enamorados* de Linares (1573), as *Rosas* de Timoneda (1573, 77), as ed. de 1578 e 82 da *Sylva* de Esteban de Nájera (1550), a ed. de 1580 dos Romances de Sepulveda (1551), o Romanceiro de Lucas Rodrigues (1588, 82, 85), o de Pedro Padilla (1580 e 83), o cancioneiro de Lopes Maldonado (1586), o *Tesoro* de Villalobos (1587), o romanceiro de Lasso de la Vega (1587), o *Coro Febeo* de Juan de la Cueva (1587, 88), a *Sylva* de Mendano (1588), as *Guerras de Granada* (1.ª parte) de Perez de Hita (1588 e 95), a *Flor de romances* de Moncayo (1589 e 95), a de Villalta (1591), a de Guevara (1592), a de Pedro Flores (1593), a de Enriques (1595) e outras que deram de si ao depois a vasta compilação do *Romancero general* (1600-14), etc. (ap. Duran, *Romancero,* 1851). Sem falar das folhas volantes, os *pliegos sueltos.* Algumas destas edições sairam dos prelos de Lisboa: tais a do cancioneiro de Martin Nucio, impresso em 1581 com 182 romances (Manuel de Lyra); a 4.ª, 5.ª e 6.ª partes da *Flor de romances* de Pedro Flores em 1593 (António Alvares). Outros sairam ao depois da imprensa da capital, não esquecendo as *Guerras civiles de Granada* (1.ª parte) em 1598 e 1603.

à liça a competir com os castelhanos, lançando-lhes em rosto a tímidez cobarde. Dá-se os ares de adaíl duma nova cavalaria nesta expressiva invocação preliminar, epigrafada de *Carta aos romancistas portugueses:*

Mis señores Romancistas,
Poetas de Lusitania,
que hurtastes las invenciones
à la lengua Castellana,
vuelve ya vuestros papeles,
entregadlos á la fama,
que donde hay tan buenas plumas,
no es razon falten alas.
No veis que estan ya sin hojas
los laureles de Castalia,
que dan a cada Español
Romancista una grinalda,
y à vueltas de un solo Vega,
de Spinel, y de Arriassa,
de un Gongora, y de un Salinas,
mil falsarios se llevantan.
... Para cuando entesorais
vuestros romances de guardia,
y si no salen ahora,
á cuando aguardais que salgan?
Entiendo á fe que entendeis
que si murierdes mañana,
los quereis llevar tras vos,
pues son efetos del alma.
... Templad ya vuestras bandurrias
o enristrad ya vuestras lanzas,
y entremos por el Parnaso
con nuestras varas alzadas;
obligueos esta codicia,
pues otras fuerzas no bastan
á hazeros que hagais famosos
vuestro nombre y vuestra patria.

Sai-lhe assim a profissão de fé, trombeteada em programa bélico, como numa guerra de Parnaso. Havia poetas lusitanos que tinham furtado a invenção literária de Castela; pois que mostrassem as penas dignas dos louros com que à flux se tinham engrinaldado os vates espanhoes. E quantos dêstes, por manifesta inferioridade, não passavam duma corôa falsa, ao lado dos luminares, o Vega, Espinel, Arriassa, Gongora e Salinas.

Dêstes mestres e guias do romancista juvenil nem todos ganharam ou vieram a ganhar o mesmo lustre. *Lope de Vega,* mestre máximo, duma reputação imensa no seu tempo e que o tempo fixou e univer-

salizou, como não houve género que não tentasse a sua verdadeiramente inesgotável veia poética, também se dedicou a modular romances. Abundam já as suas produções na racolta de Moncayo, certamente as que determinaram a referência do Lobo. Lope de Vega [1] e Gongora, dissemo-lo já, deram a última demão artística ao romance, renovando-o e animando-o, sobretudo no género moirisco e pastoril de que produziram os melhores especimes.

De *Luís de Gongora* — o precioso e remontado lírico tão vituperado pela influência perniciosa que menos justamente encabeçaram no seu nome — pouco havia ainda de estampado. Nem por isso era menos conhecido dos amadores aquêle a quem Cervantes já em 1583 chamava «ingenio raro sin segundo». Deviam circular manuscritas as suas peças líricas, algumas das quais se tinham já acolhido nas primeiras partes da *Flor de romances* [2]. Essas primeiras produções de Gongora realçam pela singeleza e ternura que tanto deviam aprazer ao Lereno; nas deliciosas endeixas da *Primavera* há o resaibo dos romancilhos formosos e simples do Gongora:

> Frescos airecillos
> que á la primavera
> destejeis grinaldas
> y esparcís violetas etc.

O *Espinel* — Vicente Rodrigues de Espinel — é o famigerado autor duma das mais notáveis novelas picarescas, *Vida del escudero Marcos d'Obregon*. Estudante desinquieto de Salamanca, marinheiro, vadio de Sevilha, aventureiro da Itália e Flandres, e por fim mau clérigo, Espinel distinguira-se ao tempo na grei literária pelas suas excelentes *Diversas Rimas* (1591); devem ser estas que despertaram a admiração do nosso trovador [3].

*Salinas* fica na peanha destas grandes estátuas. Juan de Salinas, da escola sevilhana, bom poeta e boa pessoa, romanceou tão distintamente que poesias suas se vêem no *Romancero General* metidas entre as do Gongora. Estavam ao tempo publicadas muitas também

---

[1] Há outro Vega, fazedor de romances e do mesmo tempo — Lobo Lasso de la Vega, que em 1587 editava uma série muito apreciada donde Duran colheu algumas dezenas para o seu repositório. De menor valor e notoriedade que o grande Vega del Carpio, tomo como feita a êste a alusão do Lobo, apesar de Lasso não ser dos menos fecundos e afamados romancistas.

[2] Onde mais abundaram os romances do Gongora, foi ao depois na colecção do Espinosa (1605).

[3] Duran não menciona nem inclue romances do Espinel. Não tive ocasião de vêr as suas *Rimas*.

na *Flor dos romances*. Lobo tanto se inspira de Salinas que até lhe parafraseia por contraste um romance — «Bonanza d'Amor, sacada de la tormenta de Salinas» [1].

Nunca me soara êste *Arriassa* ou Arriaza, certamente um nome baço, a rebuscar no rebutalho do parnaso espanhol. Não dei com êle, nem com êsse nome nem com outro parecido. Andará aqui deturpação do texto, pois que a edição de 1654 não padece pouco dêsse vício. Lembrei-me se seria um André de Artieda, poeta já nomeado por Cervantes em 1534 (Ticknor, *Sp. lit.*, t. 3.º, cap. 29), mas o nome não dá a assonância do verso.

Se nesta tentativa de transplantação do género, Lobo se toma da feliz inspiração de dar-lhe uma feição temática local, evocando sucessos e tradições nacionais, teria operado talvez uma revolução literária; tal não fez, escravizado à cópia reprodutiva do figurino importado, assimilando-lhe sòmente as subjectividades e as alegorias.

Não sei se a buzinada dêste adail fez sair do covil os tais romancistas portugueses. Certo é que ao depois se soltaram em barda

---

[1] O romance de Salinas vem nas antologias do ramo (n.º 775 de Duran). Aqui vai o paralelo da primeira e última estrofe do modêlo e da imitação:

| SALINAS | LOBO |
|---|---|
| Que olas de congoja | Que cielos de favor |
| son estas que amenazan | son los que disbaratan |
| desde el profundo abismo | las olas de congoja |
| á las estrellas altas? | que tanto amenazaban? |
| Que noche tenebrosa | Que Eolo poderoso |
| de confusion amarga | con su pujanza aplaca |
| encubre de mi norte | los vientos de recelos |
| la luz serena y clara? | que ha poco me anegaban? |
| Que vientos de recelos | Que rayos tan hermosos |
| afligen y contrastan | descubren y apartan |
| en el golfo de ausencia | de entre oscuras tenieblas |
| la nave de mi alma? | el norte de mi alma? |
| *Amaina, amor, amaina* | *Amaina, amor, amaina* |
| *Que anegas la paciencia y la esperanza.* | *Que es tambien peligrosa la bonanza.* |
| Amor, si desta escapo | Amor, amor, que haré? |
| y la furiosa saña | Porque en mercedes tantas, |
| del mar embravecido | aunque sobren promesas, |
| conviertes en bonanza: | mil vezes obras faltan, |
| si el dulce puerto pisan | prometo de oro fino |
| mis venturosas plantas, | llevantarte una estatua |
| y las arenas beso | y hazerte un alto templo |
| de mi tan deseadas: | en las lisianas playas, |
| prometo en nombre tuyo | do cuelgue por trofeos |
| de despojar la Arabia | de antiguas batallas |
| y de olorosos fuegos | las armas que he tomado |
| enriquecer tus aras. | á mi disconfianza. |
| *Amaina etc.* | *Amaina etc.* |

por êsse século dos seiscentos fora, tempo em que o romance foi uma espécie de gafeira epizoótica [1]. O implacável Camacho na *Jornada do Parnaso* põe os poetas romancistas a puxar ao coche de Apolo:

> ... trinta os mais duros
> Tomaram só para levar o carro,
> Todos os mais deitaram nos monturos.

Bolem especialmente com a inspiração do Lobo os decantados *romances moiriscos*. Não são êles, como piamente se tem acreditado desde os tempos épicos do romantismo, relíquias do tesoiro arábico, conservadas na tradição dos mozárabes; mais uma vez a crítica deitou abaixo ilusões ingénuas. Brotaram do choque guerreiro na fronteira granadina; e apenas um ou outro dêsses primitivos romances *fronterizos* acusará o dedo arábico dalgum moiro alatinado ou cristão tornadiço. Tal o belissimo:

> Abenámar, Abenámar, moro de la moreria,
> El dia que tu naciste grandes señales habia!

---

[1] O ridículo flagrante dos nossos romancistas de três ao vintem, traça-o com viveza e pilheria o fr. Lucas de Santa Catarina no *Serão politico* (2.ª noite, 1704), aliás também romancista enxabido: «Entram êstes inimigos do conceito e poem-se a unhas e a dentes a fazerem romance; reduzem-se nesta matéria a quatro os assuntos: ha *romances de água doce, romances de marisco, romances de sapata e romances de esturro.* Sai com o seu *romance de água doce* de uma moça de cântaro que se chama Inês que vai para a fonte, descalça pela calçada, leva uma rodilha de ouro e não tem com que comprar uns sapatos; vai o romance atraz dela contando-lhe as passadas, chega à fonte; derrete-lhe as mãos para encher a quarta, leva-a num pé para enriquecer a terra, e vem a pobre para casa coxa duma mão e ferida num dedo, ...

Aqui entram também as lavandeiras chamadas *Isabeis* (como se não prestaram as Brasias e as Marias Franciscas) vão com suas cargas de roupa mui cheirosas porque fizeram a infundiça com esterco de gato de algalia, e vão caminhando sôbre dois jasmins que não passam de tamancas, e lavam a roupa com cristal, e batem-na no peito e enxugam-na nos cabelos e veem para casa muito enxutas...

Entram no seu *romance de sapata* (a que são mais sujeitos os portugueses) e sai uma colareja de valverde, com um ar de que deus nos livre, com um chapeu de sol por ser seu o chapeu, uma cintura feita em caqueiros, quebrando aqui, quebrando ali umas mangas justas e umas mãos pecadoras, uma chinela que leva coiro e cabelo, uma mortalha que leva a todo o morto coração, e a carita toda páscoa ainda que seja Francisca, os olhos baixos que por serem soes vão destacando maleitas e febres malignas; dá o pregão com voz serena, e leva o conceito da maçã porque se perdeu o mundo, e recolhe-se o poeta mui satisfeito.

Vai finalmente ao *romance de esturro*, onde por aqui ou por ali toda a musa molha a sua sopa; aqui entram os sérios, os cultos, os vazios, etc.

Abenámar é um dos moiros predilectos dos cantares do Lobo, á volta com outros moiros e moiras que deram pasto às séries novelescas dos cancioneiros — Azarque, Celidaxa, Aldemira, Aliatar, Amete e Tarfe: uma parcela do elenco sabido do verso e da novela hispano-moirisca — geradores duma obsessão exótico-literária tenaz que inspirou através dos tempos a poesia e a novelística pseudo-orientais, que revivesceu em crise aguda com Chateaubriand e Washington-Irving ao arraiar do romantismo, florindo em Espanha com o Duque de Rivas, Martinez de la Rosa, José Zorrilla, e reflectindo-se em Portugal nos solaus e xácaras dos ultra-românticos.

Rodrigues Lobo desperdiça com êstes arabescos de pacotilha treze pastíquios que não desdoiram a escola. Nem por isso deixa de ironizar tanta moirama com todo o seu trapel de mascarada alhambresca. Como gozava do favor da moda, especialmente das damas que deliravam pelo guarda-roupa e adereços de ouropel, êle também entruda na festança moirisca [1]:

Pese á quien me quiere mal,
ya que nuestras cortesanas
se visten á lo moderno,
porque gustan de mudanzas,
pues se pagan de turbantes,
arandelas y grinaldas,
alzacuellos y copetes,
fraldellines y otras galas,
no haremos en Portugal
cada domingo unas cañas,
ocho a ocho, diez a diez,
pues Aliàtares no faltan ?
No correremos tanbien
el Alhambra, el Alpujarra,
do estan Daraja y Celinda,
Adaliza y Celidaxa ?
No vestiremos de fiesta
una marlota morada,
y un capellar amarillo
terciado con unas bandas ?
un turquezado bonete
con sus plumas y medalla,

[1] A mania domina até os jogos, divertimentos e cavalhadas — moiriscadas que vinham de longe. Numa festa de Vila Viçosa em 1603 celebram-se justas moiriscas, onde entram dois cavaleiros nomeados por D. Teodósio, segundo diz o cartel de desafio, «para defenderem a causa da famosa Celindaxa a instância do Xerife Muley Hamet, emperador de Fez e Marrocos» *(Hist. geneal.)*.

un almaizar verde escuro,
prenda de la hermosa Zaida?
pintada una mariposa
en el campo de la adarga
y en arabigo una letra
traduzida de Petrarca?
en un caballo alazano
o encima de una yegua baya,
y ceñido al lado esquierdo
un alfange o cemitarra?
Quiçá vestidos de moros
nos querran las Castellanas;
... Salgamos por vida vuestra
que se muere ya mi dama
por verme al braço desnudo
y al cabo una toca blanca,
y porque vaya á las noches
dançar con ella á las zambras,
...Ahi nos queda el padre Tajo
do tantos trages se lavan.

O estudante de Coimbra, ferido da chaga do amor, lamenta-se picarescamente das andanças moiriscas:

No me bastaba tratar
con mi ama y lazarillo,
con lavadera y recuero,
que son los quatro martirios?
No sobraba de estudiante
mi bonete y mi vestido,
sin andarme por Granada,
hurtando trajes moriscos?
No me bastava mi nombre
con un honrado apellido,
sin tomar el de Abenámar,
Biàfar, Azarque y Celindos?

Esta iconoclasia era tambêm soprada de Espanha, onde não faltaram os que em próprio romance metiam a ridículo as ficções moiriscas, satirizando a mania da moda:

Tanta Zaida y Adalifa,
tanta Draguta y Daraja,
tanto Azarque y tanto Adulce,
tanto Gazul y Abenamar,
tanto alquicer y marlota,
tanto almaizar y almofala,

tantas empresas y plumas,
tantas cifras y medallas,
tanta roperia mora,
y en banderillas y adargas
tanto mote y tantas motas,
muero ya si no me cansan!

(N.º 244 de Duran).

Ah! mis señores poetas,
descubranse ya esas caras,
desnudense aquesos moros,
y acabense ya esas zambras.
Vaya-se con Dios Gasul,
lleve el diablo á Celindaja
y vuelvan esas marlotas
á quien se las dió prestadas...

(N.º 245 de Duran).

Estas gebadas atribuem-se ao próprio Gongora. O mesmo Lope de Vega, sempre pronto a queimar o ídolo que tinha adorado, mete a riso em romance os seus próprios moiriscos, de envolta com os pastoris (n.º 1632, Duran). Os mais vulgarizados e famosos não escaparam às aspas da paródia; tal o popular muito em moda, *Mira Zaide, que te aviso,* publicado a primeira vez no Perez de Hita (n.º 56, Duran) e muito citado pelos nossos escritores [1], que deu de si tantas imitações e réplicas, algumas burlescas. O Lobo também molhou a sua sopa, arranjando-lhe um *contrahecho* em paródia picaresca com a loureira Joana de Olivares e o rufião Montanés [2].

---

[1] D. Francisco Manuel de Melo, D. Francisco de Portugal e Serrão de Castro (ap. D. C. Michaelis).

[2] Mira, Zaide, que te aviso
que no passes por mi calle,
ni hables com mis mujeres,
ni con mis cautivos trates,
ni preguntes en que entiendo,
ni quien viene visitarme,
... Confieso que eres valiente
que rajas, hiendes y partes,
y que has muerto más cristianos
que tienes gotas de sangre.
... Mucho pueden con las damas
los galanes de tus partes!
... Pero no salisteapenas
de los jardines de Tarfe
cuando hiciste de tus dichas
y de mi desdicha alarde.

Mira, Juana, que te digo
que no bajes á la calle,
ni hables con don Pelayo,
ni con sus lacayos trates,
no preguntes en que entiende,
ni quien viene á visitarle;
... Confieso que eres hermosa,
que tienes muy muchas partes,
y que matáras mil hombres
sin sacar gota de sangre.
... Mucho pueden con los hombres
las mozuelas de tu talle!
... Que aun no bien saliste apenas
dende mi casa una tarde
cuando me vi con dós cuernos
más firmes que de diamante.

De matéria *heroica,* tão inspirativa do antigo romanceiro, não se divisam senão as duas peças já vistas à bravura do amigo marquês de Vila-Real nas sortidas de Ceuta; estão à altura das lançadas do forte capitão a malhar nos marroquinos em arranques de Santiago [1].

Havia a espécie *satírica,* jocosa e burlesca, à qual o Gongora, o Vega e ao depois o Quevedo deram tamanho contingente. Lobo traz para aí uns oito — alguns já referidos — motejando de lances da vida estudantina e de damas de contrabando. Desboca-se em licenças, antecipando-se a Quevedo e Malvenda. Pela côr local e pelo pico dos temas são afinal hoje os que melhor se deixam lêr, e como tais, demos já a amostra dessa feição realista, que êle concretiza num tipo especial — *Romances á la vida escolastica.*

As scenas *clássicas* não faltaram à baila; fazem uma meia dúzia de romances. Lá figuram dois à morte de Leandro, assunto quási de praxe forçada, que produziu na literatura peninsular um acervo de sonetos, romances e outras espécies poéticas [2].

Predominam na série os romances *eróticos,* ou simples (8) ou no tão prezado género bucólico (18), onde germina o pastoralismo que frondejou logo na trilogia da *Primavera* e nas *Églogas,* a que se prendem pela sua feição literária, a mais característica do poeta (v. cap. VII e VIII).

Não se ficou Roiz Lobo na sua selecta de romances; intercala-os ao depois aqui e alêm nas pastorais, onde enumerei uns treze todos

---

[1] Parece-me divisável nêsse romance a reminiscência doutro do Gongora:

El fuerte alcalde de Ceuta,
galan discreto y valiente,
tan noble entre los cristianos
como entre los moros fuerte:
sin segundo en el valor,
primero de los Marqueses,
dechado de los leales
y leal siempre á los Reyes:
... armado de todas armas,
que aunque á la defensa fuertes,
las defiende un corazon
á quien el temor no ofende...

Aquel rayo de guerra,
alféres mayor del reyno,
tan galan como valiente,
y tan noble como fiero:
de los moros envidiado,
y admirado de los viejos,
y de los niños y el vulgo
señalado con el dedo:
... el que dos veces armado
más de valor que de acero,
á su patria libertó
de dos peligrosos cercos...

[2] No cancioneiro de Linares (1573) veem dois romances anónimos a Leandro e Hero. Sá de Miranda rima-lhes um soneto muito apreciado (14), inspirado noutro de Garcilasso; e apos êles uma série sonetal ao nadador do Helesponto e à namorada da torre, assinada por muitos hespanhoes e pelos nossos Jorge e Camões (v. D. Car. Michaëlis, *Sá de Miranda*)

em vulgar [3]. Impregna-os o mais puro bucolismo amatório; do género não teem já senão a exterioridade da versificação. Pela lírica e pela técnica são dos melhores que escreveu o romancista do Lis, perdido muito embora o sabor arcaico.

Por fim o Lobo enfia duma assentada nada menos que os 56 da *Jornada* — série peorada em que o romance desce à ensossez de noticiário assonantado de matéria narrativa e descritiva.

A fórmula métrica mais usada pelo Lobo — como por todos os romancistas — é o hemistíquio octossílabo. À moda de Gongora, de Salinas e de vários anónimos, pôs a mão nos *romancillos* em sexsilabos, em *endeixas* — verso popular muito da sua afeição. Na colecção aparecem dois dêste tipo e quatro nas *Primaveras*. Em versos

---

[3] Como é penoso no meio daquela selva de versos destrinçá-los, aqui deixo o rol.

Na *Primavera:*

1.º — Esquiva serrana,
fermosa e discreta...
2.º — Atrevido pensamento
não me ponhais em perigo...
3.º — Sofrei coração
vosso sentimento...
4.º — De cima deste penedo
aonde combatendo as ondas...
5.º — Esperança minha
nascida á vontade...

No *Pastor Peregrino:*

6.º — Entre estas arvores tristes
que a sombra da noite cobre...
7.º — Ferindo o sol sobre as ondas
que umas com outras combatem...
8.º — Tesouro por mão d'amor
achado nas da ventura...
9.º — Enganadas esperanças
quantos dias ha que espero...

No *Desenganado:*

10.º — Enganos de fantesia,
pensamentos amorosos...
11.º — De ilustres progenitores
nasci com grande esperança...
12.º — Niza, os teus amores
estão mal mudados...
13.º — Já agora descançareis
cuidados de atormentar-me...

D. Carolina Michaelis supôs que quatro romances do Lobo insertos no *Cancioneiro* Ms. de Fernandes Tomás eram inéditos *(loc. cit.);* não são, encontram-se todos nesta série.

anacreônticos escreveu apenas os setenários da *Bonança d'Amor*, imitada do Salinas.

Estribilha algumas peças com bordão próprio ou alheio. Êste processo do refrão afecta já originàriamente alguns romances velhos: dos mais populares se extratam a cada passo motes e refrães. Duma *vieja letra* compõe o Lobo uma cantiga de entremeio de romance;

*Todos vienen de la vela*
*Y no viene Menga.*
Filena del alma mia,
Quien, y adonde, te detiene,
Si toda la gente viene
De la vela do te via;
Esperéte todo el dia,
Ay triste de quien espera,
*Y no viene Menga!* etc.

São glosas de cantar antigo e vulgar sôbre que também perderam voltas Sá de Miranda e Caminha [1].

Outro motivo temático conhecido nos aparece no romancilho picaresco à *Juana de mis ojos*. O estribilho

Vete comigo entrañas
que tocan al arma,

inspira-se na toada do romance: *olá, olá, que tocan al arma Juana!* — invocado por Falcão de Resende no cabecel do romance em que canta a vitória de Lepanto [2].

No que se singulariza técnicamente o Lobo é em mesclar a arte nova ao esquema antigo. Não mete apenas algum endecassílabo no estribilho, como já faziam os espanhoes; intercala duas oitavas num romance moirisco, uma canção no de Leandro, e um soneto num romance pastoril.

---

[1] Não dizem todavia Menga, mas sim Domenga (D. C. Michaelis, *Miranda*, n.º 26; — Priebsch, *Caminha*, n.º 432). Caminha glosa ainda um outro cantar velho: *Vaya o venga — que sempre seré de Menga* (*ib.*, pág. 421).

O *Crisfal* também alude a Menga «la del Boscal» que D. C. Michaelis encontrou nos mesmos termos numa peça do *Cancionero musical* do Barbieri (cf. A. Epifânio, *Obras de Ch. Falcão*, 1893). No *Auto pastoril castelhano* do Gil Vicente canta-se: *Menga Gil me quita el sueño;* e *Norabuena quedes, Menga — á lá fé que Dios mantenga*. No Romanceiro espanhol aparece *Menga* e *Menguilla* (ap. Duran). Domenga viria de Domingas, de que Menga seria uma encurtação diminutiva (cf. Th. Braga, *Bernardim Ribeiro*, 1897).

[2] O romance do quinhentista vem no *Cat.* de Garcia Peres. Era a única citação do refrão encontrada pela sr.ª D. Car. Michaelis *(loc. cit.)*; ha que acrescentar esta do Roiz Lobo.

De versos pareados — segundo o módulo afim dos romances — encontra-se um belo exemplar no *Desenganado* (Disc. 19):

Pelo fragoso da serra
vi descer a uma pastora
que parece ser senhora
da espessura,
porque a sua fermosura
faz abrandar os penedos
e abaixar os arvoredos
quando passa, etc.

Um *para-romance* de pé quebrado. Outro do mesmo gôsto, e mais precioso ainda no *Pastor Peregrino* (L. 2.º, Jorn. 1):

Uma fermosa serrana
que de cima desta serra
faz a todo o valle guerra
com seus olhos,
a quem serve de giolhos
amor como já vencido, etc.

Nos romances do Lobo predomina, como já dissemos, o *castelhano* e por sinal que nem sempre castiço, como acontece a outros bilingues. Pululam os *lusismos;* uns são lapsos da impressão de 1654, desgraçadamente viciada, outros por certo saíram da própria manga do escritor noviço. O *Ensayo* de Gallardo (t. IV, 1889) teve a paciência de catar uma lista avultada. Nos romances da *Jornada,* escritos mais de vinte anos depois, inculca Roiz Lobo estar mais de posse do idioma castelhano.

Ao vernáculo concede apenas quatro peças e metade doutra, às quais há que ajuntar a série das *Primaveras,* toda em português castiço. Seria caso para passar quási despercebido, como simples amostra de bilinguismo, se o vate se não enfeitasse com a glória da prioridade como romancista português.

Êsse seu juízo crítico transparece duma passagem da *Primavera,* que bastante me surpreendeu. Acabava o Lereno de cantar:

Atrevido pensamento,
não me ponhais em perigo;
que para ser venturoso
não basta ser atrevido, etc.

quando um circunstante lhe diz que já ouviram a «um pastor estrangeiro versos do mesmo teor, mas tinham os nossos guardadores por